

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
PRÁTICAS PSICOLÓGICAS CLÍNICAS E DEMANDAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Itala Daniela da Silva

Coautoria, conflito da vontade e testemunho:

Outras intervenções e compreensões psicológicas em diálogo com
o pensamento de Hannah Arendt.

RECIFE, PE

2022

ITALA DANIELA DA SILVA

Coautoria, conflito de vontade e testemunho:

Outras intervenções e compreensões psicológicas em diálogo com
o pensamento de Hannah Arendt.

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Pernambuco do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica na linha de pesquisa: Práticas psicológicas clínicas e demandas sociais contemporâneas como requisito para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.

Coorientadora: Profa. Dra. Simone Dalla Barba Walckoff

RECIFE, PE

2022

S586c

Silva, Itala Daniela da

Coautoria, conflito da vontade e testemunho: outras intervenções e compreensões psicológicas em diálogo com o pensamento de Hannah Arendt / Itala Daniela da Silva, 2022. 144 f.

Orientadora: Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.
Coorientadora: Simone Dalla Barba Walckoff
Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, 2022.

1. Conflito (Psicologia). 2. Vontade. 3. Psicologia aplicada. 4. Psicoterapia. 5. Arendt, Hannah, 1906-1975. I. Título.

CDU 159.964

Luciana Vidal - CRB-4/1338

ITALA DANIELA DA SILVA

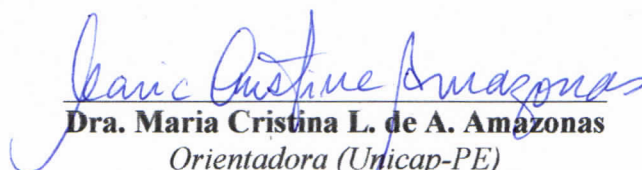
Coautoria, conflito de vontade e testemunho:

Outras intervenções e compreensões psicológicas em diálogo com
o pensamento de Hannah Arendt.

Aprovada em:

Recife, 25 de novembro de 2022

BANCA EXAMINADORA


Dra. Maria Cristina L. de A. Amazonas
Orientadora (Unicap-PE)

E-mail: crisamaz@gmail.com



Dra. Danielle Siqueira Leite
Avaliadora Interna (Unicap-PE)
E-mail: danielle.leite@unicap.br



Dra. Paula Cristina Barros
Avaliadora Interna (Unicap-PE)
E-mail: paula.barros@unicap.br



Dra. Dulce Mara Critelli
Avaliadora Externa (PUC-SP)
E-mail: dulcecritelli@existencia.com.br



Dra. Fabíola Freire.
Avaliadora Externa (PUC-SP)
E-mail: fabiolafreire12@gmail.com

RECIFE, PE

2022

À minha mãe, Vera Lúcia Campos da Silva, grande incentivadora da minha vida acadêmica. Ela sempre me impulsionou para eu chegar no doutorado. Sobretudo, ela sempre foi uma inspiração. Mulher forte, guerreira, humana e de um coração tão gigante que me acolheu como filha e me materna com um cuidado excepcional.

*Amo-te, mãe!
De sua filha, Itala Daniela...*

AGRADECIMENTOS

À **Mãe Natureza**, força gentil, fertilidade, criatividade e abundância. Solo fértil e fecundo que acolhe minha Co-criação e me conecta as minhas ancestralidades.

Ao meu pai, **Abenildo Felix** (*in memoriam*). Ele foi o primeiro a garantir a minha teia de relações, apesar das circunstâncias da vida;

À minha mãe, **Vera Lúcia**. Ela aceitou fazer parte da teia, cuidando em meio as bonanças e adversidades. Aquela coautora que certamente nunca deixou e nem deixará minha vontade adoecer. Sei que, com ela, o quero e o posso, são fortalecidos;

Aos meus familiares, **Alisson Victor** (irmão), **Maria do Socorro** e **Antônio Felix** (avó e avô), **Adnilson Felix** (tio); fundamentais em todo o meu processo de vida e acadêmica;

À **Hannah, Judith, Nina, Megan, Nick, Luan e Bento**, pets que me ensinam sobre amor, cuidado, dedicação e comprometimento. Que ocupam toda minha cama, enchem o coração de vida e torna os meus dias mais leve;

A **Augusto Fagnê**, testemunha fiel, coautor da vida, amparo à aparição da vontade;

A **Cláudio Vasconcelos**, coautor fundamental que a vida me presenteou na aventura que foi 2022. Ele me mostrou na concretude da existência o quanto novas pessoas em nossa história possibilita aberturas, natalidades e curas;

A **Renan Amaral**, parceria e coautoria fundamental para a retomada do fôlego acadêmico. Seu olhar cuidado, acadêmico e clínico foi extremamente fecundo para a conclusão dessa Tese.

A **Joseilson Gomes** que sempre se fez presente quando a energia parecia entrar na reserva. Combustível de vida!;

As/aos amigas(os): **Alan Oliveira, Kayo Henrique, Sílvia Melo, Fábio Souza, Patrícia de Lavôr**, coautores importantes que enchem a existência de esperança. Colo e incentivo para a vida e caminhada acadêmica;

À minha coorientadora, mãe-acadêmica, amiga, **Simone Walckoff**. Ela foi a que amparou à vontade acadêmica dizendo que sim: ‘o quero ser doutora poderia encontrar o posso ser!’. Agradeço imensamente a confiança dela em fazer comigo esse percurso de mestrado e doutorado.

À professora e orientadora **Cristina Amazonas** que entrou na minha teia de uma forma extremamente cuidadosa. Obrigada pela sua disponibilidade e seu cuidado de andar ao meu lado nessa reta final com contribuições tão importantes;

Aos **amigos/as da Unicap** pela presença e incentivo; especialmente, os que são da minha turma de doutorado;

Os meus **colegas de trabalho e docência**, em especial, Francisco Junior, Carolinne Fernández e Aparecida Barra Nova, fundamentais nesse percurso de conclusão.

Ao **Grupo de Estudo Lírios**, pelas trocas sempre fecundas e que, sem dúvida, tem me possibilitado pensar cotidianamente sobre Prática Psicológica e Hannah Arendt.

À professora **Dulce Critelli**, tão importante na minha formação. Seus textos, seus cursos e suas cuidadosas análises no mestrado e no doutorado possibilitaram saltos qualitativos nas pesquisas.

À professora **Fabíola Freire**, pela leitura e apontamentos cuidadosos e pertinentes e pelo incentivo a minha prática de pesquisa.

À professora **Paula Barros** tão cuidadosa na análise de pré-banca e tão cirúrgica e interventiva na busca por fazer eu me apropriar da autoria dessa tese, apesar dos diversos coautores.

À professora **Danielle Siqueira Leite**, pela presença desde a minha graduação em Psicologia. Por ter sido tão presente na minha inserção na docência do Ensino Superior e por ser uma parceira nas demandas da vida acadêmica.

EPÍGRAFE

“Sempre acreditei que, independentemente, do quão abstratas possam soar nossas teorias ou quão consistentes pareçam nossos argumentos, há incidentes e histórias por trás deles que, ao menos para nós, contêm, em poucas palavras, o significado completo do que quer que tenhamos a dizer” (Hannah Arendt, 2021, p. 243)

“Os incidentes das histórias vivas devem se manter como a referência do pensamento”.
(Hannah Arendt, 2021, p. 244)

RESUMO

Este trabalho discute sobre os conceitos arendtianos de coautoria, conflito da vontade e testemunho, com objetivo de apresentar outras intervenções e compreensões à prática psicológica em diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. A pesquisa, de cunho qualitativo, iniciou com uma revisão sistemática. A partir do levantamento bibliográfico foi possível compreender quais os conceitos arendtianos estão presentes na área da Psicologia no Brasil. Após a revisão sistemática, realizou-se uma metanálise das dissertações do grupo Amor Mundi que trabalha práticas psicológicas em diálogo com o pensamento arendtiano. Além desses recursos metodológicos, utilizou-se o diário de bordo da pesquisadora como fonte de narrativa para tecer as análises. Ao articular as experiências contidas nas pesquisas e no diário de bordo, foi possível discutir sobre os conceitos arendtianos que possibilitam novas compreensões e intervenções à prática psicológica. O conceito de coautoria, conflito da vontade e testemunho se entrelaçam e apontam para as teias das relações humanas, a tensão entre o querer e o poder, a narratividade e o discurso como temas significativos à construção de novos modos de intervir numa relação psicológica. Tais conceitos convoca o profissional de psicologia para um reposicionamento na relação, convidando-o a assumir a condição de coautor e testemunha, fundamentais para as pessoas construírem novas destinações existenciais. Por fim, tais discussões ainda tensionam sobre o compromisso da Psicologia com a vida ativa que ocorre em meio as relações humanas e tem resistências que nenhuma teoria pode pressupor.

Palavras-Chave: Coautoria. Conflito da Vontade. Testemunho Psicoterapêutico. Prática Psicológica. Hannah Arendt.

ABSTRACT

This work discusses the Arendt's concepts of co-authorship, conflict of will and testimony, with the goal to present with the aim of presenting other interventions and understandings of psychological practice in dialogue with Hannah Arendt's view. This qualitative research began with a systematic review. From the bibliographic survey it was possible to understand which Arendt's concepts are present in the field of Psychology in Brazil. After the systematic review, a meta-analysis was carried out on the dissertations of the Amor Mundi group, which works on psychological practices in dialogue with Arendt's thinking. In addition to these methodological resources, the researcher's journal was used as a source of narrative to weave the analyses. By articulating the experiences contained in the research and in the journal, it was possible to discuss Arendt's concepts that enable new understandings and interventions in psychological practice. The concept of co-authorship, conflict of will and testimony intertwine and points to the webs of human relationships, the tension between will and power, the narrativity and the speech as significant themes for the construction of new ways of intervening in a psychological relationship. Such concepts summon the psychology professional to reposition the relationship, inviting him to assume the condition of co-author and witness, fundamental for people to build new existential destinations. Finally, such discussions still stress the Psychology's commitment to the active life that occurs in the midst of human relationships and has a resistance that no theory can presuppose.

Keywords: Co-authorship. Conflict of will. Psychotherapeutic Testimony. Psychological Practice. Hannah Arendt.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 COAUTORIA, CONFLITO DA VONTADE E TESTEMUNHO: COMPREENSÕES ARENDTIANAS	13
2 MEU CENÁRIO DE SINGULARIZAÇÃO: PESSOAL, PROFISSIONAL E ACADÊMICA... ..	19
2.1 Psicóloga, supervisora, professora e pesquisadora: cenário de constituição do problema de pesquisa.	25
3 CAMINHO SE CONHECE ANDANDO	28
4 EMERGÊNCIA DE OUTRAS INTERVENÇÕES E COMPREENSÕES PSICOLÓGICAS EM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT	36
4.1 Do problema da ação a insuficiência da reflexão.	37
4.2 Coautoria: condição para novas destinações	45
4.3 Ilhas de Proteção: possibilidades onde a vontade está adoecida.	55
4.4 Testemunho psicoterapêutico: amparo à aparição da vontade	61
4.5 Cenário singularização e teia das relações humanas: constituição da historicidade das pessoas atendidas e dos profissionais de psicologia	72
5 OUTRAS SENSIBILIDADES ÀS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS: COMPREENSÕES ATRAVESSADAS PELOS CONCEITOS ARENDTIANOS	77
5.1 Problemas de pesquisas advindos da vida concreta e das práticas profissionais: compreensões a partir do pensamento arendtiano	79
5.2 Inclinação genuína às demandas da vida	90
5.3 Coautoria nas práticas psicológicas	94
5.4 Conflito e adoecimento da vontade: ressonâncias na construção de novas destinações	101
5.5 Testemunho psicoterapêutico: a radicalidade da experiência na narrativa do “como”	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
ANEXO I: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: PSICOLOGIA E HANNAH ARENDT: APROXIMAÇÕES EXISTENTES	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

APRESENTAÇÃO

A construção do pensamento psicológico e científico é marcado por características plurais. As múltiplas epistemologias permitem aos pesquisadores construir ciência de diferentes formas. Há epistemologias científicas, filosóficas e outras com estruturas mais compreensivas. As epistemologias compreensivas partem das circunstancialidades dadas numa determinada relação de investigação.

Nesse cenário multifacetado de se fazer ciência, Hannah Arendt tem sido a teórica que influencia o meu modo de pensar a vida, as relações humanas e os acontecimentos políticos. Arendt, crítica da ciência moderna e da filosofia, constrói as suas reflexões a partir dos acontecimentos humanos e políticos. Os temas de suas investigações partem da vida vivida numa teia de relações humanas, ou seja, em um cenário político. Segundo Arendt (2021, p. 244), “os incidentes das histórias vivas devem se manter como a referência do pensamento, pelas quais ele se orienta para não se perder nas alturas às quais se eleva, ou nas profundezas em que precisa descer”. Como destaca Lafer (2007), Arendt tem uma preferência em construir compreensões a partir do cotidiano das experiências da vida. Ao longo de suas obras, a autora recorre a histórias e experiências para construir as suas reflexões. Hannah Arendt (2014b, p. 41), destaca que os pensamentos surgem dos incidentes e das experiências da vida e precisam tê-los como orientação.

A preferência de Arendt pelas experiências e eventos cotidianos é um dos fatores que me fez estudar os seus conceitos, e aqui destaco coautoria, conflito da vontade e testemunho. Ao me inclinar para os incidentes das minhas histórias pessoais e profissionais, comecei a perceber que os conceitos arendtianos iluminavam as minhas compreensões de vida e de prática clínica de outras formas, sobretudo a percepção da importância dos coautores em nossa história como suporte à aparição da vontade (Arendt, 2014a; Arendt, 2008).

Os conceitos de coautoria e conflito da vontade entrelaçam-se com outros, como: condições humanas, natalidade, ação, testemunho e faculdade da vontade (querer e poder). Todos os conceitos mencionados anteriormente, e que serão discutidos no primeiro capítulo dessa tese, apontam para condições da existência humana significativas de serem consideradas em nossas práticas psicológicas.

Este trabalho discute sobre os conceitos arendtianos de coautoria, conflito da vontade e testemunho, com objetivo de apresentar outras intervenções e compreensões à prática psicológica em diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. Chamo de outras intervenções e

compreensões psicológicas os novos aspectos que o pensamento de Hannah Arendt apontou como significativos sobre as singularidades humanas e que me provocaram novas hermenêuticas nas práticas psicológicas, por exemplo, a necessidade de considerar os coautores, as teias das relações e o conflito da vontade.

Para essa discussão, iniciei a investigação pelo levantamento bibliográfico, realizado a partir de uma revisão sistemática. O objetivo desse levantamento foi compreender como Arendt e os seus conceitos estavam sendo utilizados nas práticas e nas pesquisas no campo da Psicologia no Brasil. Os resultados desse trabalho inicial foram postos como anexo nessa tese pois contribui situar quais os trabalhos em que há uma articulação entre Psicologia e Hannah Arendt, mas não fragmenta a discussão central da tese que é apresentar outras inventividades à prática psicológica a partir de alguns conceitos arendtianos.

Em paralelo à revisão sistemática, acompanhei as práticas psicológicas ofertadas pelo Grupo de Pesquisa do qual fiz parte na Universidade Católica de Pernambuco. Esse grupo foi criado em 2014, e supervisionado pela professora Dra. Simone Walckoff até o encerramento das atividades, em 2019. Como ele não recebeu um nome oficial, o chamarei aqui de *Amor Mundi*¹.

Acompanhar as práticas e pesquisas do *Amor Mundi* foi importante para compreender e discutir como os conceitos de Arendt possibilitavam novas compreensões sobre a demanda da população atendida pelos membros.

Concomitante ao levantamento bibliográfico e ao acompanhamento das atividades de prática e pesquisa do *Amor Mundi*, as minhas práticas de clínica e de supervisão também revelaram experiências significativas que, quando compreendidas com a influência dos conceitos arendtianos, pareciam ganhar novos significados.

Além disso, na prática docente, as perguntas dos estudantes passaram a ser respondidas por mim a partir do estabelecimento do diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. Isso me fez perceber que os conceitos arendtianos, apesar de ainda serem marginais na iluminação das práticas psicológicas, poderiam trazer outros direcionamentos para atenção psicológica.

O levantamento bibliográfico, as pesquisas do *Amor Mundi* e meu diário de bordo foram materiais que possibilitaram a realização dessa pesquisa em consonância com a metodologia arendtiana. Hannah Arendt, na construção dos seus textos e cursos, preferia sempre partir das experiências concretas da vida para tecer suas compreensões. Lafer (2007, p. 295), ao discutir sobre um curso ministrado por Arendt, indica:

¹ Amor Mundi é um termo da própria Arendt.

A bibliografia do curso incluía, como era usual na sua obra e em especial em *Origens do totalitarismo*, além de romances, poesias, autobiografias, biografias, textos, cartas, transições de processos. Foram selecionados para esclarecer o concreto dos eventos a serem estudados no curso.

A partir dessa sensibilidade metodológica, de ter a experiência como referência do pensamento, no primeiro capítulo discuto sobre **“Coautoria, conflito da vontade e testemunho: compreensões arendtianas”**. Nele, apresento os conceitos de Hannah Arendt que sustentarão as discussões teóricas desse trabalho.

Em sequência, apresento o **“Meu cenário de singularização: pessoal, profissional e acadêmica”**. Esse segundo capítulo tem o propósito de apresentar ao leitor o caminho que fiz até chegar ao pensamento de Arendt, e já entrelaça os conceitos dela com as histórias de vida, destacando a importância dos coautores nas construções biográficas.

No terceiro capítulo, **“Caminho se conhece andando...”**, apresento o método do trabalho. Nele destaco o percurso da pesquisa e aponto alguns aspectos do levantamento bibliográfico que é apresentado de forma mais ampla no anexo, para não fragmentar o objetivo principal da tese.

No quarto capítulo, **“Emergência de outras intervenções e compreensões psicológicas em diálogo com o pensamento de Hannah Arendt”**, entrelaço as pesquisas do *Amor Mundi* com as minhas experiências como psicóloga clínica, supervisora e professora. Esse material foi o que possibilitou a percepção de como os conceitos de Arendt podem oferecer outras intervenções e compreensões psicológicas em diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.

No quinto capítulo, **“Outras sensibilidades às práticas psicológicas: compreensões atravessadas pelos conceitos arendtianos”**, retomo as experiências apresentadas e as entrelaço com os conceitos de Hannah Arendt, indicando as outras hermenêuticas que o pensamento dela pode oferecer para a Psicologia.

No anexo, **“Psicologia e Arendt: aproximações existentes”**, apresento os trabalhos encontrados no levantamento bibliográfico a partir dos critérios estabelecidos no método. Fiz questão de apresentar o objetivo de cada trabalho para deixar demarcado quais os conceitos arendtianos estão sendo utilizados nas práticas psicológicas e pesquisas publicadas. Esse levantamento foi importante para que houvesse uma distinção entre os conceitos comumente utilizados nos outros trabalhos e aqueles que são centrais nesse trabalho, a saber, coautoria, conflito da vontade e testemunho.

1

COAUTORIA, CONFLITO DA VONTADE E TESTEMUNHO: COMPREENSÕES ARENDTIANAS

Ao longo da graduação, pude estudar diversos teóricos que subsidiam as práticas e intervenções psicológicas. Dentre as diversas possibilidades, aquelas advindas do campo do humanismo, da fenomenologia e do existencialismo sempre me chamaram mais atenção.

No programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica pude compreender melhor as distinções entre esses três eixos filosóficos e, sobretudo, pude me aprofundar no pensamento de Hannah Arendt. Meu primeiro contato com o pensamento arendtiano foi confuso, visto que eu não compreendia quais as aproximações possíveis de serem realizadas entre essa autora e a Psicologia. Deixo registrado aqui esse estranhamento inicial, pois ele pode ocorrer com outros pesquisadores e profissionais.

Hannah Arendt é uma teórica amplamente utilizada nas discussões sobre política e educação e, ao ser citada, geralmente são a esses dois campos de discussão que é associada. Ademais, com leituras mais demoradas, pude perceber a quantidade de conceitos arendtianos que poderiam compor um diálogo direto com as práticas e intervenções psicológicas.

É preciso destacar que Arendt, além de discutir sobre os regimes totalitários, apresenta reflexões importantes sobre as condições do homem na terra e sobre as faculdades do querer, do pensar e do julgar, em suas obras “A condição Humana” e “A vida do Espírito”, respectivamente.

Os conceitos discutidos nos referidos livros conduziram o fio da discussão que será aqui apresentada. Há uma ciclicidade no pensamento de Hannah Arendt de modo que, em todos os outros textos, ela retoma com maior ou menor ênfase os temas percorridos majoritariamente nas obras anteriormente mencionadas.

Se eu pudesse situar o pensamento de Arendt dentro de um eixo filosófico, mesmo que isso causasse um grande problema com ela, eu a aproximaria do campo da fenomenologia, pois sua compreensão acerca do movimento fenomênico do mundo é de que ele (o mundo) aparece para cada pessoa dada sua singularidade, circunstancialidade. O ser e o aparecer coincidem e constituem um *parece-me* (Arendt, 2008).

Mas, porque essa aproximação com a filosofia poderia gerar um problema com Hannah Arendt? A pergunta pode ser respondida de forma rápida e com as palavras da própria autora: “Mi opinión es que no soy filósofa. A mi modo de ver, mi adiós a filosofía es definitivo. Estudié

filosofia, como usted sabe, pero esto no significa que haya seguido por ahí”² (Arendt, 2010, p. 42). Para Arendt (2002), a filosofia se despreendeu da política desde a morte de Sócrates e, a partir de então, as reflexões empreendidas por esse campo tem mais a ver com a vida contemplativa do que com a vida ativa. O desencanto da filosofia pela *polis*, segundo a autora, advém da leitura de Platão sobre a insuficiência do poder da persuasão e da *doxa* no cenário político (Arendt, 2020).

Entre Sócrates e Platão há uma distância no conceito de verdade, e essa retomada teórica é fundamental para se compreender onde o pensamento de Arendt se apoia. Para Sócrates, é a partir da *doxa*, daquilo que me parece, que é possível compreender como o mundo se abre para mim, e “o pressuposto é de que o mundo se abre de modo diferente para cada homem” (Arendt, 2002, p. 96). Enquanto isso, Platão, inconformado com a insuficiência do filósofo, revelada pela morte de Sócrates, opõe-se ao conceito de *doxa*, e constrói seu conceito de verdade partindo do pressuposto de que ela é imutável e eterna, e se encontra no plano das ideias.

Como podemos constatar, a morte de Sócrates fez com que Platão desacreditasse da *polis*, e ressaltasse que apenas o filósofo rei teria a capacidade de conduzir os assuntos humanos, dado o seu conhecimento. Isso impacta diretamente a construção do pensamento filosófico e científico que relega ao especialista a condução dos assuntos humanos. Gera ainda uma especialização dos saberes e um distanciamento das opiniões plurais que se mostram na arena pública. Arendt (2021) destaca que os pensamentos filosóficos e científicos, construídos ao longo de séculos, foram insuficientes para impedir as barbaridades testemunhadas no século XX, na Europa, contra a humanidade. Inclusive, a ciência moderna, com o distanciamento da *polis*, coloca em risco a própria humanidade.

A partir dessa constatação, Hannah Arendt se vê e se anuncia como teórica política, pois o seu compromisso passa a ser refletir sobre as questões e os acontecimentos humanos, a partir da concretude da vida. Por partir da concretude da existência, Arendt se aproxima muito mais do conceito socrático de *doxa*: aquilo que me aparece a partir das circunstancialidades e das minhas condições humanas. Dado que algo só aparece para mim a partir das circunstancialidades, revela-se o caráter plural da condição humana na terra. Segundo Fry (2010, p. 66),

Arendt acredita que Sócrates não estava interessado na verdade; seu interesse voltava para a opinião, ou *doxa*, que diz respeito à verdade do mundo à medida

² “Na minha opinião, eu não sou uma filósofa. Ao meu modo de ver, meu adeus a filosofia é definitivo. Estudei filosofia, como você sabe, porém não significa que eu tenha seguido por aí” (Tradução livre da entrevista concedida em 28 de outubro de 1964 a Günter Gaus).

que se abre ao mundo. Arendt argumenta que Sócrates compreendeu que a *doxa* era ‘a formulação, em discurso, da *dokei moi*, isto é, do que me parece’. A verdade da *doxa* baseia-se na compreensão de que, apesar de todo mundo experimentar o mesmo mundo, ele se abre diferentemente para todas as pessoas, a depender da posição delas.

Essa pluralidade foi, e é, posta em risco sempre que algum sistema político, acrescento filosófico ou teórico, tenta extinguir a multiplicidade fenomênica do mundo. Essa tentativa de erradicação se constitui como o mal radical, revelada, sobremaneira, nos regimes totalitários.

Com vias a aclarar sobre a característica básica do ser humano na terra, Arendt se dedica a discutir sobre as condições humanas. Para a autora, “há condições humanas que não podem ser irremediavelmente perdidas enquanto não se mudar a própria condição humana” (Arendt, 2014a, p. 7). Ela destaca que a vida é dada ao homem sob algumas condições, não no sentido de condicionamentos, mas de circunstancialidades, de onde, irremediavelmente, parte a existência. São elas: a terra, a vida biológica, a mundanidade, a pluralidade, a natalidade, a mortalidade e o próprio condicionamento (Arendt, 2014a).

A partir dessa consideração, a autora divide as atividades humanas em ativa e contemplativa. Na vida ativa ela discute sobre o Labor (diz respeito a manutenção da vida biológica), Obra (cuida da condição de mundanidade e habitação na terra) e Ação (que assinala a condição de pluralidade da vida humana). Na vida do espírito, mais atrelada às dimensões contemplativas da existência, ela discute sobre o pensar, o querer e o julgar. Curiosamente, até a discussão mais filosófica-contemplativa de Arendt tem um elo com a vida ativa, como condição para as faculdades do espírito existir. Isso se revela de forma impetuosa na faculdade da vontade, que será discutida mais adiante, mas que, para existir, precisa da presença circundante de pessoas que apoiem o querer. Não é possível querer na solidão, pois esse querer não tem força de efetuação. O eu-querer e o eu-posso precisam coincidir, e o eu-posso precisa estar ligado à teia das relações humanas e às circunstancialidades de uma história de vida específica, singular e plural ao mesmo tempo (Arendt, 2008). Caso não haja mínimas coincidências entre o eu-querer e o eu-posso, pode-se instaurar aquilo que a professora Dulce Critelli, em aula, chamou de conflito da vontade.

Esse compromisso arendtiano com as condições de vida dadas ao homem na terra, e o seu destaque à importância da teia das relações humanas na efetivação de novas destinações, mostraram-se importantes nos meus entendimentos acerca das intervenções e compreensões psicológicas e, por isso, destaco aqui os conceitos de coautoria, conflito da vontade e testemunho como significativos para oferecer um novo lastro, de onde possam advir outras intervenções e compreensões psicológicas em diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.

O conceito de coautoria está correlacionado à vida ativa e à condição de pluralidade humana. Para Hannah Arendt, a ação só pode ocorrer em meio a uma teia de relações humanas, portanto, depende da presença de coautores. Hannah Arendt discute sobre coautoria em seu livro “A condição humana”. Para a autora, nossa singularidade se constrói em meio da pluralidade, ou seja, em uma teia de relações humanas. Por mais que iniciemos histórias, elas necessitam da presença circundante de outras pessoas para que o ato iniciado seja sustentado. Enquanto iniciadores, somos atores do acontecimento, ou seja, atuamos nele, mas padecemos por não sabermos como as outras singularidades reagirão aos nossos atos.

Como mencionei, Arendt divide a vida ativa em labor, obra e ação. Enquanto o labor e a obra podem ser realizados na solidão, a ação é eminentemente política, e só pode acontecer numa teia humana.

A ação está ligada à condição humana da natalidade, do nascimento. Por termos nascido biologicamente no mundo, ao homem é dada a possibilidade de nascer sempre a partir das ações. Ademais, essa possibilidade de iniciar coisas novas, além de estar atrelada ao fator biológico, necessita da presença circundantes de outras pessoas que levam a cabo e sustentam o ato iniciado. Necessita ainda da crença entre a faculdades do querer e do poder, conforme discutiremos adiante.

Cada aparecimento é original e único, e revela o caráter humano de realizar milagres, ou seja, aquilo que era imprevisível. Cada pessoa que nasce traz uma novidade, pois, o mundo se abrirá para ela em um parece-me absolutamente singular. A singularidade se esparrama na pluralidade que é ser humano na terra. Ou seja, a singularidade é revelada em meio a pluralidade humana. A ação é essa capacidade de instaurar a novidade e romper com a linearidade da vida. Agir, segundo Arendt (2014a, p. 219), “significa tomar iniciativa, iniciar, imprimir movimento a alguma coisa”, e por ter nascido no mundo, o homem é constantemente impelido a tomar iniciativas. Arendt, afirma:

O novo sempre acontece em oposição à esmagadora possibilidade das leis estatísticas e à sua probabilidade que para todos os fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim o novo sempre aparece na forma de um milagre. O fato de o homem ser capaz de agir, significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque o homem é único, de sorte que, a cada nascimento vem ao mundo algo singularmente novo (Arendt, 2014a, p. 220).

Importa destacar, no entanto, que a ação, sendo da condição da pluralidade, “insere-se sempre numa teia já existente”, sendo a teia humana condição *sine qua non* para que a ação

ocorra. Conforme Arendt (2014a, p. 233) “a ação jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir”.

Enquanto o labor e a obra podem ser realizados na solidão, pela força física ou intelectual, na ação há uma impotência humana de realizá-la sem a participação de seus pares. Agir em conjunto é a condição política de sua efetivação. “É como se toda ação estivesse dividida em duas partes: o começo, feito por uma só pessoa, e a realização, à qual muitas se associam para ‘conduzir’, ‘acabar’, levar a cabo o empreendimento” iniciado (Arendt, 2014a, o. 234). As forças física e intelectual não garantem a possibilidade da instauração do novo, sua efetivação está vinculada aos coautores que participam da história humana. A participação imprescindível de coautores reforça a imprevisibilidade, incontrolabilidade e irreversibilidade da ação.

Por ocorrer numa teia preexistente de relações, a ação pode se deparar com intenções conflitantes, o que gerará reações e causará, portanto, novos processos, novas ações que seguem o fluxo contínuo de imprevisibilidade e afetam os outros (Arendt, 2014a).

O caráter imprevisível, incontrolável e irrevogável da ação é, de certo modo, assustador. Depois de iniciar algo na teia de relações humanas, a continuação e o impacto desse ato dependerão de como a trama humana o acolherá ou não. As consequências de uma ação não podem ser previstas por um planejamento prévio (Fry, 2010). Segundo Arendt (2014a, p. 288), “o motivo pelo qual jamais podemos prever com certeza o resultado e o fim de qualquer ação é simplesmente que a ação não tem fim”. O que foi iniciado pode perdurar por anos.

Para Arendt (2014a), há uma forma de estabilizar a imprevisibilidade e irrevogabilidade da ação, e essa estabilização se dá pela capacidade humana de realizar promessas e de perdoar. A promessa estabiliza a ação, e a capacidade do perdão possibilita ao indivíduo se desculpar pelos erros, dada a irreversibilidade do ato. A capacidade de realizar promessas instaura, no futuro, ilhas de segurança. Já a capacidade de perdoar abre a possibilidade de nos libertarmos daquilo que iniciamos e que não sabíamos com antemão todas as consequências possíveis de tal ato. Ademais, perdão e promessa também dependem da presença circundante de outras pessoas. Nas palavras de Arendt (2014a, p. 294):

[...] ninguém pode perdoar a si mesmo e ninguém pode se sentir obrigado por uma promessa feita apenas para si mesmo; o perdão e a promessa realizados na solitude e no isolamento permanecem sem realidade e não podem significar mais do que um papel que a pessoa em cena para si mesma.

A presença de outras pessoas é importante tanto para a realização da promessa quanto para a compreensão dos atos iniciados. O significado da ação não aparece inicialmente para o ator, mas para o contador da história. É preciso narrar uma história na presença de alguém para que o significado do ato possa ser compreendido. Nesse sentido, a presença de testemunhas é de suma importância para a compreensão da ação e das consequências desencadeadas numa teia de relações humanas. É na retrospectiva do discurso que o ato se configura como uma ação, visto que o que foi iniciado se revela a partir da palavra.

2

MEU CENÁRIO DE SINGULARIZAÇÃO: PESSOAL, PROFISSIONAL E ACADÊMICA...

No capítulo anterior, pude discutir alguns conceitos arendtianos, e dentre eles a importância dada por Hannah Arendt às circunstancialidades de onde parte a existência de alguém. Desse modo, eu não poderia seguir nessa discussão sem apresentar o meu cenário de singularização e constituição profissional. Isso porque, a partir das relações pessoais estabelecidas numa história de vida, podemos nos construir e, sobretudo, nos singularizar (Arendt, 2014a). A singularização diz respeito a nossa distinção frente a pluralidade. Somos humanos, habitamos o Planeta Terra e estamos sujeitados a algumas condições específicas. Essas condições, segundo Hannah Arendt não são determinações fixas e imutáveis, no sentido de condicionamento, mas um campo de onde parte a construção de nossas existências (Arendt, 2014a).

A Terra, a vida biológica, a mundanidade, a pluralidade, a natalidade, a mortalidade e o condicionamento são condições humanas e, é nesse cenário que os recém-chegados nascem no mundo (Arendt, 2014a). Por sua vez, o mundo é continuamente renovado a partir do nascimento de novos seres humanos (Arendt, 2014b). O nascimento biológico inaugura o milagre da natalidade e possibilita que o homem/mulher nasça sempre a partir das ações ocorridas no cenário político (Arendt, 2014a).

É importante destacar que o conceito de política para Hannah Arendt é constituído em diálogo com os conceitos da *polis* grega apresentada por Sócrates. O cenário político é o espaço de aparecimento, onde a liberdade efetivamente ocorre. A liberdade é justamente a possibilidade de aparecer singularmente em meio a pluralidade e isso corresponde ao milagre da natalidade. Em resumo, a natalidade e a liberdade são a possibilidade de inaugurar o novo no mundo (Arendt, 2014b).

Curiosamente, ao escrevermos uma tese de doutoramento, esperam de nós a inauguração da novidade. Um novo modo de olhar para questões teóricas, práticas e acadêmicas. Ademais, essa singularidade é construída numa teia de relações humanas. Não é possível nos construirmos na solidão, mas junto de coautores. A nossa história de vida é uma profusão de acontecimentos, de histórias, vivida junto a muitas pessoas (Arendt, 2014a; Critelli, 2012).

Nesse sentido, antes de apresentar como se construiu a problemática da tese a saber, como os conceitos arendtianos de coautoria, conflito da vontade e testemunho podem abrir

outras intervenções e compreensões psicológicas, julgo importante apresentar um pouco da minha história pessoal, profissional e acadêmica.

Quem sou eu, pesquisadora, singular/plural, que partilha uma investigação de doutoramento?

Minha apresentação versará em demarcar como os coautores são importantes em minha história e como eles fortalecem a minha vontade de me constituir psicóloga, professora e pesquisadora. A vontade, articulada entre o querer e o poder, está intimamente ligada as teias humanas que estamos inseridos e ao cenário de singularização que nos constituímos. O querer e o poder só se retroalimentam quando minimamente coexistem (Arendt, 2008).

Coautoria, conflito da vontade e cenário de singularização são aspectos sensíveis que se apresentam cotidianamente nos atendimentos clínicos, nas supervisões, nas leituras e nas reflexões acadêmicas que tenho empreendido na vida profissional e de pesquisa. Essas temáticas atravessarão as discussões aqui apresentadas.

Mas, o que seria a coautoria? Para Arendt (2014a, p. 228) “o domínio dos assuntos humanos consiste na teia das relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos”. A existência, enquanto construção da singularidade, acontece em meio a pluralidade humana e nesse sentido o/a homem/mulher, apesar de iniciar os acontecimentos e estabelecer inaugurações nas histórias humanas, a continuidade do ato iniciado depende da presença circundante de outras pessoas, ou seja, dos coautores. Nesse sentido, não é possível uma existência solitária, sempre estaremos circundados por coautores (Arendt, 2014a).

Enquanto a *Ação* está mais vinculada aquilo que Arendt chamou de vida ativa e discutiu na sua obra “A condição humana”, a *Vontade* é uma das faculdades do espírito e foi discutida por ela em sua obra “A vida do espírito”. A *Vontade* é um órgão espiritual que ao se lança para o futuro sofre um conflito por se deparar com a dualidade do poder e não poder (Arendt, 2008). A resolução desse conflito se dá quando o *eu quero* e o *eu posso* se encontram, consolida a possibilidade da natalidade e consoma a liberdade humana (Arendt, 2014b).

O *eu-queiro* e *eu-posso* se mostram em minha história pessoal e profissional vinculado as condições humanas que me são dadas ao longo da existência. Essas condições comportam, as teias das relações humanas, os aspectos sociais e econômicos e a crença que os coautores têm em minha história de vida e na minha capacidade de construir coisas novas na minha biografia pessoal e profissional.

É importante destacar que esse capítulo não tem a pretensão de encontrar algo na minha existência que justifique os conceitos arendtianos, mas é uma forma de manter as experiências vivas como referência para o pensamento (Arendt, 2021). Para Arendt (2021, p. 505), o assunto

do pensamento precisa ser a experiência e nada mais, pois “se perdermos o contato com o solo da experiência, nos metemos em todo tipo de teoria”.

Escolho e apresento os conceitos arendtianos depois de um longo refletir sobre a minha vida, a vida das pessoas que atendi no meu consultório e as supervisões clínicas que realizei com profissionais e estudantes de psicologia. Na verdade, os conceitos vieram *a posteriori* e lançaram algumas luzes nas narrativas que fui me deparando ao longo da prática profissional.

Sou da espécie dos *Homo Sapiens* e habito o terceiro planeta do sistema solar, a Terra. O meu cenário de singularização é o continente americano, a América do Sul, o Brasil, a região Nordeste, o Estado de Pernambuco e o município de Caruaru. Se eu tivesse nascido no continente europeu, em outro país ou município, eu teria outros cenários de singularização existencial.

Viver no Brasil é estar marcada por uma história de colonização que afeta não só nossas condições de vida, mas as dimensões políticas, econômicas, culturais, religiosas e científica epistemológica (Tiburi, 2021). Ser nordestina também tatua a minha historicidade e o modo que posso ser vista por habitantes de outras regiões brasileiras. Apesar de ter sido aluna de mestrado e doutorado numa Universidade na capital pernambucana, sou do interior do estado.

Minhas graduações ocorreram em faculdades na cidade de Caruaru, Psicologia e Teologia. No bacharelado de Teologia, as discussões advindas da Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação me apontava a necessidade de situar a compreensão da vida a partir de sensibilidades sociais, políticas e econômicas.

Enquanto estudante de Psicologia as abordagens humanistas e fenomenológicas sempre me atraíram pelo fato de também me aproximar da realidade das pessoas sem concepções apriorísticas. O olhar de Rogers para a Pessoa, a tentativa de cisão de Husserl com a metafísica e o posicionamento filosófico de Heidegger ao acusar a filosofia de ter abandonado o Ser, apontavam possibilidades hermenêuticas diferente daquelas advindas das estruturações psíquicas proposta pela psicanálise e das modulações comportamentais das teorias behavioristas.

Segundo Figueiredo (2009), a escolha de nossa perspectiva teórica e de prática, denuncia o nosso modo de existir no mundo, pois ela nos fisga e mostra o nosso modo de existir no mundo. Além de ser fisgada pela filosofia e fenomenologia na graduação, fui fisgada pelo pensamento de Hannah Arendt ao ingressar no mestrado de psicologia clínica da UNICAP.

As compreensões sobre as práticas psicológicas, antes realizadas com o atravessamento do pensamento de Martin Heidegger, cederam espaços para uma tessitura compreensiva com os conceitos do pensamento de Hannah Arendt. No início eu acreditava que entre esses autores

existiam mais aproximações e afinidades do que necessariamente existe. Como indica Dulce Critelli, também muitas vezes li Arendt com as lentes de Heidegger e as distinções entre eles ficaram inicialmente obscurecidas. Com dedicação, estudo e leituras mais cuidadosas, percebi que as distinções entre o pensamento arendtiano e heideggeriano são mais abissais do que inicialmente acreditamos.

André Duarte (2010) apresenta sobre as aproximações e os distanciamentos entre Heidegger e Arendt a partir de uma análise sobre o que eles discutem acerca da modernidade tecnocientífica. Para Duarte (2010, p. 45), Arendt responde a questões já pensadas por Heidegger de modos diferentes e “as críticas, a apropriação e a transformação violenta dos temas e concepções heideggerianas se fazem presente não apenas quando Arendt discute expressamente a filosofia de Heidegger, mas também quando sequer ele é mencionado”. Apesar de Duarte retomar o tempo inteiro os temas de aproximação, é importante considerar um aspecto que torna a distância mais significativa, o ponto de referência de onde nasce as análises de cada autor. Nas palavras de Duarte (2010),

Esse distanciamento teórico de Arendt em relação a Heidegger diz respeito ao modo como ela entende a história e os eventos históricos. Em linhas gerais, Heidegger enxerga a história ocidental segundo a tese hermenêutico-epocal dos envios do ser que se oculta ao manifestar-se nos entes que a cada vez podem ser o que são e como são historicamente. Desse modo, para ele a interrogação da história deve ser filtrada pela meditação filosófica sobre o fundamento metafísico que atravessa e estrutura a reflexão do filósofo em cada época determinada. Por outro lado, Arendt concede especial atenção à discussão de certos eventos históricos tangíveis, tais como a descoberta da América, a Reforma Protestante e o aperfeiçoamento do telescópio por Galileu. Em sua consideração da história, Arendt pensa que mais importante do que as ideias são os eventos, pois as ideias, ao contrário dos eventos, nunca são inéditas e nem tem consequências palpáveis que todo evento sempre apresenta na longa duração do tempo (Duarte, 2010, p. 59).

Enquanto para Heidegger o filósofo tem o papel de filtrar pela meditação filosófica os aspectos de cada época, Arendt ressalta o seu exímio cuidado metodológico em se manter numa proximidade inexorável com os acontecimentos históricos, pois enquanto as ideias, alcançada pelo pensamento, têm curso previsível, as histórias são acontecimentos singulares e inexoravelmente imprevisíveis.

Nas práticas psicológicas influenciadas pelo pensamento do Heidegger, a clínica pode ser pensada como o espaço de uma transformação não produzida, mas emergente em forma de reflexão (Barreto; Morato, 2009). Para essa transformação ocorrer, Barreto e Morato (2009), dizem que:

Acompanhar o cliente nessa passagem significa assumir a tarefa de tornar explícita, para o cliente, a posse do sentido de sua dor e das possibilidades negadas. Nessa compreensão, não há nenhum direcionamento, mas a quebra das habitualidades abre fissuras que são o fôlego de possíveis mudanças, transformando o acontecer clínico em uma experiência de ação, constituída por aceitar simplesmente aquilo que se mostra no fenômeno do tornar presente e nada mais (Barreto; Morato, 2009, p. 50).

Para Barreto e Morato (2009), a reflexão e a explicitação dos sentidos dos sofrimentos humanos, gerariam as fissuras suficientes para novas construções de possibilidade. Sobre esse aspecto, Jardim (2013), também influenciado pelo pensamento de Martin Heidegger, aponta:

Para o paciente, o exercício do compreender e pensar o próprio existir em uma sessão já é uma ‘primeira’ ação que inaugura uma proximidade e uma permanência com o próprio comportamento. Essa ‘primeira’ ação inicia a possibilidade de outras ações cotidianas, fora do contexto da terapia (Jardim, 2013, p. 70).

Dois pontos se colocam nos textos de Barreto e Morato (2009) e de Jardim (2013) que precisam de maior discussão numa perspectiva arendtiana, para que as distinções se tornem evidentes. O primeiro aspecto diz respeito ao conceito de ação. Para Arendt (2014), a ação não é previsível e nem garantida pelo pensamento. O segundo aspecto é de que o pensar, por si, não tem as resistências da vida vivida em uma teia de relações humanas. Logo, o pensar não garante que novos inícios sejam construídos, visto que iniciar algo novo depende muito mais da teia humana, que continuará ou não o que foi iniciado pelo autor do ato, do que do pensamento. A partir do pensamento arendtiano, as ações só ocorrerem na vida cotidiana se as pessoas encontrarem coautores que fortaleçam as suas vontades. Em Arendt a ação precisa de uma teia, de uma arena pública, de coautores, da narrativa e de uma compreensão que só se dá depois que o ato foi realizado.

Mas, como cheguei a Hannah Arendt? Iniciei os estudos do seu pensamento no período do mestrado. Os apontamentos da autora despertaram em mim outras intervenções e compreensões psicológicas, pois o tempo inteiro a autora convoca que as nossas compreensões partam da vida vivida numa dimensão política. É necessário, segundo a autora, estarmos atentos as experiências da vida, as teias das relações humanas e ao cenário de singularização que as pessoas se constituem.

A proximidade de Arendt com as questões da vida cotidiana me convoca a olhar para o paciente considerando aspectos que muitas vezes passaram despercebidos em minha escuta

clínica, como a importância dos coautores em nossa história e o conflito existente entre o querer e o poder na nossa vida cotidiana.

Não se trata de uma aplicabilidade do pensamento filosófico de Hannah Arendt para a prática psicológica, mas um diálogo que possibilitou novas compreensões nas escutas e intervenções psicológicas.

Silva e Sousa (2020, p. 149), ao discutir como Arendt lida com os assuntos humanos, apontam:

Hannah Arendt, pensadora política, como sempre preferiu ser chamada, foi uma autora que se dedicou a compreensão das condições humanas na vida ativa e do espírito, a partir da análise de fatos ocorridos na história, mais especificamente aqueles vinculados aos regimes totalitários. Sua exímia dedicação em compreender os grandes acontecimentos históricos a aproximou da compreensão dos assuntos humanos vividos em esferas “menores”. Para Hannah Arendt, os eventos do mundo são constituídos pela profusão de biografias individuais que revelam suas singularidades a partir do aparecimento político via ações. Segundo a autora, olhar para a humanidade no sentido plural, é abstrato, visto que não é possível identificar o agente ativo que iniciou as ações e as reações advindas na teia das relações humanas. Por esse motivo, é necessário olharmos para as ações iniciadas por autores e continuadas pelos coautores para compreendermos a história da humanidade.

O convite para olhar às biografias singulares construídas em coautoria, numa teia de relações humanas, tem me oferecido novas lentes para compreender as questões humanas e as práticas psicológicas. Meu trabalho de conclusão de curso da graduação em Psicologia e a minha dissertação de mestrado em Psicologia Clínica, tiveram como questões a vida e a morte. Teci compreensões sobre como a morte pode convocar para a vida. Em consonância com a natalidade arendtiana pude perceber que, de fato, somos seres de início (natalidade). Cada pessoa que perdia alguém era/é convocado, de algum modo, para iniciar algo novo em sua vida.

Além disso, enquanto pesquisadora, fui me dando conta que a dimensão de coautoria perpassava não só a vida cotidiana, mas o próprio fazer clínico e a pesquisa científica. A pluralidade e a singularidade, temas transversais no pensamento arendtiano se apresentam nas várias esferas da vida humana.

2.1 Psicóloga, supervisora, professora e pesquisadora: cenário de constituição do problema de pesquisa.

A partir de então, a minha prática psicológica tem encontrado no pensamento de Hannah Arendt iluminações fecundas. Apesar de Arendt não discutir sobre Psicologia, ela lança interrogações sobre as questões humanas que abrem possibilidades para repensar a vida, as relações, as demandas singulares e plurais específicas do ser humano.

Corroborando com a dimensão de coautoria da própria Arendt, destaco que esse repensar tem sido um co-refletir (refletir junto). Esse repensar começou com os diálogos estabelecidos no grupo *Amor Mundi* do qual eu fazia parte e hoje se estende aos diálogos que estabeleço em sala de aula, como professora, e nas supervisões clínicas

Arendt (2014), ao falar sobre coautoria, assinala que:

O domínio dos assuntos humanos consiste na teia de relações humanas o que existe onde quer que os homens vivam juntos. O desvelamento do “quem” por meio do discurso e o estabelecimento de um novo início por meio da ação inserem-se sempre em uma teia já existente, onde suas consequências imediatas podem ser sentidas (Arendt, 2014, p. 228).

Os diálogos estabelecidos nesses espaços de atuação clínica, de docência e de pesquisa, ofereceram os recursos necessários para estabelecer as perguntas e as discussões que serão apresentadas aqui.

O meu processo psicoterápico individual, as escutas clínicas, as supervisões, a prática docente, o acompanhamento das pesquisas realizadas pelo *Amor Mundi*, as questões trazidas pelos membros do Grupo de Estudo Lírios têm me aproximado da concretude da existência humana que é tecida numa teia de relações. E essas teias comportam diversas resistências advindas da vida concreta.

Na história da filosofia, a vida ativa foi vista com um menor valor em detrimento da vida contemplativa. A vida ativa, para Hannah Arendt, é dotada das atividades do labor, da obra e da ação. Na história política, só participava da polis, àqueles que não precisavam dar conta das necessidades biológicas e das carências humanas, ou seja, aqueles que estavam mais livres da condição do labor e sobretudo da obra (Arendt, 2018c).

Ao pensar sobre as demandas que me chegam decorrente das diversas modalidades de práticas psicológicas, tenho percebido que, nem sempre, a reflexão, enquanto um pensar genérico sobre a vida, é suficiente frente as demandas do cotidiano. A vida concreta é distinta da teoricamente definida e apresenta resistências que inexistem no pensamento. Isso porque o

pensamento nem sempre leva em conta os vínculos e as tensões existentes nas teias de relações humanas.

Recordo-me que muitas vezes atendi mulheres que estavam em contexto de violência doméstica e que por mais que elas refletissem sobre as violências sofridas, e se empoderassem das questões feministas, os apelos de sobrevivência cotidiana, a falta de uma teia de relações que apoiassem as novas destinações acabava por fragilizar as saídas. Com isso, via-me na necessidade de abrir espaço para que o paciente narrasse as possibilidades de reorganizar a vida concreta, de estabelecer e construir acordos, para que uma ruptura pudesse ocorrer. Ou seja, não adiantava, apenas pensar, meditar ou refletir sobre as rupturas, mas era necessário considerar como essas rupturas poderiam ocorrer.

O “*sobre*” está vinculado a contemplação, o “*como*” a vida vivida, concreta. Nesse sentido, muitas vezes precisei me vincular ao *como* para que os pacientes pudessem se aproximar da vida concreta. O pensamento não tem a resistência que a vida tem. Logo o que é possível na vida pensada/refletida, nem sempre é tão fácil na vida que se constrói em coautoria (Arendt, 2015).

Na prática, algumas perguntas clínica, conduzem o paciente a relatarem o “*sobre*” e outras possibilitam a narrativa do “*como*”, de modo que as resistências concretas passam a ser percebidas. Recordo de uma paciente que estava cansada do modo que seu relacionamento conjugal vinha se estabelecendo. Claramente ela não suportava mais aquelas condições e me dizia reiterada vezes: “eu não suporto mais que ele me esconda as coisas, ele precisa me dizer os planejamentos. Eu não suporto mais viver essa insegurança. Se ele continuar assim eu não quero mais estar nesse casamento. Eu vou me separar”. Ouvi durante várias sessões o “*sobre*” da separação. Até que, certo dia, meio exausta dessa repetição da paciente, disse-lhe: “Joana, seu casamento acabou, e agora?”. A minha fala tinha a intenção de aproximá-la do “*como*”. Como você viverá após a separação. Poderia ter vinculado ao *como* ela iria se separar, mas fui adiante. Iniciei no “*como*” pós separação. Ela espantada me disse: “Itala, eu não conseguiria dormir essa noite, pois durmo embaixo do sovaco [sic] dele”. Quando nos aproximamos do “*como*”, ela percebeu que precisava cuidar de algumas coisas da vida concreta para conseguir estabelecer aquilo que ela me falava no “*sobre*”, na reflexão abstrata da vida. Na reflexão, tudo é possível. No concreto, há resistências, que não são impeditivos, mas convoca a pessoa a outros cuidados e até outros acordos com as pessoas e o mundo.

Em outra circunstância, dessa vez numa supervisão clínica, recordo que a psicóloga trazia a questão de um paciente que chamarei de Alfredo. Alfredo se reclamava do trabalho atual e dizia que a sua mãe impedia que ele mudasse de emprego. A mãe de Alfredo

deslegitimava a fala dele dizendo que ele não compreendia nada sobre a vida. O irmão e o pai não davam espaço para Alfredo falar sobre os desconfortos e os projetos dele. A esposa também não legitimava os projetos de Alfredo. Ao ouvir aquela história de silenciamento, lembro que a primeira coisa que eu pensei foi: além de silenciado ele está numa completa solidão para pensar sobre seus projetos de trabalho. Não há quem o escute e testemunhe os seus desejos. Ele não consegue organizar os seus projetos, pois ninguém escuta o “*como*” dos seus sonhos. Alfredo estava numa profunda solidão. Na ocasião eu trouxe isso para a psicóloga e pensei que o espaço terapêutico poderia ser o campo fecundo para se pensar o “*como*”. Como ele queria mudar de emprego? Como ele queria se projetar na vida? Como concretamente ele iria fazer isso? O passo a passo mesmo. Quem e o que ele precisaria lançar mão para levar a cabo tal empreendimento. Iluminada pelo pensamento de Hannah Arendt e Walter Benjamin pensei que, só narrando, ou seja, construindo o discurso do “*como*”, Alfredo poderia se deparar com as possibilidades e as resistências da vida concreta. De fato, essa foi uma virada de chave na vida de Alfredo. Quando a psicóloga retornou para o setting e questionou sobre o “*como*” Alfredo passou a fortalecer a sua vontade. O “*como*” retira a abstração do pensamento e aproxima das resistências do vivido. É importante destacar que o “*como*” não é a antecipação da ação, mas a aproximação do cenário concreto da vida. É o “ensaio” mais próximo do vivido.

Assim, percebi que as vezes que eu me deixava atravessar pelo pensamento de Hannah Arendt, as compreensões ganhavam novos contornos e significados, bem como as intervenções psicológicas. Por esse motivo, lancei-me a pesquisar: como as práticas psicológicas podem ser impactadas pelos conceitos arendtianos.

Essa pesquisa seguiu um caminho gradativo: primeiro um levantamento bibliográfico, a partir de uma revisão sistemática; depois se debruçou nas pesquisas realizadas pelo Grupo *Amor Mundi*; terceiro a leitura do meu diário de bordo de psicóloga, supervisora clínica e professora. Por fim, os aspectos foram narrados para se encontrar o fio que tecia essa história e seus possíveis significados.

3

CAMINHO SE CONHECE ANDANDO...

Chico César diz: “Caminho se conhece andando... Então vez em quando é bom se perder...Perdido fica perguntando, vai só procurando e acha sem saber...”. Chico conseguiu traduzir a minha caminhada nessa pesquisa de doutoramento.

Muitas vezes me perdi no caminho, mas me mantive caminhando na tentativa de clarear o meu problema de tese que muitas vezes se apresentou amplo, genérico e difuso. Em vários momentos eu não conseguia identificar o que eu faria e qual seria a melhor escolha naquele momento. Fui caminhando, perdendo-me e achando (sem saber).

Reconheço que há uma exímia distinção entre uma escrita de tese e um romance, mas compartilho essa narrativa da experiência do meu percurso de pesquisa pois ele aponta para a atitude metodológica que me coloquei durante essa trajetória. Manter a “confusão” dessa experiência é uma forma de apontar para a escolha decisiva de uma escrita e de uma construção acadêmica que estão eminentemente afinadas com a vida vivida e que traz “o sal da vida de múltiplas experiências [...] para a construção de uma narrativa esclarecedora” (Lafer, 2007, p. 297).

Essa processualidade, e o próprio movimento de se encontrar e se perder estiveram ligados a atitude cartográfica assumida. Segundo Alvarez e Passos (2015), cartografar é habitar um território e tal habitação se dá a partir de um engajamento na experiência. Sobre essa experiência cartográfica,

Dizemos que o aprendiz-cartógrafo tem no início uma tendência receptiva alta justamente para marcar esse caráter aventureiro e muitas vezes confuso do início de nossas habitações territoriais. Mas tal confusão, de ordem intelectual, é acompanhada de uma atração afetiva, uma espécie de abertura, uma receptividade aos acontecimentos em nossa volta, que nos abre para um encontro do que não procuramos ou não sabemos bem o que é. Atentos ao que desconhecemos, com atenção fora do foco orientados por uma atitude de espreita (*ethos* da pesquisa) o cartógrafo se guia sem ter metas predeterminadas. Seu caminho (*hódos* da pesquisa) vai se fazendo no processo, indicando essa reversão metodológica que a cartografia exige (*hódos-meta*) (Alvares; Passos, 2015, p. 138).

No percurso desse trabalho a atitude se mostrou cartográfica, justamente por essa abertura ao caminho que foi revelado, a partir de uma habitação existencial e um engajamento na problemática discutida. Foi esse engajamento que norteou os passos seguintes.

Ao descrever o método de pesquisa, denuncia-se a base epistemológica que sustenta o seu fazer. Conforme Lima e Miotto (2007, p. 39),

O primeiro passo se caracteriza pela escolha de determinada narrativa teórica que veiculará a concepção de mundo e de homem responsável pela forma como o pesquisador irá apreender as condições de interação possíveis entre o homem e a realidade.

No meio acadêmico, poderíamos dizer que *ler* é uma condição humana, ou melhor, uma condição acadêmica (permita-me brincar com os termos arendtianos), pois para Hannah Arendt “o que quer que toque (*a vida humana*) ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana” (Arendt, 2014, p. 12 - *grifos meus*). *Ler* seria, portanto, uma condição do meio acadêmico, pois a leitura é algo comum a todos/as os/as que estão nessa área. Contudo, nessa pluralidade em que estamos inseridos, algo nos singulariza e, nesse caso, seria o modo distinto que cada um lê. Os textos podem ser os mesmos, mas cada um articulará de um modo singular. Isso singulariza a leitura e a produção de cada pesquisador/a e o revela como único na pluralidade acadêmica.

As dúvidas advindas do processo de doutoramento, dentre eles, o que seria uma novidade para a tese, foram aclaradas ao longo do percurso. Passei a compreender que a novidade estava no modo em que o material de pesquisa seria selecionado e as compreensões realizadas. Serrano (2011, p. 17), indica que “o inédito vem a ser justamente do enfoque e a fixação”.

Enviesada pelo pensamento de Hannah Arendt, posso dizer que a novidade está na apresentação singular do tema numa arena política. Política aqui tem o sentido de aparecimento da *doxa*, ou seja, aquilo que aparece na *pólis*, no mundo, nas relações. Para Arendt, “ser e aparecer coincidem” (Arendt, 2008) e essa aparição no cenário político e plural, revela a singularidade, a distinção, do agente (Arendt, 2014a). Em termos arendtianos,

O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque cada homem é único, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é único pode-se dizer verdadeiramente que antes dele não havia ninguém. Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais (Arendt, 2014a, p. 220-221).

O/a pesquisador/a, numa pesquisa, sobretudo de doutorado, tem como papel primordial imprimir singularidade. A sua história acadêmica, os teóricos escolhidos, o percurso

profissional realizado, indicam a distinção daquele/a que constrói uma argumentação de tese à comunidade científica. Essa aparição se dá através do discurso. É o discurso que revela o agente e sua singularidade (Arendt, 2014a).

Neste trabalho o discurso é realizado por meio da narrativa. Utilizo-me da narrativa para intercambiar a experiência³ da pesquisa e das compreensões tecidas. A narratividade, destaca Lafer (2007, p. 299), como compreende a própria Arendt, é importante pois as teorias passam a ser construídas a partir das “estórias e experiências e não dos precários universais de leis gerais”

As compreensões aqui narradas foram se constituindo a partir das leituras e das experiências profissionais. Na verdade, tudo começou com a experiência clínica e com os Plantões Psicológicos realizados na Unicap, com o grupo *Amor Mundi*. As supervisões eram realizadas em grupo e a professora Dra. Simone Walckoff os conduzia também sob a influência do pensamento de Hannah Arendt.

Paralelo aos Plantões, os membros do grupo *Amor Mundi*, realizavam as pesquisas de mestrado com o método interventivo (que pressupõe o oferecimento de um serviço no ato do pesquisar). As dissertações, fruto das pesquisas do *Amor Mundi*, colocavam no papel e sistematizava aquilo que estávamos compreendendo a partir do fazer clínico. Foram os trabalhos escritos que passaram a nos ajudar a entender o que estávamos fazendo. Por esse motivo, escolhi esse material para minha análise, visto que ele sintetiza e explica aquilo que estava sendo vivido em nossas práticas profissionais e de pesquisa. Os textos me ajudaram a traduzir o que vivo nas experiências como psicóloga, supervisora e professora.

É importante demarcar que algumas especificidades agrupam essas pesquisas e justificam a minha escolha por elas. Uma delas é o fato de todas serem pesquisas interventivas. Segundo Szymanski e Cury (2004), as pesquisas interventivas pressupõem a prestação de um serviço à comunidade. A aproximação do pesquisador com o espaço, dá-se a partir do oferecimento de uma prática, nesse caso psicológica. Além desse fator, escolhi esses trabalhos por eles comporem o cenário de produção do *Amor Mundi* “A atenção psicológica à ação arendtiana no plantão psicológico”. O grupo tinha como objetivo estudar sobre como o pensamento de Hannah Arendt poderia abrir novas questões e apontar para outras intervenções e compreensões psicológicas.

Além os trabalhos da *Amor Mundi*, joguei importante trazer a tese de doutoramento de Walckoff (2009), visto que foi nessa pesquisa que surgiu a primeira questão: o conflito da ação,

³ Benjamin, 2012

que está diretamente relacionada ao que chamo aqui de conflito da vontade. A ação, ou seja, o início de algo novo na vida das pessoas, muitas vezes não ocorriam pois não se havia uma teia de relações efetiva que sustentasse à vontade, as novas destinações. A partir do problema da ação, elucidou-se a importância da coautoria e destacou-se que a problemática poderia estar no conflito da vontade. Como mencionado, o conflito da ação significa a dificuldade de as pessoas iniciarem novos caminhos na vida, mesmo depois de pensarem muito sobre a existência. Em sua pesquisa, Walckoff (2009) também analisou os trabalhos realizados pelos membros do grupo do ECOFAM, da Universidade de São Paulo. No entanto, o seu objetivo era compreender por que as intervenções realizadas pelo grupo de psicólogos/as não garantiam que algumas mudanças efetivas ocorressem em algumas áreas da comunidade em que as atividades aconteciam. Essa problemática ela chamou de “o problema da ação”.

Com o problema da ação a ser investigado, Walckoff ampliou o seu interesse por pesquisas que estabelecessem um diálogo entre a Psicologia e Hannah Arendt. Em 2014.2, a professora Dra. Simone Walckoff foi contratada para lecionar no Programa de Pós-graduação de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). A partir de sua inserção na UNICAP um grupo de pesquisa, que aqui chamei de *Amor Mundi*, foi criado com a finalidade de investigar o problema da ação. A investigação ocorria a partir do diálogo entre aspectos teóricos e o serviço oferecido na modalidade de plantão psicológico na Clínica Escola. Em 2015, essa prestação de serviço ampliou-se para outros lugares como: a clínica de fisioterapia e uma comunidade em situação de vulnerabilidade social na cidade do Recife. Também em 2015, as pesquisas de mestrados começaram a ser realizadas em outros campos de atuação, como: cemitério, clínica de hemodiálise, Casa de Acolhimento às crianças e adolescentes e em algumas ruas na cidade do Recife. Em todos esses campos, havia a prestação de um serviço psicológico, seja plantão psicológico e/ou entrevista reflexiva.

Os trabalhos realizados e, portanto, as dissertações escolhidas para compor minha investigação, foram: Amaral (2016), Almeida (2018), Lima-Junior (2019) e Melo (2019). Todos são membros do Grupo *Amor Mundi*. Os serviços, práticas psicológicas, oferecidas por Amaral (2016), foram: o plantão psicológico coletivo e individual em uma clínica de hemodiálise. Almeida (2018) trabalhou grupos reflexivos com jovens que viveram processo de institucionalização. Lima-Junior (2019) realizou entrevistas reflexivas com adolescentes que frequentavam uma instituição que acolhe crianças e adolescentes em situação de rua. Melo (2019), realizou, com o grupo, atendimentos psicológicos na modalidade de plantão psicológico com adultos em situação de rua.

Cada campo empírico provocou os pesquisadores a uma criatividade interventiva que considerassem outros pressupostos teóricos. Sob minha análise, os conceitos teóricos que se destacaram, foram: a coautoria, o conflito da vontade e o testemunho.

Além desses trabalhos, fiz uma revisão sistemática da literatura já publicada para compreender como Hannah Arendt tem sido utilizada nas pesquisas em Psicologia no Brasil. Essa revisão foi necessária pois possibilitou analisar quais os conceitos estão sendo utilizados de Hannah Arendt e se eles têm ou não proximidade com os apresentados nessa pesquisa.

Conforme Facioli *et al.* (2022), a partir da revisão sistemática, podemos demarcar as lacunas existentes, bem como criar o contexto para novas pesquisas, de modo que as distinções presentes nas pesquisas atuais fiquem mais evidentes. Ainda segundo o autor, a revisão sistemática, “permite o pesquisador avaliar criticamente e interpretar todas as pesquisas relevantes disponíveis para uma questão particular” (Facioli, *et al.*, 2022, p. 223).

As perguntas que nortearam a revisão sistemática foram:

1. As práticas psicológicas no Brasil utilizam o pensamento de Hannah Arendt construir novas possibilidades interventivas e compreensivas?
2. De que modo as compreensões têm aparecido nas pesquisas publicadas?
3. Quais são os conceitos utilizados para as tessituras compreensivas?

Após delimitar as perguntas, selecionei as bases de dados, a estratégia de busca e as palavras chaves. As bases escolhidas foram: Scielo, Lilacs, Pepsic, Pubmed e Medline. A primeira estratégia de busca foi a relação aditiva das palavras chaves Psicologia e Hannah Arendt, conectadas pelo operador booleano AND. A segunda foi a relação aditiva das palavras chaves Psicanálise e Hannah Arendt, também conectadas pelo mesmo operador booleano. Optei por acrescentar Psicanálise na estratégia de buscas pois alguns pesquisadores da área da psicologia partem da perspectiva psicanalítica.

Estabeleci a temporalidade de 2010 a 2020. Na Pubmed e Medline, não encontrei nenhum artigo. Nas outras bases, encontrei 24 artigos e desses, 9 foram excluídos pois não correspondiam aos critérios: estar em português e em plataforma gratuita; constar o nome Hannah Arendt ou o termo arendtiano no resumo ou palavras chaves; ter alguma correlação com psicologia e ou filosofia. Importa destacar que se eu tivesse estabelecido outros critérios, por exemplo, apenas utilizar a palavra chave Hannah Arendt, esse número aumentaria consideravelmente. No entanto, como a busca foi feita em plataformas que não necessariamente reportam trabalhos apenas de psicologia, meu critério precisou ser estabelecido com o conector booleano e isso impactou no número de trabalhos encontrados. Quanto a temporalidade, escolhi os últimos dez anos para compreender como na última década

Arendt tem sido convocada pela psicologia. Apesar dos trabalhos do grupo de “*Amor Mundi*” ser posterior a 2020, no levantamento bibliográfico, meu interesse era de compreender o que vinha sendo realizado antes desse grupo, buscando as afinidades e os distanciamentos.

Selecionar trabalhos já publicados para realizar uma nova leitura e compreensão, aproxima-se da perspectiva da metanálise. A metanálise clássica nasceu atrelada ao pensamento positivista com o objetivo de reunir dados estatísticos e probabilístico de vários estudos com a mesma temática. Essa análise quantitativa possibilita a síntese de dados e a construção de premissas gerais para a constituição de um arcabouço teórico-explicativo (Bicudo, 2014)

Nas pesquisas qualitativas, o percurso de investigação e sobretudo as sínteses interpretativas ocorrem de um modo distinto das pesquisas quantitativas. As interpretações dos dados são apresentadas levando em consideração os aspectos históricos e sociais dos fenômenos estudados (Bicudo, 2014)

Alguns procedimentos metodológicos para a realização de uma metanálise são padrões, por exemplo, selecionar trabalhos que tenham afinidades com a temática investigada. Como em todos os procedimentos investigativos há limitações e benefícios nesse procedimento. Filho *et al* (2014), indica que uma das limitações advém da escolha do material a ser analisado. Para ele a revisão por conveniência, aquela que seleciona material de um único grupo de pesquisa, acaba por limitar a temática investigada. Contrapondo-se a essa perspectiva, Bicudo (2014) indica a possibilidade de ampliação do conhecimento quando pares de um grupo de pesquisa realizam uma metanálise, desde que as novas compreensões estejam comprometidas com o alargamento do pensamento. Ao orientar pesquisas de mestrados e doutorados, a professora Bicudo tem sugerido que ao final de seus trabalhos os/as estudantes realizem uma metanálise, inclusive, do seu próprio texto.

A proposta de Maria Aparecida Bicudo me relembra o ato de degelar compreensões, pois o ato de degelamento possibilita que novas construções de significados ocorram. Na releitura de trabalhos acadêmicos, outras possibilidades compreensivas podem emergir e apontar encaminhamentos distintos ou mais amplos da análise inicial. Isso porque cada pesquisador tem uma questão para responder. Os/as pesquisadores/as iniciais tinham problemas específicos e distintos do meu. Logo cada olhar circunstanciado se limita a perceber os movimentos fenomênicos a partir da sua perspectiva, das suas questões e dos seus interesses investigativos.

Ao reunir os trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa, o meu objetivo foi compreender como as realidades, os campos de cada pesquisador/a convocaram a Psicologia para outros modos de atuação.

Além desses materiais, recorri ao meu diário de bordo construído na minha prática enquanto psicóloga, supervisora e professora. Compreendo o diário como aquele que possibilita o registro dos encontros, das inquietações e das compreensões (Aun, 2005). É o registro daquilo que não tem um contorno definido ou que ainda está difuso. Esses escritos, sem dúvida, são plurais e singulares, pois comportam narrativas e experiências constituídas numa teia de relações (Silva, 2016). As dúvidas, as questões e as compreensões eram escritas em folhas no momento que ela me ocorria (qualquer lugar ou hora do dia) e depois eu transcrevia para um caderno separado com a finalidade de registrar o caminho da pesquisa.

No diário, registrei as experiências narradas pelos pacientes e que me fizeram, de algum modo, lembrar do pensamento de Arendt. Registre também as reflexões que teci junto a outros psicólogos/as na prática de supervisão e que foram influenciadas pela teoria da autora. Bem como, escrevi sobre as questões levantadas pelos meus alunos/as e que, no ato da explicação para eles/elas, eu pude ampliar as reflexões que eu estava construindo nessa tese. Destaco que muitas das coisas que trago para essa argumentação, foram sendo amadurecidos na troca realizada com os/as professores/as da Unicap, orientadoras, psicólogos/as e alunos/as que passaram em minha vida pessoal e profissional.

A sistematização de cada material se deu de uma forma específica. Os trabalhos da *Amor Mundi* foram lidos e as compreensões apresentadas de forma narrativa. Narro como compreendi as dissertações e destaco os pontos que para mim foram fundamentais na análise. O modo que os textos apareceram para mim é sem dúvida distinto do modo que eles podem aparecer para outras pessoas, dada a singularidade fenomênica do parece-me (Arendt, 2008). Importa destacar que metodologicamente essa atitude segue apoios epistêmicos e não são realizados de qualquer modo. Em uma atitude que encontra um diálogo com a perspectiva socrática de aparecimento da *doxa*, da opinião, do *dokei moi* grega, que corresponde ao modo como as coisas me aparecem (parece-me). Na perspectiva socrática, a opinião era uma formulação do modo que o mundo se abre para uma pessoa específica. Essa abertura é singular não pelo subjetivismo, mas pela posição que cada pessoa ocupa no mundo. Inspirada nessa perspectiva grega da *dokei moi*, penso que minha singularidade me faz ler, perceber e analisar os temas de um modo específico. Como destaquei anteriormente, possivelmente se outro/a pesquisador/a ler os mesmos trabalhos que constitui meu campo de pesquisa, poderão tecer outras análises.

Os textos da revisão sistemática foram selecionados, conforme critérios descritos anteriormente e lidos a partir da perspectiva hermenêutica. Aqui a hermenêutica está dedicada não a explicação ou interpretação natural dos fenômenos, mas a compreensão, ou seja, uma forma de tornar o mundo compreensível, superando as distâncias para tecer aproximações e

abrir novas possibilidades de reflexão (Hermann, 2002). Segundo Hermann (2002, p. 28), “a hermenêutica é a arte de compreender, derivada do nosso modo de estar no mundo”.

Após a leitura, fiz um resumo de cada texto, destacando o objetivo dele e como o pensamento de Hannah Arendt foi utilizado na problemática discutida.

Por fim, os fragmentos dos meus diários de bordo, aparecem espalhados em toda a tese, costurando as compreensões que realizei aqui. Enquanto eu escrevia a tese, li e reli meu diário inúmeras vezes pois ele passou a ser o meu guia.

Nos capítulos que seguem, inicialmente (capítulo 4), apresento, de forma narrativa, as pesquisas do *Amor Mundi*. Opto pela narrativa, justamente para intercambiar as experiências (Benjamin, 2012) tanto das pesquisas quanto da minha própria experiência de leitura. A narrativa do meu diário de bordo costura as discussões apresentadas nesse trabalho.

No último capítulo sintetizo e enfatizo como os conceitos arendtianos de coautoria, conflito da vontade e testemunho podem possibilitar novas inventividade interventiva para as práticas e compreensões psicológicas.

Optei por apresentar a revisão sistemática como anexo, oferecendo ao leitor dessa tese a liberdade de lê-lo antes ou depois do capítulo 4. Isso porque, ao mesmo tempo que ele situa o que já foi feito na Psicologia em diálogo com Hannah Arendt, certo modo ele destoa das ideias principais desse trabalho, pois muitos objetivos são bem distintos dos que aqui articulo. Destaco que esse trabalho não só foi metodologicamente importante, mas possibilitou que eu compreendesse as possíveis distinções existentes entre o que foi realizado por outros pesquisadores no Brasil e as compreensões apresentadas nessa pesquisa.

4

***EMERGÊNCIA DE OUTRAS INTERVENÇÕES E COMPREENSÕES
PSICOLÓGICAS EM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE HANNAH
ARENDT***

Enquanto Hannah Arendt discute sobre a teia das relações humanas, eu me deparei com uma teia de questões, construídas a partir do encontro com as outras pessoas do *Amor Mundi*, do Grupo de Estudo Lírios, das aulas ministradas, das supervisões clínicas e atendimentos psicológicos realizados.

No que concerne as pesquisas do *Amor Mundi*, elas possibilitaram a percepção e a construção de temas importantes que passei a considerar nas práticas psicológicas. Nas minhas experiências profissionais e nos estudos com o *Amor Mundi*, intuíamos que algo distinto poderia surgir a partir do diálogo entre práticas psicológicas e conceitos arendtianos. No entanto, não tínhamos clareza e não conseguíamos traduzir isso de forma sistemática. As temáticas ainda estavam difusas. Cada pesquisa do Grupo, mostrava um enfoque específico dada a questão central de cada investigação. No entanto, quando reuni as pesquisas e as minhas outras experiências profissionais, compreendi o que apresento nessa tese: **a importância da coautoria, do testemunho e da compreensão sobre o conflito da vontade na construção de outras intervenções e compreensões psicológicas em diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.**

Como mencionei no método da tese, os trabalhos do *Amor Mundi*, constituíram um dos materiais analisados na minha pesquisa. Nesse momento apresentarei os tópicos que emergiram a partir da leitura compreensiva desse material.

Começo com a apresentação da tese de Walckoff (2009). Em seguida, apresento as dissertações que nasceram das pesquisas-extensões realizadas pelo grupo. Considerei os pesquisadores que ingressaram no programa entre 2015 e 2017 e que fizeram sua apresentação pública (defesa) até o ano de 2019. O recorte inicial se dá pois antes de 2015 a professora Dra. Simone Walckoff apenas coorientou trabalhos que não estavam necessariamente situadas nesse grupo de pesquisa. No que concerne ao recorte final, foi devido ao tempo que o grupo de pesquisa permaneceu ativo.

As pesquisas analisadas, foram: as dissertações de mestrado de Viviane Amaral (2015/2016)⁴; Janusy Almeida (2016/2018); Itamar Lima-Junior (2017/2019); Sílvia Melo

⁴ Esses anos correspondem ao ingresso no programa e a defesa das respectivas dissertações

(2017/2019). Como mencionado, acrescentei a Tese de doutoramento da professora Dra. Simone Walckoff, defendida em 2009 por compreender que foi o início da percepção de que o pensamento de Arendt poderia apontar caminhos distintos para as práticas psicológicas.

Vale destacar que o meu contato com esse material se deu antes mesmo que as dissertações fossem escritas e defendidas. Também participei das supervisões e orientações, de modo que, tenho conhecimento do fio que foi alinhavando o pensamento desses pesquisadores.

Nas minhas discussões, resgato a experiência de ter testemunhado a construção dessas pesquisas, mas, utilizo-me, sobremaneira, das narrativas apresentadas no trabalho acadêmico dos pesquisadores. O único texto que não acompanhei a produção foi a tese da professora Dra. Simone Walckoff, mas isso não me impediu de partilhar o que pensei, senti e construí a partir da leitura do seu trabalho.

Uma das características do *Amor Mundi* era a de que as supervisões e as orientações de pesquisa sempre eram realizadas em grupo para preservar o caráter de coautoria e de testemunho, significativo para o aparecimento de uma ação/novidade no cenário político.

É importante sinalizar que apresento as pesquisas dos membros do *Amor Mundi* de forma narrativa para preservar o intercâmbio da experiência (Benjamin, 2012) tanto da leitura, quanto da participação dos momentos e supervisão. Esse modo de escrita também facilitou a conexão com o meu diário de bordo dos atendimentos clínicos, aulas e supervisões.

4.1 Do problema da ação a insuficiência da reflexão.

Retomar a história do grupo *Amor Mundi*, resgatando o processo de doutoramento da professora Dra. Simone Walckoff me faz sentido por vários motivos. Primeiramente por ser o momento inicial em que algumas questões foram postas pela professora, sobretudo o conflito da ação, e que, conseqüentemente, reverberou na proposta do grupo de pesquisa do qual eu fazia parte. De fato, o último parágrafo da tese de Walckoff deixou o caminho aberto para interrogarmos quais as novas sensibilidades compreensivas poderíamos abrir para as práticas psicológicas se estabelecêssemos um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. Walckoff terminou a sua tese assim:

⁵Enfim, iniciamos um novo movimento, a busca por uma nova forma de se posicionar, coerente com a

⁵ Todas as vezes que eu trazer um recorte dos trabalhos acadêmicos do grupo, utilizarei a fonte Courier New, no tamanho 12. Quando a citação for recuada, utilizarei o espaçamento 1,15.

questão que se apresentou diante de nós. Quais caminhos seguiremos exatamente, não sabemos. Se este permitirá lidar com todas as questões que surgiram, também não temos como intuir garantir. Nosso esforço está em buscar dialogar com o que aparece nos mantermos abertos a nos interrogar sobre novas possibilidades de trabalho diante dessas novas questões (Walckoff, 2009, p. 124).

Se essa inquietação e abertura não fossem realizadas por Walckoff (2009), não teríamos nos filiado ao problema da ação, geradora de tantas outras interrogações, como por exemplo, a insuficiência da reflexão.

Para Arendt (2014a) a ação rompe com a linearidade que a vida tem, e se caracteriza por atos que ocorrem em meio a pluralidade humana. O início de algo novo na história pessoal e social ocorrem em meio a teia de relações humanas e, por ocorrerem numa dimensão pública, esses inícios são atravessados pelas reações desse cenário. Nesse sentido: “como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros” (Arendt, 2014a, p. 236). Sendo a ação imprevisível, incontrolável e irrevogável, a re-ação também guarda essas características. Os atos que ocorrem em meio a uma teia de relações humanas desencadeiam novos atos (as reações) não previstos por teóricas-explicativas, mas revelados na concretude da vida cotidiana.

Esse início de algo novo não está garantido pelo simples fato de refletirmos sobre a vida. Ou seja, em muitas ocasiões, o pensamento reflexivo, que não lide com as resistências e significados da vida concreta, não garante que as pessoas iniciem algo novo em sua história. Essa problemática ficou evidente na pesquisa de doutorado da professora Simone Walckoff.

Dra. Simone Walckoff, na época do seu mestrado, participou do grupo do ECOFAM⁶ na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O grupo realizava Práticas Psicoeducativas, dentre elas, entrevistas reflexivas, encontros reflexivos e plantões psicoeducativos em uma comunidade de baixa renda da periferia de São Paulo. Na cooperativa em que o Grupo do ECOFAM realizava as pesquisas interventivas, Walckoff começou a perceber que as mulheres, mesmo não sendo mais babás ou empregadas domésticas, viviam um grande impasse: a de se constituírem autônomas. Walckoff percebia que os serviços psicológicos oferecidos eram

⁶ Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional à Família, Escola e Comunidade do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Educação da PUC/SP.

oportunos para que as mulheres partícipes pensassem sobre os problemas da vida. O pensar sobre os problemas da vida, de certo modo, aclarava os caminhos possíveis a serem seguidos, mas não garantiam que as mulheres, de fato, iniciassem as novas destinações existenciais. Ou seja, não possibilitava que elas construíssem outros modos de viver a vida. Segundo Walckoff (2009, p. 28), os momentos de reflexão realizados com essas mulheres, “muitas vezes profundos, prazerosos e/ou dolorosos, não impulsionaram ações”.

Continua Walckoff (2009, p. 28):

Verificou-se, nas leituras iniciais dos relatos de pesquisas, que, em vários momentos, as pessoas questionaram o sentido de suas vidas e explicitaram o desejo de uma vida diferente, em que fossem respeitadas, ouvidas, autônomas, entre outras coisas. Isso demonstra que os momentos de intervenção convidaram à reflexão e que esse convite foi aceito várias vezes pelas pessoas que deles participaram. Estas explicitaram que desejariam que os caminhos de sua existência fossem outros e até vislumbraram modos de fazê-lo, como trabalho em uma cooperativa, a ideia de construir uma escola, o próprio sofrimento indignação com a violência que os rodeia. Mas, essa reflexão não caminhou necessariamente em direção a uma ação.

As leituras das quais Walckoff se refere diz respeito ao material por ela selecionado e analisado para a construção da sua tese. Ao realizar as análises, a pesquisadora percebeu que a distância entre reflexão e ação (refletir e agir) era maior quando, o que era refletido partia de problemas levantados pelos pesquisadores. Quando os problemas eram trazidos pelas mulheres da cooperativa, a distância entre compreender e agir, certo modo diminuía, pelo fato de que o problema agora tinha um vínculo mais direto com o cotidiano da vida delas.

Aqui é importante assinalar uma distinção significativa que ocorre nos conceitos de Hannah Arendt sobre pensamento reflexivo e compreensão. Isso porque, segundo Walckoff (2009), quando os temas a serem discutidos eram trazidos pelos pesquisadores, as mulheres refletiam sobre os problemas. Quando as mulheres traziam as problemáticas, certo modo elas eram convidadas a compreender e não refletir, meramente. Compreender tem um vínculo direto com o cotidiano, com a urgência da ação (Critelli, 2012).

Em Arendt (2008), enquanto o pensamento reflexivo não tem vínculo direto com a vida, porque faz e se refaz cotidianamente, como a teia de Penélope, o pensamento compreensivo lida com a urgência da vida cotidiana. Para clarear o pensamento de Arendt, Critelli (2012, p. 24), aponta:

O pensar é compreensão quando sua finalidade é o entendimento do sentido de algo ou de uma situação para que possamos lidar com eles. É próximo do pensamento, propriamente dito (e que a filosofia realiza), enquanto sua estrutura é reflexiva, mas distingue-se dele à medida que o resultado da compreensão interessa imediatamente à ação, portanto a vida cotidiana e em conjunto. É uma atividade que não é de competência apenas do filósofo, nem só do cientista, mas uma exigência do próprio existir como homens, à medida que incapazes de agir sem compreender.

Distinguir essas duas modalidades do pensar se mostra significativo visto que, a lida com o pensar compreensivo, e não meramente reflexivo, pode aproximar a prática psicológica muito mais da vida cotidiana. Muitas vezes nosso questionamento enquanto psicólogos/as, por mais que estejam comprometidos com o dia a dia do paciente, o faz estabelecendo uma certa distancia da concretude. Muitas vezes acreditamos que o fato do paciente entender, se apropriar ou ter consciência das violências que ele/ela está vivenciando, garantem que ele rompa com aquele estado. Ou seja, pensar reflexivamente aqui é um modo de assinalar um pensamento que se faz, certo modo, distante das possibilidades concretas dadas àquela pessoa naquele momento específico.

A reflexão, está atrelada ao modo de vida contemplativo. Esse modo de vida não lida com as resistências existente na vida que é vivida numa teia de relações humanas. Em contrapartida, o pensar compreensivo, é próprio de todos os seres vivos. O pensamento compreensivo é, segundo Arendt o modo que permite “que os homens da ação, no final das contas, aprendam a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe” (Arendt, 1993, p. 52).

Quando os pesquisadores, relatados na tese de Walckoff (2009), levantavam as questões e essas não tinham vínculo direto com a realidade cotidiana das mulheres, elas refletiam sobre os problemas, mas não conseguiam efetivar novas formas de viverem a vida.

Em diálogo com os conceitos arendtianos, destaco que: para se levar em consideração o cotidiano das pessoas é preciso considerar a teia das relações humanas nos quais elas estão inseridas. Isso porque, como já discutido, as ações ocorrem justamente em meio a essa teia.

O início de algo novo, por conseguinte as rupturas, só se efetivam quando a teia de relações, a pluralidade, acolhe o que foi iniciado. Ou seja, “a ação, diferente radicalmente do

pensamento, não pode ser seu fruto, pois é realizada em meio e pelas resistências presentes na vida” (Walckoff, 2009, p. 94).

As resistências da vida aparecem cotidianamente às pessoas e está vinculado a história de vida e as circunstancialidade em que essas existências ocorrem. A vida acontece sob algumas condições e isso gera marcas profundas na história das pessoas. Por serem marcas profundas, atreladas a historicidade e circunstancialidade, requerem muito mais que um “pensar sobre”. Para que as novas construções biográficas ocorram, é preciso que essas pessoas sejam marcadas pelas teias humanas em experiências concretas.

Desde a graduação, deparei-me diversas vezes com o problema da ação quando, nas práticas de estágio, eu recorrentemente percebia o quanto refletir com o paciente era insuficiente para que ele efetivamente mudasse os rumos de sua história. Em umas das supervisões que realizei, já enquanto psicóloga clínica, uma outra profissional, que chamarei de Lua, apresentava-me essa mesma problemática.

Lua, indignada com o processo de sua paciente e com uma certa raiva, dizia: “já estou há algum tempo com ela e sinto que ela não sai do canto, o que eu faço?”. Ao ouvir aquela profissional, a primeira coisa que pensei foi sobre o problema da ação e questionei: Lua, uma ação/mudança, só ocorre numa teia de relações humanas. Qual as resistências presentes nesse cenário que sua paciente tem precisado lidar?

A partir do questionamento que levantei à psicóloga, pudemos pensar outras compreensões para o caso apresentado. Além de lançar um novo olhar para o caso, essa questão nos pôs a pensar sobre as nossas práticas psicológicas. Costumamos “culpabilizar” os pacientes por não se comprometerem com os seus processos de mudança e justificamos via resistência psíquica, descompromisso terapêutico, falta de apropriação do cuidado consigo etc.

Deslocar essa “culpa” pode apontar para alguns engessamentos conceituais que a Psicologia se encontra, em algumas práticas. Walckoff (2009), também ressalta isso e diz que no primeiro momento, em resposta a falta de ação daquelas mulheres, os pesquisadores tendiam a inicialmente acreditar que a aparente não mudança estava nas mulheres. Só depois de algum tempo “a interrogação voltou-se para a compreensão das práticas” psicológicas que comumente temos oferecido (Walckoff, 2009, p. 32).

Será que as nossas práticas psicológicas consideram as resistências advindas das teias das relações humanas daqueles que procuram os nossos serviços? Ou temos preterido um pensamento reflexivo, que não olha o concreto e a teia de relações como condições *sine qua non* para ações ocorrerem. Um pensamento que perde a conexão com as resistências, ações imprevisíveis e incontroláveis que são próprias da vida cotidiana?

Mas, por exemplo, quais seriam as resistências que a vida tem?

Voltemos para a tese de Walckoff e vamos analisar a história da Comunidade em que a Cooperativa de Mulheres estava inserida. Esse resgate nos ajudará a discutir sobre as circunstancialidades históricas, a insuficiência da reflexão e o conflito da vontade.

A história da Comunidade iniciou em 1987 com a ocupação de um terreno. As atividades de ocupação eram realizadas numa coletividade e com a participação ativa de vários homens e mulheres que lutavam para garantir a sua sobrevivência. Os moradores da região viveram algumas experiências de despejo e, após essas ações, construíram uma associação comunitária com o intuito de regularizar as questões concernentes as terras ocupadas. Em 1991 um novo líder assumiu a comunidade e fundou uma outra associação. Atrelado a esses acontecimentos, a Igreja Católica, a partir da Pastoral da Terra, iniciou um trabalho para efetivar a regularização das terras que se deu a partir de uma compra parcelada feita pelos moradores da comunidade.

Desde a inserção da Pastoral da Terra na região, a Igreja Católica passou a ter um papel significativo à Comunidade. Os líderes passaram a ser padres e seminaristas que realizavam atividades de organização junto com os moradores. Segundo Walckoff (2009, p. 9), “os relatos feitos da história reiteraram a importância do incentivo e, de certo modo, dos direcionamentos das ações dadas por esses líderes, em especial, pelo atual líder, que vive há dezoito anos na comunidade”.

O líder atual (ao qual Walckoff se refere) era um ex seminarista que chegou à comunidade na época que ainda estava no seminário. Suas ações enquanto seminarista estava para além dos ofícios litúrgicos e pastorais. Havia um efetivo compromisso com a organização comunitária em busca de transformações sociais. Segundo Walckoff (2009, p. 9):

A presença do atual líder comunitário, é considerada pelos moradores como fundamental para a trajetória da comunidade, relatando que Pedro enfrentou todos os problemas junto com a comunidade ou na maioria das vezes fazendo as coisas pela comunidade.

Apesar dos moradores ressaltarem a importância de Pedro, ele questionava por que quem liderava a comunidade não era alguém de lá. Ao se referir aos líderes antigos, Pedro disse: “[...] eles não tinham a mesma situação de vocês, eles estavam melhores que vocês, ao menos tinham uma casa para morar, a casa

tinha energia, tinha água, tudo isso certo [...]” (Walckoff, 2009, p. 9).

Curiosamente o que para Pedro era um conflito, a meu ver, ilumina o problema central, o conflito da ação. O tema sobre o conflito da ação surgiu com a percepção de que, apesar das práticas psicológicas ofertadas (Entrevistas Reflexivas, Encontros Reflexivos e Plantões Psicoeducativos), havia uma dificuldade em se “propiciar mudanças, compreendidas como a instauração de novos modos de ser, diferentes dos expressos pelas pessoas da comunidade como não desejáveis e geradores de sofrimento” (Walckoff, 2009, p. 28).

Na percepção de Walckoff (2009), as mulheres se sentiam convocadas a refletir sobre a vida e desejavam se constituir de forma autônoma. Inclusive, diversas vezes essas mulheres visualizaram formas de executar essa autonomia: a partir do trabalho na cooperativa, do desejo de construir uma escola e na indignação sobre as violências vividas na comunidade. No entanto, apesar de tudo isso, as ações, as mudanças, a construção de novas destinações não se efetivavam. Não saiam do papel, ou melhor, da reflexão e da narrativa compartilhada.

Ao analisar a história da cooperativa, a narrativa de Walckoff e o incomodo da pesquisadora em não compreender por que as mulheres não agiam, fiquei me questionando o que possibilitou o início da organização da comunidade no ano de 1987. Por que essa força que existiu em 1987 não mais existia? Por que foi possível travar tantas batalhas e empreender movimentos significativos para as primeiras organizações da comunidade?

A comunidade nasceu de uma urgência coletiva de sobrevivência e as pessoas se apoiavam um nos outros. Esse apoio se tornou ainda mais efetivo quando outras pessoas, de fora, começaram a participar da organização da comunidade, sobretudo em posição de liderança. Essas lideranças vindas de fora não estavam nas mesmas condições que os moradores da comunidade, “estavam melhores, tinham casa e energia”, conforme mencionou Pedro (Walckoff, 2009, p. 9).

Será que, com essa fala, Pedro nos denunciou que aqueles líderes comunitários podiam querer coisas distintas à comunidade? Os líderes comunitários acreditavam que era possível construir outros encaminhamentos coletivos porque em suas vidas eles viviam coisas distintas daquelas vividas pelas pessoas na comunidade. Eram cenários de singularização muito diferentes.

Essa compreensão aponta um significativo aspecto: o cenário de singularização das pessoas parece possibilitar que a vontade exista. A vontade, segundo Arendt (2008), existe

quando associada a um poder. Quando essa crença de que se pode mudar e construir novos modos de existir no mundo está fragilizado, a vontade também se fragiliza. E essa crença de poder não advém da reflexão, mas das experiências concretas da vida.

Os líderes tinham experiências concretas na vida que indicavam que eles poderiam construir com a comunidade coisas distintas do que havia até então. Com esses líderes o foco deixou de ser as urgências de sobrevivência e passou a ser uma organização muito mais sociopolítica: associação, saneamento, educação, outros.

Em 2009, época em que as pesquisas do ECOFAM ocorreram, os problemas sócio-políticos não deixaram de existir. No entanto, as demandas as quais o grupo de pesquisa estavam vinculados, de certo modo, diziam respeito aos problemas da vida pessoal dessas mulheres.

A cooperativa é um marco sociopolítico que possibilitava o exercício de um trabalho. Mas a construção da autonomia diz respeito a existência, a vínculos, a modos de existir nas diversas teias que habitamos. A construção da autonomia impactaria a relação delas com o mundo. Antes disso, dar-se-ia a partir da crença de que, de fato, elas poderiam ser autônomas.

Mas, será que elas acreditavam que poderiam ser autônomas e se construir diferentes do que “sempre foram” (babás e empregada doméstica)? Seria pela falta de crença de se constituírem de um modo diferente que a reflexão, desprendida da crença e da teia, tornava-se insuficiente para novos encaminhamentos biográficos, constituindo assim o problema da ação?

Nesse momento recorro um exemplo trazido por uma aluna, que chamarei de Maria, em um curso que ministrei. Na ocasião Maria disse que em seu estágio, no hospital, acolheu uma adolescente de 12 anos que estava grávida. Na fala, a aluna ficou surpresa porque a adolescente era muito articulada e dizia que ser mãe era o seu maior sonho. Maria acreditava, irrevogavelmente, que o desejo daquela adolescente era a maternagem, ainda que essa compreensão tenha se dado aos 12 anos de idade. Após a sua fala, questionei: Mas não é estranho que uma criança de 12 anos de idade só possa querer ser mãe?

O que eu propus pensar com o grupo naquele momento foi o quanto, na verdade, aquela menina estava privada de poder querer outras coisas. Porque ela não poderia querer ser psicóloga, professora, advogada, cientista? Porque ela não poderia querer ser empreendedora, autônoma? Querer uma casa, um carro, ir à Disney? O poder daquela menina estava tão restrito que o seu único “poder-querer” era ser mãe, aos 12 anos de idade. Nessas horas, a reflexão se torna insuficiente pois as marcas de sua historicidade, as experiências concretas da vida, comunitária e familiar parece minar a possibilidade de se construir outros encaminhamentos biográficos.

A insuficiência da reflexão também aparece constantemente na minha prática de psicóloga e supervisora clínica. Sempre que eu estou discutindo sobre o problema da ação numa aula, busco oferecer um exemplo. Peço aos ouvintes para pensar em algum momento da vida em que ele/ela tivesse refletido o suficiente, tivesse entendido tudo o que estava no cenário e tivesse consciência de que modo aquela história estava sustentada, mas não conseguiram efetivar mudanças para romper com alguns modos de vida.

Constato que esse problema apareceu na pesquisa porque faz parte da vida cotidiana, da vida vivida numa teia de relações humanas em que se está em jogo vários aspectos da vida.

Qual seria, então, as saídas frente a insuficiência das reflexões e o problema da ação? Sobremaneira, quais as possíveis saídas quando se depara com uma vontade adoecida, dada as restrições tão presentes no cenário de singularização? Esse aspecto, adoecimento da vontade, sob minha análise, destacou-se tanto nas mulheres da cooperativa, quanto na adolescente narrada na supervisão. Ao analisar a narrativa de Walckoff (2009), fico a me perguntar, será que aquelas mulheres de fato acreditavam poder ser autônomas? O eu quero, efetivamente se encontrava com a crença no “eu posso”?

Em busca de compreender como ampliar a questão sobre o problema da ação, a insuficiência da reflexão e o conflito da vontade, garimpei as outras pesquisas do *Amor Mundi* para identificar se esses aspectos se destacaram e como foram encaminhados em outros espaços.

4.2 Coautoria: condição para novas destinações

Abro a dissertação de Janusy Almeida (2018) e me deparo com o título: “A história de jovens com experiência de acolhimento institucional, tendo como pano de fundo o conceito de natalidade em Arendt”. Em Arendt (2014a), a natalidade diz respeito à possibilidade de se iniciar algo novo em nossa história, seja ela pessoal ou coletiva, por meio das ações. A ação rompe a linearidade da vida e a natalidade, o segundo nascimento, é a possibilidade de construir novas destinações, novos encaminhamentos após a ação (a ruptura).

Almeida (2018), em sua pesquisa, destacou a importância da coautoria. Ao abrir o resumo da pesquisa, deparo-me com a palavra coautoria escrita quatro vezes e nas outras linhas a constante sinalização do significado dessa palavra, dita de modos distintos, a partir da experiência vivida pela pesquisadora no campo.

Pego-me pensando mais uma vez no meu fazer clínico. Talvez você questione por que sempre partilho sobre a minha prática clínica. Eu te digo que é porque esse é o principal

substrato da minha vida enquanto psicóloga. É o chão que referencia o meu pensar para que ele não se torne mera teoria desconectada do político (Arendt, 2021).

Nesse sentido, realizo pesquisa para ser pesquisadora, mas para ser uma pesquisadora que pensa sobre as necessidades/demandas das pessoas que procuram a Psicologia. Realizo pesquisa para pensar práticas psicológicas mais sensíveis às demandas da população, pois só assim ela me faz sentido.

Pensei em cada paciente que ao chegar no meu consultório me falavam sobre a vida. Entre pausas, silêncios, reorganização da fala, narrativa, choro e sorriso, eles me pediam vírgulas. Vírgulas que eu poderia oferecer com o olhar, silêncio, espanto, fala... Ao pensar sobre essas coisas, dou-me conta de que na prática psicológica, nós psicólogos/as somos convidados a sermos coautores e testemunhas de uma narrativa. Mas não somos os únicos coautores daquela narrativa, muitas outras pessoas são citadas na fala do meu paciente, sendo também coautores daquela história.

É sobre coautoria que Almeida (2018) mais fala em sua dissertação. Ao olhar às histórias dos jovens que haviam passado pela Instituição, que ela nomeia de Lar, a pesquisadora compreendeu quais foram as vírgulas oferecidas pelos coautores na história dos participantes. O objetivo da pesquisa foi "compreender a história de três jovens com experiência de acolhimento institucional, tendo como pano de fundo o conceito arendtiano de natalidade" (Almeida, 2018, p. resumo).

Antes, é importante contextualizar que Janusy Almeida, além de psicóloga é assistente social. Sua origem é sertaneja e ela é filha de uma família pobre⁷. Singularizada nessas circunstâncias e como assistente social, Almeida começou o trabalho com as crianças e adolescentes em experiência de acolhimento institucional. Eram pessoas que por diversos motivos estavam em situação de rua e foram acolhidas nas instituições. Sobre a realidade delas, Almeida (2018, p. 14) destacou:

Nas visitas a essas famílias nos deparávamos com pessoas extremamente vulneráveis não apenas em condições materiais. Era muito mais. As famílias não acreditavam nos meninos que estavam na rua. Na verdade, pareciam não ter fé em mais nada na vida, apenas na cesta básica, na ajuda para

⁷ Sempre destaco o campo de singularização pois esse é um aspecto fundamental apresentado nesse trabalho. O campo de singularização das pessoas possibilita a compreensão fenomênica da vida.

comprar o gás, um remédio, ou qualquer coisa na enorme lista de carências materiais.

Além de apresentar o cenário de vulnerabilidade da família dessas crianças e adolescentes, e destacar que as famílias não acreditavam mais nos meninos, ela complementa: "A maioria das famílias dos meninos que atendíamos são os excluídos dos excluídos" (Almeida, 2019, p. 14). Apresentar esses aspectos foi uma forma de Almeida (2018) se familiarizar com a demanda que a Instituição Lar acolhia. Era necessário compreender de onde vinham essas pessoas, quais direitos estavam sendo violados, qual a comunidade que elas "deveriam" estar situadas. A violação dos direitos fundamentais dessas famílias constitui uma história social de violação. Não era apenas essa geração que sofriam com a quebra dos seus direitos humanos fundamentais. As violações e invisibilidades "não se inauguram quando as crianças e adolescentes vão para a rua, pois geralmente ela vem se perpetuando há gerações" (Almeida, 2018, p. 84) nessas famílias. Essas percepções e compreensões históricas fizeram com que Almeida percebesse a disparidade entre teoria e vida nas práticas e nas epistemologias psicológicas. Como sinaliza,

Diante de tal realidade, fui confrontada com o que ouvi na universidade e a vida na sua mais completa dureza, e gradativamente fui me distanciando da teoria e me deixando guiar pelo encontro com as pessoas que eu atendia aonde quer que eu fosse, considerando a peculiaridade da existência, que nunca é universal (Almeida, 2018, p. 15).

Para Almeida (2018) o estranhamento teórico começou nas suas práticas enquanto assistente social, mas se estendeu para o campo psicológico. Para ela, algumas visões de mundo apresentadas no curso de Psicologia também se mostravam distante da realidade testemunhada na Instituição Lar, onde ela trabalhava.

A pesquisadora relata que durante muitos períodos do curso de Psicologia as inquietações provocadas pela disparidade entre teoria e prática estiveram presentes. Quando ela entrou em contato com o grupo de estudo, coordenado pela professora Dra. Simone Walckoff, algumas questões começaram a se aclarar. Almeida começou a perceber que os conceitos

arendtianos ajudavam a compreender alguns movimentos que ocorriam na Instituição Lar e na vida das crianças acolhidas nesse espaço.

Uma questão se destacou para ela: os/as adolescentes, ao chegarem à Instituição estavam de um modo e, no momento de sair da instituição, mudanças significativas haviam ocorrido nas histórias de vida deles. Mas, o que faziam essas crianças e adolescentes abrirem novos encaminhamentos biográficos?

Para compreender qual o cenário favorecia o aparecimento da ação, dos novos encaminhamentos biográficos, Almeida realizou uma pesquisa interventiva⁸. O serviço oferecido foi encontros reflexivos para que os jovens pudessem contar suas histórias de antes, durante e depois da passagem pela Instituição Lar. Os/as jovens escolhidos/as eram pessoas maiores de idade que já haviam deixado a Instituição. Na dissertação de mestrado podemos ter acesso a recorte das narrativas dos três participantes.

Os participantes narraram sobre suas histórias de vida antes da entrada na Instituição Lar, enquanto criança, até os dias atuais. Eles destacaram as fragilidades nos laços familiares e comunitários existentes antes da entrada na Casa de Acolhimento. Tanto a família quanto a comunidade pareciam desacreditar deles. A mãe, geralmente a mais próxima e que mais lutava por eles, em determinadas circunstâncias, viam-se sem forças e oportunidades para exercerem o cuidado. Em ambos os relatos, os jovens deixam claro que àquelas que tentaram cuidar deles não tinham uma história de cuidado. Ou seja, essas cuidadoras não foram cuidadas, portanto, não conseguiam oferecer outro modo de ser e estar com os seus filhos. Seja por não terem recebido cuidados, seja por não estarem situadas em uma conjuntura que ofereciam os recursos básicos de sobrevivência. É dessa conjuntura que os jovens “partem”. São essas as primeiras condições nos quais eles estão imersos. A privação de acesso a coisas básicas é o pano de fundo do início da vida deles. As marcas da família os tatuam de tal modo que todos eles desacreditavam da possibilidade de viverem algo diferente do que viviam até então. A falta de esperança é apresentada pelos jovens como algo muito forte na história deles. Essa falta de esperança foi construída no horizonte de suas vidas e expressa a falta de crença que eles têm em si. Segundo Critelli (2012, p. 45)

É através de tais relatos que ordenamos nosso viver numa cadeia temporal, interligando presente, passado e futuro, pois eles recolhem e expressam nossas crenças sobre como temos sido, estamos sendo e continuaremos a ser. De certa forma, são responsáveis pela criação de um futuro em direção ao qual nos projetamos, com medo ou esperança.

⁸ Que oferece um serviço no ato do pesquisar (Szymanski; Cury, 2004)

Na pesquisa de Almeida, os jovens foram nomeados como: *Esperança*, *Mãe* e *Família*. A escolha dos codinomes está entrelaçada com a história de vida deles. *Esperança*, devido a uma narrativa sempre marcada pela ausência de esperança. Segundo o jovem Esperança, “desde o ventre da mãe, ele estava marcado para não nascer” (Almeida, 2018, p. 42) pois o pai não queria. Durante a vida, ninguém acreditava na possibilidade dele mudar de vida. A comunidade em que morava o julgava pelos comportamentos vinculados aos roubos praticados e ao uso da cola, desde a infância.

O jovem *Mãe* narrou sobre a presença de duas mulheres que ele considerava como mãe. No entanto, essas mães não conseguiram corresponder às suas expectativas de maternagem, pois ele se sentia abandonado pelas duas. A narrativa do jovem *Mãe* também é marcada pela descrença que o mundo tinha para com ele. Conforme nos conta Almeida,

Algumas pessoas não acreditavam nele porque: ‘Eu acho que eu fui muito desprezado no passado. Acho que eles souberam e não quiseram me falar do meu passado... Como eu cheguei até aqui’. Afirmou que as pessoas ‘me viam como se fosse Zé ninguém, nada’. Asseverou que aos treze anos, era muito preguiçoso e ninguém acreditava nele, nem o coordenador do Lar, que repetia constantemente que ele não conseguiria nada na vida (Almeida, 2018, p. 49).

No que concerne ao jovem nomeado como *Família*, ele “estava marcado na origem pela ausência de uma família que quisesse ou pudesse cuidar dele” (Almeida, 2018, 43). Ele acreditava que não havia ninguém que pudesse oferecer-lhe uma família, uma casa. Por isso, “vivia no meio do mundo, na casa de um e de outro” (Almeida, 2018, 51).

A ida à Instituição Lar foi marcada por ambiguidades, segundo a narrativa deles. Havia certa resistência em deixar a “liberdade”⁹ do mundo para viver a “restrição”¹⁰ do espaço institucional. Ao mesmo tempo, foi essa mesma Instituição, antes vista como cerceadora da

⁹ Aqui, grafiei liberdade entre aspas pois ela não diz respeito a liberdade arendtiana. No texto ela diz respeito a liberação. No sentido arendtiano seria a possibilidade da natalidade (aparecimento) no horizonte político.

¹⁰ Restrição no sentido de limites e regras que permeiam todas as instituições, inclusive os lares/casas.

liberdade, que possibilitou a vivência da liberdade enquanto início de algo novo, no sentido arendtiano¹¹. Para um dos participantes,

O lar foi um divisor de águas: porque se não fosse a minha mãe, primeiramente, e, segundo, o Lar, acho que eu não estava vivo para contar a história, porque do jeito que eu era. O lar fez a gente se transformar, fez mudança na gente (Almeida, 2018, p. 54).

Mas, afinal, quem era esse Lar que, apresentando-se como um espaço para encontrar outros coautores para a vida, possibilitou mudanças na história de vida desses jovens? É importante ressaltar o que foi apresentado tanto pela pesquisadora como pelos participantes da pesquisa. Houve dois momentos distintos na Instituição. O primeiro momento se refere ao tempo de inserção de Almeida enquanto assistente social no Lar. Nessa época o Lar tinha um coordenador que tinha atitudes de descredito com a possibilidade dos/das adolescentes construírem novas destinações na vida. Nesse período, a Instituição tinha uma característica mais punitiva do que acolhedora. Segundo os participantes da pesquisa, no período dessa coordenação, foram vividas algumas violências físicas e psicológicas. O espaço não era marcado por muitos diálogos. O caráter mais punitivo sobressaía nas relações estabelecidas. Esse modo de conduzir a Instituição, continuava tatuando a vida dos meninos do mesmo modo da comunidade e da família e, portanto, nada era distinto.

Tanto para Almeida, quanto para os jovens, o cenário mudou com a chegada da nova coordenadora, nomeada de Constelação. Foi sob a coordenação de Constelação, que o Lar pôde possibilitar a esses meninos, agora jovens, outras experiências de cuidado. O acolhimento, a atenção, os diálogos estabelecidos, o modo de estar com eles foram marcando-os com novas experiências. Os “puxões de orelha” eram dados por Constelação com cuidado. Segundo um dos jovens,

Constelação do nosso lado, apoiou a gente. Independente se a gente tinha errado, a gente errado queria estar certo, e ela: -Você está errado, é isso, é aquilo. Tudo era para o nosso bem. E hoje está o fruto. Esse trabalho

¹¹ Para Arendt a liberdade é a possibilidade de iniciar algo novo no cenário público e, portanto, político

maravilhoso que foi efetuado aqui no sítio (Almeida, 2018, p. 59).

Outro jovem, *Família*, passara por outra Instituição que, segundo ele, “tinha profissionais que estariam preparados para o cuidado, mas não eram pessoas que acreditavam em mim” (Almeida, 2018, p. 61). A cada narrativa, vemos que o apoio, a esperança, a crença de que os meninos poderiam ser melhores era o que distinguia a Instituição coordenada por Constelação das outras relações vividas pelos meninos.

O Lar, sob a coordenação de Constelação passou a marcar a experiência de vida dos meninos. Constelação, a partir das narrativas de Almeida e dos jovens aparece como uma coautora imprescindível para que outros modos de vida pudessem ser construídos por esses jovens. A experiência com Constelação e com o novo jeito dela cuidar deles, possibilitaram esses jovens a acreditarem em si. Aqui vemos uma coautoria implicada e comprometida.

Não foram reflexões e pensamento articulados em uma narrativa que fizeram eles se darem conta de que era possível reacender a esperança para se construírem de outras formas na vida. Foram as novas experiências, vividas em relações humanas, que os fizeram perceber que as pessoas estavam acreditando neles. Não foi uma fala de: acredito em você. Foi a atitude de Constelação de dar voz a eles, de os escutar e, muitas vezes, de abrir frente de experiências. A escuta, nesse contexto, precisava estar intimamente ligada com o oferecimento de novos espaços e de novas experiências, como uma escola preparatória, por exemplo. Essa escola foi pensada para que os/as meninos/as pudessem ter um espaço de experienciarem a sala de aula, terem acesso aos conhecimentos básicos de conteúdo, para que então eles pudessem ir às escolas regulares do município e do estado. Escutar e refletir não eram suficientes, era preciso marcar a vida concreta com experiências. Por esses fatores, Almeida (2018, p. 105) conclui:

As narrativas dos jovens apontam que não se trata apenas de os meninos refletirem sobre novas possibilidades, mas de viverem concretamente essas experiências, que vão deixar outras marcas e que no presente, os constitui.

Saber de onde os meninos partiam, ou seja, a história inicial que os constituíram foi importante e possibilitou que, em um olhar retroativo, percebêssemos a importância da coautoria. Só quando coautores, nesse caso destacamos a importância de Constelação, entrou na vida deles, eles passaram a acreditar em si.

Em diálogo com os conceitos arendtianos, concluo que o cenário de singularização, familiar e comunitário que os iniciaram (de onde partiu a vida deles) tem uma força de destinação. Aqui não estou falando de destino como algo escrito e impossível de ser mudado. Falo de uma força que direciona para um caminho que acaba por cercear a esperança. Esse aspecto de força histórica é bem explicitado na contextualização da biografia da família do jovem *Mãe*. Conforme Almeida (2018, p. 87),

A origem do jovem Mãe foi, literalmente, na rua. Ele nasceu nesse contexto; foi a terceira geração da sua família a fazer da rua sua casa. Seus avós maternos, sua genitora, seu pai e tios eram catadores de lixo. Para conseguir sobreviver neste ambiente, ele e sua genitora contavam com a colaboração de algumas pessoas. Para tomar banho, conseguiam água com os porteiros dos prédios próximos à calçada em que viviam, ou o menino arrumava algum trocado e pagava por um balde de água. Uma parte da alimentação era fornecida pelos comerciantes do mercado da área, que doavam frutas e verduras. Para cozinhar, a genitora do menino improvisava um fogão de lata na calçada fazia "mingau de cachorro"¹² para eles. Durante o dia Mãe era explorado por sua genitora: 'minha mãe me botava para pedir esmola no sinal para ela usar droga'. Apesar de reconhecer que o contexto da rua não oferece nada além do que a experiência da sua família já havia mostrado. Mãe acreditava que a genitora cuidava dele como podia mesmo se prostituindo e usando drogas constantemente. A criança Mãe parecia intuir que sua genitora não conseguiria cuidar dele de outro modo, pois a história dela era uma repetição da história familiar.

A oferta de outro cenário possibilitou a quebra com essa destinação e o início de algo novo na história deles. Segundo Almeida (2018, p. 85),

¹² No Nordeste é uma comida em que se cozinha água com farinha branca.

Se os adultos responsáveis olham para a origem dessas crianças e adolescentes, acolhendo-os e oferecendo-lhes outras possibilidades, eles têm a chance de nascerem de novo, iniciarem algo novo no mundo.

Para que outros olhares e experiências possam se estabelecer, é necessário a compreensão de que a coautoria tece a singularidade do humano. As pessoas, nesse caso as crianças e adolescentes, atribuíam a si as inadequações e fracassos, como se a responsabilidade fosse só deles, individualmente. Contudo, na narrativa dos jovens, fica claro que a rede de apoio anterior a Instituição Lar não oferecia sustentação e condições para que suas vidas fossem construídas de outros modos. Um dos jovens sinalizou a importância “de pessoas o reconhecerem não como bandido, criminoso, mas como alguém que pode se encaminhar para outros lugares” (Almeida, 2018, p. 101).

Apenas com a inserção de novos coautores, responsáveis, implicados e comprometidos, esses inícios puderam começar a ser estabelecidos. As crianças e adolescentes, invisibilizados, precisavam ser marcados de outros modos. Por esse motivo, “as instituições de acolhimento surgem como uma das possibilidades na existência dessas crianças e adolescentes, proporcionando novos encontros e o estabelecimento de novos modos de relações” (Almeida, 2018, p. 90).

Após a pesquisa, fica claro para Janusy Almeida (2018, p. 93), que:

Essa problemática indica que os espaços de acolhida devem apresentar possibilidades diferentes daquelas que crianças e adolescentes já estão habituados, para que, por meio dessas novas perspectivas, possam ter esperança em relação ao futuro e consigam iniciar novos movimentos direcionados para o rompimento com a linearidade das suas vidas (moradia na rua, uso de drogas, mendicância, entre outros) e cumpram promessas e acordos firmados entre eles e os atores institucionais. [...] Para ficarem acolhidos e protegidos, as instituições devem apresentar-lhes algo novo e demarcar que eles podem romper com sua destinação. A complexidade dessa questão é que essa demarcação não é simples de ser feita, porque não se trata de um exercício intelectual, mas do modo como crianças e

adolescentes experienciam as novas marcas, que normalmente demandam tempo relativamente extenso para se constituírem.

As discussões empreendidas na pesquisa de Almeida (2018) possibilitaram compreender a importância dos coautores comprometidos e da historicidade na vida das pessoas. A teia de relações possibilita o início das ações e a continuidade delas.

Aqui, as práticas psicológicas são convidadas a romper com as lógicas individuais e intrapsíquicas, bem como convocadas a pensar sobre as dimensões políticas/plurais da construção singular do ser humano. Essa construção humana ocorre em um cenário de singularização que pode impactar na construção de novas destinações na vida das pessoas.

Seria então a coautoria (comprometida e implicada) e o testemunho (específico e qualificado), possibilidades de saída para o conflito da ação? Destaco que não tenho nenhuma pretensão de apresentar soluções ou receitas para fomentar a ação, pois como indica Hannah Arendt (2014a), a ação é imprevisível, incontrolável e irrevogável. Não é possível nem realizar um planejamento para executar uma ação. O agir ocorre e rompe com a linearidade da vida, sem planejamentos. No entanto, a partir dessa pesquisa, resgatando as narrativas de outros pesquisadores e atenta as minhas práticas clínicas, supervisão e docência, percebo que existem algumas condições (coautoria e testemunho) que, quando são minimamente cuidadas e preservadas, geram um pouco mais de possibilidade para que as ações ocorram.

Mas porque testemunho qualificado e coautoria comprometida seriam significativos para as práticas psicológicas?

Antes de travar a discussão sobre a importância da coautoria e do testemunho nas práticas psicológicas, retomo o problema do conflito da vontade.

Os cenários de singularização podem minar a vontade e a esperança. Mas, além dessas condições, a falta de vínculos e de uma teia de relações que sustente à vontade também minam a esperança de iniciar algo novo na vida. Na solidão é difícil empreender novos encaminhamentos biográficos.

Os jovens da pesquisa de Almeida (2018) ofereceram pistas sobre o quanto a coautoria é importante. Várias vezes eles indicaram que na Instituição Lar, sobretudo sob a coordenação de Constelação, eles puderam se deparar com pessoas que passaram a acreditar neles. Essa crença foi de suma importância para que eles pudessem construir a esperança de empreenderem novas destinações em suas vidas.

Com a pesquisa de Janusy Almeida (2018), destaca-se que a reflexão é insuficiente e que a oferta de espaços para novas experiências, são imprescindíveis. Só os espaços de experiências podem marcar as pessoas de um outro jeito. Nas relações concretas, os jovens puderam reacender a esperança. Enquanto os *insights* de uma reflexão, na pesquisa de Walckoff (2009), não tivera força suficiente, as marcas da experiência, narradas na pesquisa de Almeida (2018) puderam apresentar o eu-quero e o eu posso.

Não estou dizendo que a reflexão não tenha importância. Ela, obviamente, tem. No entanto, sozinha, ela não tem força para possibilitar ações/natalidades. No momento em que esses jovens se percebem em uma nova teia de relações humanas, em um outro cenário, foi possível estabelecer uma quebra com as destinações prévias. Para um dos jovens foi importante ser reconhecido não como criminoso e bandido, mas como alguém que pode se destinar de um modo diferente na vida.

Essa experiência de coautoria apareceu em vários plantões psicológicos realizados que testemunhei ou ouvi em supervisão. Recordo do adolescente, Peri¹³, que estava adoecido da vontade¹⁴. Ele era um adolescente de 14 anos que durante boa parte desse tempo de vida teve como coautores abusadores sexuais, traficantes e exploradores. O grupo de plantonistas do *Amor Mundi* conheceu Peri num hospital e nesse momento ele estava com a esperança minada e sem vínculos comunitários e familiares. A presença constante de plantonistas na unidade puderam testemunhar a esperança de Peri reacender. Com a presença de novas pessoas em cena, os plantonistas, a equipe médica, enfermeiros e outros, Peri começou a experimentar a relação com outros coautores. Essas novas coautorias permitiram que a vontade de Peri despertasse (Walckoff, 2016).

A coautoria e o testemunho foram se evidenciando em várias pesquisas do *Amor Mundi*, entre elas a de Lima Junior (2019) e a de Melo (2019). Lima Junior (2019), chama a teia de cuidados como Ilhas de Proteção. Mas o que seria essas ilhas de proteção nas práticas psicológicas? E qual seria a importância delas?

4.3 Ilhas de Proteção: possibilidades onde a vontade está adoecida.

A pesquisa de Lima-Junior, seguiu a linha do *Amor Mundi* e se caracterizou como interventiva. O pesquisador, marcado pelas singularidades de sua vida, negro, advindo de família pobre, morador da periferia do Recife, educador social que trabalha em uma instituição

¹³ A história de Peri foi discutida no livro de Walckoff, 2016, p. 59-61

¹⁴ Termo utilizado pela professora Dra. Dulce Critelli em aula.

que se dedica a crianças e adolescentes em situação de rua, militante e psicólogo, além de atender os adultos que se apresentavam nessa situação, sensibilizou-se para oferecer escuta às crianças que se encontravam nesses contextos.

No início de sua dissertação, Lima-Junior apresentou o projeto de pesquisa-extensão do plantão psicológico da UNICAP e destacou:

O serviço do Plantão com pessoas adultas em situação de rua era realizado semanalmente no centro do Recife, onde nos dirigíamos às pessoas para fazermos a escuta e intervenção psicológica, sempre em duplas ou em grupo. A modalidade do plantão psicológico nos convoca para um estado de prontidão, de inclinação para a demanda da pessoa atendida. No caso da rua a prontidão tem um duplo sentido; o sentido da escuta atenta a demanda e o cuidado com a nossa integridade física. Na rua era necessário que estivéssemos próximos para que pudéssemos ser retaguarda um dos outros e assim facilitar a escuta que muitas vezes acontecia com pessoas que estavam sob ameaça de vida onde poderia haver, a qualquer momento, o perigo do acerto de contas e em outros casos havia o fluxo do tráfico de drogas e da repressão policial. A experiência com o plantão ampliou meu olhar sobre a situação de rua, permitindo-me perceber, mais detalhadamente, as semelhanças e diferenças entre as experiências e demandas do público infantil e adolescente e de adultos que os recortes possuem(Lima-Junior, 2019, p. 16-17).

Antemão, já nos há um convite: compreender as especificidades do público infantil no cenário da rua. Mas, antes: como essas pessoas chegaram à rua? Qual o cenário de singularização, comunitária e familiar, fez e faz crianças estarem em situações de rua? Ao interrogar sobre isso, Itamar Lima-Junior, apresentou as questões históricas que atravessam a constituição de pessoas em extrema pobreza e reverberam diretamente na situação de moradia na rua.

A história brasileira, marcada pela escravização de pessoas e a posterior abolição da escravatura, no ano de 1888, colocou uma expressiva camada da população brasileira em

situação de extrema pobreza. Esse cenário é retroalimentado pelas relações de poder e cenários capitalistas que se perpetuam até hoje estabelecendo relações desiguais. Chamo atenção, assim como Lima-Junior (2019), para as questões específicas que configuram a população de rua brasileira, seja pela sua dimensão histórica, seja pelas circunstâncias atuais do país:

A especificidade da população em situação de rua brasileira passou por alguns processos até chegar à configuração atual. Partindo da desigualdade social, uma sequência cronológica de fatos societários vai delineando as diferenças em nosso país; assim, a escravização das pessoas negras em primeiro momento, depois as condições de “liberdade” que as jogou nas ruas, a criminalização desta mesma “liberdade” pelo próprio Estado, são bojo deste fenômeno. Posteriormente, a urbanização massiva das nossas cidades em meados do século XX (BURSTZTYN, 2003), ajudou a criar um cenário onde preconceito racial, falta de emprego e a fragilidade de vínculos comunitários facilmente pode levar uma pessoa à situação de rua (Lima-Junior, 2019, p. 21).

Segundo Lima-Junior (2019), esse cenário, articulado com a extrema pobreza são as condições dessas crianças estarem em situação de rua. O pesquisador articulou esses fatores com o que Hannah Arendt expressa sobre condições humanas. Para Arendt (2014a), todas as coisas nas quais o homem/mulher entra em contato, torna-se condição de sua existência. É importante destacar que tal “tornar-se” não diz respeito a condicionamento, mas simplesmente um lugar de onde se desdobram as singularidades. Ou seja, diz respeito a um cenário singular e específico e não a um pressuposto ontológico.

O cenário brasileiro é constituído, desde a colonização, por desigualdades. Nas relações atuais, tal desigualdade se torna gritante na fala dessas pessoas. A família das crianças, também vulnerabilizadas, não conseguem apresentar um mundo distinto a elas. Como compartilha Lima-Junior:

As pessoas que tiveram muitas privações são as mesmas que se importam com essas crianças em casa. Quem está sofrendo por elas geralmente são as mães, avós e tias. Mas nem sempre se consegue

transformar esse sofrimento em cuidado e em possibilidades de saídas das ruas. Estas mulheres são geralmente muito vulnerabilizadas também: faltam-lhes recursos financeiros e liberdade advinda da vida pública (Lima-Junior, 2019, p. 51).

Esse cenário de onde partem essas crianças e as suas famílias denunciam o tempo inteiro o cenário brasileiro. O relato do pesquisador segue:

Os relatos mais desoladores que eu pude ouvir em minha trajetória foram feitos por essas mulheres: "ele não é mais meu filho", "a cola é um inferno na vida desses meninos", estou vendo a hora dele aparecer morto", "dá vontade de acabar com a minha vida e levar eles junto comigo", entre outras falas que já escutei em visitas a essas famílias. O mundo foi tão cruel com essas pessoas que elas acabam não conseguindo mais cuidar de seus filhos como eles necessitam. Às vezes essas famílias não têm sequer algo para comer. Nessa precariedade, as estratégias de sobrevivência nem sempre são as melhores opções para o desenvolvimento e proteção dos seus filhos (Lima-Junior, 2019, p. 51).

Antes de compartilhar as minhas questões sobre esse ponto específico, retorno para o início da dissertação de Lima-Junior, quando, ao pontuar acerca do seu problema de pesquisa, ele se dá conta de que quer compreender a experiência de criança e adolescentes em situação de rua, crianças essas que foram soltas nas ruas. Para Lima-Junior "essa soltura é o que inquieta e mobiliza para uma tentativa de compreender" (Lima-Junior, 2019, p. 27).

Nesse momento da leitura fiquei pensando em quem solta essas crianças? Seria simplesmente uma irresponsabilidade? Seria, apenas, a falta de conhecimento sobre a importância de se educar uma criança? Seria uma falta de reflexão para que esses cuidadores se apropriassem do cuidado de si e conseqüentemente do cuidado responsável por essas crianças? Várias questões me tomavam naquele momento da leitura, até chegar ao ponto em que o pesquisador apresenta o cenário real, concreto e político vivido por essas mulheres e

mães. Esses cenários de restrição não favorecem que as reflexões/conscientização deem conta de retirá-las ou retirar os filhos dessas condições. Nas palavras do pesquisador:

Evidente que um olhar despretensioso poderia inferir que estes pequenos foram abandonados; até foram, mas na verdade a família toda padece da mesma condição. Em todo o caso, essa forma de acessar o mundo não permite que os meninos sejam cuidados - sem serem cuidados eles não são apresentados ao mundo paulatinamente, são apenas soltos: para uma criança, isto é, por si só uma violência. Desta forma, a violência ocupa uma grande parte da vivência destes meninos e se torna aqui um outro desdobramento deste estudo (Lima-Junior, 2019, p. 52).

A violência, expressa o tempo inteiro na fala das crianças, denuncia também as violências vivenciadas por elas cotidianamente. Inclusive, as vezes que essa violência apareceu, o pesquisador tentou tematizar sobre elas com os participantes, mas esse tematizar não era/é suficiente para iluminar, quase que magicamente, o pensamento deles, para fazer com que eles abandonassem esses comportamentos.

Utilizei o termo, quase que magicamente, porque recordei dos anseios de psicóloga nos primeiros passos após a conclusão do curso. A Carteira de Identidade Profissional (CRP) nas mãos, as teorias na cabeça, algumas compreensões sobre comportamento humano, a ideia de que quando as pessoas se dão conta das coisas (percebem, refletem e se apropriam), elas mudam e a frustração constante de perceber que quase nunca é assim.

Enquanto na leitura da tese de Walckoff (2009) ficou claro o distanciamento entre reflexão e ação, essas outras pesquisas me apontam os cenários mais fecundos para que as ações possam ocorrer. Por vezes o cenário, a teia de relações, o contexto político/plural, não favorecem para que ações, novos inícios, mudanças, torções nos modos de existir aconteçam. Como, simplesmente, deixar de ser violento, se por vezes é o comportamento violento que os “protege” de certas violências? Como deixar de reproduzir violência, se o mundo foi apresentado a eles desse modo?

Essa discussão me lembra os conceitos arendtianos sobre as condições que nos são dadas no mundo e nas teias de relações humanas. Esses pontos oferecem o lastro onde a vontade ganha força ou não. Em Hannah Arendt (2008), vontade é a potência que possibilita a iniciação de algo novo. Contudo, essa potência, no sentido arendtiano e não humanista, só se torna presente

frente a esperança do poder. No humanismo, potência se refere aquilo que em sua essência tem a possibilidade de se tornar algo. Rogers se utiliza do exemplo da semente da maçã que tem a potência de se tornar uma macieira.

Em Arendt (2008) essa vontade é uma potência de crença, onde o “eu-querer” se encontra com o “eu-possor”. E, esse poder está vinculado aos acordos que são possíveis de serem feitos na teia de relação. Partindo do pensamento arendtiano o poder se dá a partir das circunstâncias da singularização e das relações de coautoria. Para Lima-Junior, é possível pensarmos:

Que essas meninas e meninos que vivem na invisibilidade imposta pela condição de extrema pobreza são marcadas pelas sucessivas presenças de impossibilidades, pela falta de exemplos de poder [...] quando a esperança no mundo e, por consequência, em si mesma, já está perdida, a crença na iniciação de algo novo nas vidas destas meninas também se perde (Lima-Junior, 2019, p. 70-71).

Para Itamar Lima-Junior, os acúmulos de vulnerabilidades, constituídos nos cenários político-econômico específicos, matam à vontade e assim minam a possibilidade de as pessoas iniciarem algo novo em suas biografias. Mas, diante dessas impossibilidades, dessas desesperanças que constituem o cenário das crianças e por vezes de suas famílias,

Como nós adultos e responsáveis, podemos criar possibilidades para que a natalidade possa aparecer, ainda que em um contexto tão impróprio (que é a rua - *grifo meu*)?. Dito de outro modo, que teias de relações podemos criar para acolhê-la? Ou ainda, como podemos conservar nesses meninos e meninas a possibilidade de volição e de poder necessários para agirem, no sentido arendtiano? (Lima-Junior, 2019, p. 74-75).

Para o pesquisador, sua pesquisa forneceu pistas sobre as singularidades das demandas dessas crianças, bem como apontou para práticas que parecem relevantes nesse cenário. Dois pontos, dentre tantos, merecem destaque: a importância de compreender o cenário de onde parte o público acolhido, nesse caso, as crianças; bem como repensar as práticas de atenção ofertados nesses espaços singulares. Para Lima-Junior, nesse caso específico, instituições e pessoas que

ofereçam Ilhas de Proteção para essas crianças seria um modo possível de construir modos de apresentar o mundo a elas. Aqui, as práticas institucionais e profissionais precisam considerar as especificidades do ser criança, mas também as singularidades do cenário de onde essas crianças partem. Nas palavras de Lima-Junior (2019, p. 77):

Foi neste sentido que a constelação ilhas de proteção pareceu nos dar indícios de trabalhos possíveis para com esse público. É certo que não temos o poder de acabar com a desigualdade social que produz a situação de violação, essa luta é travada em âmbitos mais amplos, mas dentro do contexto de espaços ou iniciativas que promovam a segurança podemos ser ilhas de proteção. Quanto mais ilhas de proteção tivermos mais espaços de preservação da infância as crianças e adolescentes terão. Isso apareceu como crucial para que estas crianças e adolescentes mantenham alguma crença no mundo e por consequência em si mesmas, podendo assim encontrar a força necessária para buscar rompimentos com esse modo de vida. Essas ilhas, espaços mais reservados, que levam em consideração a singularidade das crianças e adolescentes podem, em partes, suprir a intimidade do lar e da escola, espaços *per si* da proteção.

Seria, então, o testemunho qualificado e a coautoria comprometida, pontos nevrálgicos e sensíveis para a constituição de práticas psicológicas? Poderíamos então compreender o testemunho terapêutico e a coautoria responsável como primordiais para amparar a aparição da vontade?

4.4 Testemunho psicoterapêutico: amparo à aparição da vontade

Discutir sobre esse tópico me fez lembrar do início do doutorado. Foi um momento em que testemunhei os colegas do Grupo *Amor Mundi* irem às ruas do Recife para realizar os plantões psicológicos. Esse testemunho me fazia pensar diversos aspectos e me sensibilizaram a perceber o que hoje apresento nessa tese. A escuta atenta, as leituras dos textos arendtianos e dissertações, as supervisões e as aulas que eu ministrava geravam a inquietação suficiente para

mobilizar a busca por uma compreensão que pudesse se tornar argumentação de tese para o doutoramento.

Durante o processo de pesquisa, há uma eminente necessidade de partilhar sobre o tema com pessoas da área. Além disso, as pessoas que têm proximidade com a ciência sempre nos perguntam sobre o que estamos investigando. Recordo que em uma dessas partilhas, momento em que eu ainda não tinha claro o percurso e o tema da investigação, um amigo psicólogo interrogou sobre o meu tema de pesquisa.

Na tentativa de organizar em mim, e como forma de compartilhar com ele, comecei a pensar sobre o quanto a nossa Psicologia, elitista, muitas vezes não tem dado conta de nos ajudar a compreender as singularizações da população brasileira. Falei sobre o quanto a atividade realizada pelos membros do Grupo *Amor Mundi* e os meus estudos estavam levantando questões que eu nunca havia pensado.

Por exemplo: algumas pessoas não têm direito a terem direitos, como conscientizá-las de algo que elas nunca nem participaram? Como falar de consciência de classe, se nem de uma classe elas participam, tamanha a invisibilidade? Recordei da narrativa de Silvia Melo (2019) que ao discutir sobre as pessoas em situação de rua, relatou:

Muitos sequer têm documentos, o que implica em dizer que não participam da sociedade como cidadãos e os que participam, foram para a escola, por exemplo, numa situação de necessidade tão extrema que o grande foco era de ter acesso à merenda, visando garantir a alimentação daquele dia (Melo, 2019, p. 55).

Como refletir/pensar com essas pessoas sobre demandas existenciais, se a única urgência delas era/é com a sobrevivência, com a manutenção laboral da vida biológica?

Nessa conversa, discutimos sobre o quanto as nossas perspectivas psicológicas muitas vezes partem de pressupostos intrapsíquicos ou da individualização do problema, como se a resolução para a vida das pessoas dependesse única e exclusivamente do desejo e do empenho delas. O intrapsiquismo e individualismo já foram “denunciados” pela Psicologia Social de perspectiva latino-americana e sócio-histórica. Tais enfoques advém da própria história da Psicologia que ao tentar definir seu objeto de estudo enfatizou os comportamentos humanos ou os processos cognitivos. O individualismo é uma herança do atravessamento cultural de constituição da Psicologia, conforme aponta Farr (1999) ao discutir sobre as emergências das perspectivas psicológicas nos Estados Unidos da América. Logo, a Psicologia, ao chegar no

Brasil, não se furtou dessas heranças e como aponta Bock (2009), essas ideologias ainda perpassam algumas práticas profissionais realizadas no Brasil. A Psicologia enquanto ciência e as práticas psicológicas que continuam sustentadas no modelo positivista de ciência, mantêm-se “na ideia de um homem autônomo, capaz de ‘puxar a si próprios pelos cabelos’ sintetiza a visão de homem liberal, presente em nossa ciência positivista” (Bock, 1999).

Então, naquela ocasião em que me encontrei com o amigo psicólogo, após escutar mais questões/dúvidas do que respostas, ele, psicólogo clínico, com agenda minimamente preenchida, que atende em um bairro de classe média alta, disse: “Mas nem todos que procuram a Psicologia para atendimento está nessa realidade. Até porque essa população que vocês estão estudando são privados do acesso as práticas psicológicas”. De fato, muitas pessoas ainda são privadas do atendimento psicológico clínico. No entanto, só fazemos e pensamos psicologia para aqueles que podem pagar? Um misto de sentimentos me tomou. Primeiro, pois sei o quanto essa pessoa, que eu estava conversando, questiona o sistema social, político e econômico. Sei da sua criticidade perante o sistema e da sua posição política ideológica. É uma pessoa que, vinculada a uma determinada instituição religiosa, é atravessada pela Teologia da Libertação, que tem um compromisso social. O segundo espanto adveio da percepção de que os profissionais, mesmo os mais vinculadas com questões sociais, ainda tem dificuldade de pensar a Psicologia fora do campo elitista, espaço em que essa prática profissional tem se constituído ao longo da história (Bock, 2009).

Ao sair daquela conversa, não só os pacientes da clínica vieram à minha mente, mas todos àqueles que tinham passado por mim, desde o estágio em Psicologia. Uma das experiências mais marcantes enquanto estagiária foi a atenção psicológica, na modalidade de plantão psicológico, realizado em uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) em minha cidade. O início da prestação de serviço foi marcado por uma sensação de impotência. Recordo que, diversas vezes, partilhei com a preceptora de campo essa sensação que me tomava. Eu, mulher, defensora dos direitos das mulheres e da sua liberdade, que tenho recursos para lidar com a vida sem depender de figuras masculinas, via-me de mãos atadas diante de algumas narrativas. As mulheres chegavam à delegacia com muita dúvida se prestariam a queixa ou não. Muitas vezes a própria agente policial solicitava que as mulheres participassem do plantão psicológico para só depois realizarem os procedimentos burocráticos. Os plantões psicológicos, as reflexões realizadas para a compreensão das violências sofridas e as percepções elencadas não garantiam que algumas daquelas mulheres decidissem pelo registro do Boletim de Ocorrência e/ou a abertura do Processo contra os agressores. Inclusive,

algumas que registravam o boletim ou realizavam a abertura do processo contra os agressores, as vezes retornavam para retirar a “queixa” que já não era mais possível.

Ao ouvir essas mulheres que chegavam com muito medo e dúvidas, eu percebia o quanto o cenário das relações pessoais estabelecidas cerceavam essas mulheres. Muitas tinham filhos, não tinha outros apoios na vida e nem trabalho garantido. A falta da teia de relações que apoiassem o que viria após a denúncia, faziam com que elas desistissem de realizá-la.

Essa falta de acolhida da teia de relações não estava presente apenas nos atendimentos realizados em órgãos públicos. A falta de apoio de uma teia de relações, também estabelecia o conflito da vontade¹⁵ daqueles que chegavam ao consultório, ainda que houvesse recursos financeiros e empoderamento por parte dessas pessoas.

No consultório, pensar sobre os problemas da vida, não garantia que os pacientes conseguissem realizar algumas mudanças na sua biografia. Concluo que o conflito da ação e da vontade aparece em todos os cenários de práticas psicológicas, seja nos atendimentos realizados em dispositivos sociais ou clínicas psicológicas particulares.

Essas percepções começaram a ficar mais evidentes ao longo da minha pesquisa de doutorado e foram me aproximaram cada vez mais do pensamento de Hannah Arendt. Compreendi que as lentes dos conceitos arendtianos poderiam ser a chave para a construção de novas sensibilidades de prática e escuta psicológica.

Uma outra pesquisa que se mostrou fundamental para sensibilizar essas temáticas, foi a de Silvia Melo (2019). Melo, também realizou uma pesquisa interventiva e ofereceu Plantões Psicológicos para pessoas adultas em situação de rua e investigou sobre o modo em que esses adultos em situação de vulnerabilidade foram apresentados ao mundo. Para a pesquisadora, esse modo de apresentação constitui a singularização das pessoas possibilitando-as ter, ou não, esperança para a construção de novos encaminhamentos na vida.

Enquanto Lima-Junior (2019) discutiu sobre crianças e adolescentes, Silvia Melo (2019) se concentrou nas narrativas dos adultos e desenvolveu sua dissertação com o tema: “Histórias de vida de adultos apátridas de rua”. Nas duas pesquisas foi possível perceber a importância do início da vida e o modo de apresentação do mundo para os recém-chegados. Essa apresentação constitui a historicidade e aponta para o cenário de singularização dessas pessoas. A esperança, a crença no poder ou o adoecimento da vontade se dão a partir dessa apresentação. Silvia Melo, citou um plantão em que o participante falou sobre a sua infância, vejamos:

¹⁵ O conflito da vontade se estabelece quando o “querer” e o “poder” não se articulam. Apenas quando a pessoa percebe que pode, ou seja, que existe uma teia de relações que favoreçam a efetivação da ação, é que ela alimenta o querer. Quando não existe um cenário de “poder” o “querer” se fragiliza de tal modo que se “adoece da vontade” (Walckoff, 2016)

Perguntei para ele há quanto tempo ele estava na rua. Ele me disse que desde que nasceu. Perguntei quem tinha cuidado dele, afinal todo bebê precisaria de um adulto que o alimentasse e oferecesse os cuidados necessários para qualquer recém-nascido sobreviver. Neste momento, ele reforçou que ele nasceu na rua e lá se cuidou sozinho. Toda narrativa dele falava de alguém solto no mundo e que precisou dar conta de si para que naquele momento estivesse ali naquela calçada me contando sobre sua história (Melo, 2019, p. 52).

Muitos adultos em situação de rua estão desde criança lançados a própria sorte. De fato, há algumas pessoas, como a própria pesquisa indica, que foram para a rua em algum contexto específico de suas vidas. No entanto, aquelas que desde sempre se constituíram na rua, tem as esperanças mais comprometidas, visto que esse cenário foi seu único modo de habitar o mundo. A teia de relações dessas pessoas, ou seja, os familiares e a comunidade, também estão inseridos nesse fio de sentido da desesperança. Melo, conta:

Porém, tomando por base esse exemplo, percebemos que tanto a família da qual esse homem fez parte, como as famílias de muitas outras crianças que estão na rua, também viveram e sofreram os efeitos de estar em condições de absoluta precariedade ao longo da sua vida e isso perdura, em grande parte dos casos, desde gerações anteriores. Os adultos de hoje que estão na rua, na maioria das vezes foram essas crianças abandonadas à própria sorte, seja sem a proteção da esfera privada do lar ou da proteção de qualquer instituição que represente a esfera pública. E os adultos que cuidaram dessas crianças, também estavam desprovidos de qualquer rede que pudesse oferecer possibilidades para outro modo de existência, pois trata-se de uma vida inteira marcada pela miséria, solidão e abandono (Melo, 2019, p. 53).

A noção de impossibilidade para mudar o ciclo no qual estão inseridos constitui a história de singularização dessas pessoas em situação de rua. É muito difícil manter ou ter esperança em um cenário tão inóspito. Além disso o peso do “sempre foi assim”, desde as gerações anteriores, mina ainda mais a esperança.

A esperança, o poder (acreditar que se pode), é fundamental para que novas destinações, ações, possam ocorrer. É a teia de relações humanas que oferece amparo para que a novidade se efetive. No entanto, o cenário no qual algumas pessoas estão inseridas parecem não ser uma teia favorável para a efetivação de novos inícios. Silvia Melo (2019, p. 53) partilha:

Essa família apresentou para essas crianças o mundo do modo que elas também conheceram e diante disso, penso o quanto é difícil manter a esperança para que haja qualquer possibilidade de ação.

A miserabilidade, a violência e as restrições aparecem como o pano de fundo do existir dessas pessoas. Durante o tempo de pesquisa, Silvia Melo percebeu que nas ruas há uma violência permanente, mas que ganham potência em situações específicas, quando atrelada ao tráfico de drogas, por exemplo. As pessoas que se encontram em situação de rua passaram a acreditar que a violência também é uma condição de estar nas ruas. Eles não só vivem circundados pela violência, como muitas vezes também foram apresentados ao mundo de forma violenta. É...

[..] como se a condição de violência já fosse inerente à realidade que eles conheceram e que estiveram inseridos ao longo de uma vida inteira, reforçando nossa visão em torno de como eles foram apresentados ao mundo e os desdobramentos ocasionados na vida de cada um, uma vez que se o mundo que eu conheço é dessa forma, fica muito difícil conseguir encontrar alguma esperança para prosseguir com outro modo de existir (Melo, 2019, p. 63).

Como prosseguir de outro modo, se sempre foi assim? É como se miserabilidade, violência e restrição passassem a ser o único modo possível que essas pessoas “podem” existir. Ainda que elas quisessem constituir outras narrativas biográficas, o conflito entre o querer e o poder se constituem como um possível impeditivo. O que costura o querer e o poder é o medo

e a esperança e esse conflito se resolve quando um lado da balança é mais forte do que o outro (Melo, 2019).

Silvia Melo (2019), ao articular essa reflexão com o pensamento de Hannah Arendt, indica:

Esse poder ao qual Arendt se refere não diz respeito a uma vivência intrapsíquica, mas a possibilidade concreta de realização daquilo que se quer. Esse querer, é sempre voltado para o futuro e necessita dos acordos entre os homens para que possa ocorrer. Retomando a questão da coautoria, ninguém se constitui na solidão. É necessária uma teia de relações que acolha atos e palavras nos quais esse querer se mostra e se realiza (Melo, 2019, p. 53).

Uma das coisas que pode fortalecer um lado da balança, medo ou esperança, diz respeito a teia de relações que acolherá, ou não, os novos encaminhamentos biográficos. Muitas das pessoas em situação de rua se mostraram doentes da vontade¹⁶. A falta de esperança, seguido de frases que indicam que sempre foi assim, revelam que não há uma força que impulse as mudanças na vida. Nos relatos apresentados por Melo é possível perceber também que muitos dos que tinha uma casa e foram para a rua o fizeram por haver uma fragilidade na teia de relações das relações familiares e comunitárias. Já as pessoas que nasceram em situação de rua participam de uma teia esgarçada e sem esperança.

Em um cenário de relações esgarçadas, de falta de esperança e frente a um conflito da vontade, haveria algum papel para o/a psicólogo/a?

Os atendimentos realizados pelo grupo de plantão psicológico no qual Silvia Melo estava inserida, apontaram para a importância do vínculo que se estabelece entre as pessoas atendidas e os plantonistas.

As pessoas que tinha uma história de vida com teias de relações esgarçadas, chegaram a “testar” o vínculo estabelecido no atendimento. Era como se aquelas pessoas quisessem saber se de fato os plantonistas estavam dispostos para aquela relação, apesar de passageira. Isso corrobora com a importância do testemunho e no interesse na relação. Esse interesse expressa crença que Constelação também demonstrou pelos adolescentes da pesquisa de Almeida (2018).

¹⁶ Termo utilizado pela professora Dra. Dulce Critelli em sala de aula (Walckoff, 2016)

O testemunho e a coautoria dos plantonistas, bem como o acolhimento a singularidade de cada um deles possibilitaram costurar novas narrativas, novos olhares sobre o que era contado.

Melo (2019, p. 77) conclui que:

Minha impressão é de que essas pessoas precisam de uma rede de relações que as acolham de um modo que elas possam começar a ser marcadas de outra forma, por meio de experiências de aparição, de visibilidade, o que não é possível acontecer na solidão em que vivem.

Os atendimentos realizados pelo grupo de pesquisa e na minha prática clínica, atrelada com os estudos, possibilitaram uma ampliação nas questões que concerne ao sofrimento das pessoas. Sofrimento esse que não diz da esfera intrapsíquica, mas que revela as tensões e possibilidades existente nas teias das relações humanas das pessoas. O agir ou não agir, ou seja, a construção de novas destinações na vida decorre da presença de outras pessoas que participem como coautores das biografias de vida. Não dependem, apenas, da reflexão ou da volição do agente.

Lima-Junior (2019) aponta que as pessoas presentes nas Instituições podem entrar na vida das pessoas como coautoras comprometidas que fomentem um campo fértil para novas construções biográficas daqueles que são atendidos por ela. Silva e Souza (2020), destacam o quanto o papel do/a psicólogo/a pode se configurar como um coautor importante nas histórias de vida, dado o seu comprometimento. Walckoff (2016), acentua o quanto a presença dos plantonistas na vida do Peri, adolescente atendido pelo grupo, se apresentou como fundamental para que o paciente começasse a esperar e pensar e outras possibilidades no viver.

Em Lima-Junior (2019), as relações institucionais são chamadas de Ilhas de Proteção. Essas Ilhas, ao oferecerem cuidados e presenças significativas, marcam as histórias das pessoas e ampliam as possibilidades daqueles que passam por ela. Itamar Lima-Junior (2019), ao questionar sobre como os adultos poderiam criar condições mais favoráveis para a natalidade ocorrer na vida de crianças marcadas pela desesperança geracional e em situação de miserabilidade, apontou-nos um destaque significativo. Em um país estruturado a partir de grandes desigualdades sociais, as Ilhas de Proteção, públicas ou privadas, mostram-se como espaços fundamentais para que crianças e adultos construam a força necessária para romper com os modos de vida perpetuados entre as gerações.

Os espaços físicos de proteção de direitos e as relações estabelecidas nos vínculos psicoterapêuticos se mostram fundamentais para que as pessoas resgatem suas histórias de vida e, ao partilhar com alguém efetivamente interessado, possam reacender a esperança do “poder”. Nessas relações de escuta, não há passividade, mas uma efetiva relação de trocas de compreensão. Na solidão é difícil compreender a história biográfica. Compreender é uma forma de sair em visita para afirmar ou recusar a pertença no mundo, nas relações, nas experiências. Nessa perspectiva, os adultos que narravam as suas histórias de vida, saíam para visitar as suas histórias acompanhados/testemunhado pelos plantonistas.

Para Arendt (2002), a compreensão está devotada a vida ativa, tem como objetivo lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar com o que inevitavelmente existe. Não como forma de contentamento, mas para que alguém se doe a vida novamente, é preciso entender o que se passou. Essa doação à vida está ligada a condição da promessa. Ao se reconciliar com a história, é possível esperar na promessa. Nas palavras de Arendt (2002, p. 39),

[...] a compreensão é um processo complexo, que jamais produz resultados inequívocos. Trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo.

A compreensão é uma tarefa interminável, devotada a vida ativa e a cotidianidade do existir. A compreensão está relacionada ao discurso, ao aparecimento público sob a presença de testemunhas. Esse aparecimento se dá por meio dos atos, mas sobretudo por meio das narrativas sobre esses atos, que os fazem ser ação propriamente dita.

Recordo de Hannah Arendt quando apresenta a história de Ulisses. A autora destaca que quando Ulisses contou sua história de vida na presença de outras pessoas, a sua vida deixou de ser pura ocorrência para se tornar História. A narrativa testemunhada é importante pois como menciona Critelli (2012, p. 77) “o testemunho dá ao fato ocorrido na existência humana solidez e durabilidade e confere aos atos e as palavras a sua realidade”. A partir do aparecimento para alguém, os acontecimentos narrados tornam-se irreversíveis e reais, pois passaram pelo crivo do testemunho.

É importante destacar que esse movimento de testemunha atenta no qual o psicólogo/a é chamado é distinto da condição empática proposta por algumas perspectivas psicoterápicas, como a Abordagem Centrada na Pessoa, por exemplo. Melo (2019) ao falar sobre os atendimentos realizados com as pessoas em situação de rua se deu conta do quanto não era

possível se colocar no lugar daquelas pessoas. O quanto era difícil sentir ou perceber a vida a partir do mesmo ponto em que se encontrava aquelas pessoas. Há uma aproximação, mas é necessário considerar o estrangeirismo próprio de toda e qualquer relação de escuta. Melo (2019, p. 25) indica:

Apesar de que nunca conseguimos nos colocar no lugar do outro, sempre percebemos em atendimentos clínicos que conseguimos realizar uma certa aproximação, mas no que diz respeito à realidade das pessoas em situação de rua esse desafio é maior, pois a diferença entre as realidades vividas é tão brutal que se torna impactante. Realizar uma escuta clínica dessas pessoas em situação de rua exigiu mais de mim como pesquisadora/plantonista em função desse estrangeirismo.

Assumir esse estrangeirismo se mostra como importante, visto que é a partir disso que se é possível levantar novas interrogações para a vida das pessoas. Pela nossa condição humana, compreendemos outros humanos, mas só a partir da nossa singularidade se faz possível abrir novas questões na vida de outros humanos.

Ao compreender que em nossas escutas clínicas, sempre estaremos no lugar de estrangeiros e que não há possibilidade de nos colocarmos no lugar do outro, dada a nossa singularidade/historicidade, uma outra temática se destaca: a singularidade do profissional de psicologia tem um papel fundamental no fazer psicológico.

Volto para a experiência vivida no Grupo de Pesquisa Unicap. Vários alunos/as participaram do Grupo *Amor Mundi*. A grande maioria eram pessoas de classe média e média alta. Nossas escutas alcançavam algumas compreensões. No entanto, quando se tratava de compreender a miserabilidade da população, os pesquisadores-plantonistas de realidade social mais vulnerável conseguiam nomear melhor algumas experiências dessa população. Isso porque o cenário de singularização desses pesquisadores tinha muito mais elementos de aproximação com a singularização das pessoas atendidas. Essa percepção também foi compartilhada por Silvia Melo em sua dissertação. Em seu trabalho ela destacou exatamente o estrangeirismo que ela sentia ao escutar as pessoas em radical vulnerabilidade socioeconômica. Para ela aquelas experiências eram muito diferentes das que ela vivia na vida e que ela ouvia em suas experiências enquanto psicóloga clínica. Nas palavras de Silvia Melo (2019, p. 16):

[...] ao mesmo tempo em que essa conjuntura deixa claro que a experiência dessas pessoas é muito diferente da minha. Diante disso, a inquietação se revelava intensa, pois seria necessário acessar pessoas que viviam uma experiência radical, crua e brutal que é a da vida nas ruas. A cada atendimento se tornava mais evidente o meu estrangeirismo do campo e o quanto aquela realidade mostrava-se desafiadora exatamente por ser tão diferente da minha.

Em contrapartida, em um dos atendimentos Melo se deparou com um homem (José) que segundo ela:

[...] tudo o que eu ouvia soava como se ele fosse uma exceção ao perfil que sempre encontramos na rua. Dizia pertencer a uma família de classe média, teve acesso a colégios particulares, sua família morava em João Pessoa e foi consumidor de crack durante muitos anos (Melo, 2019, p. 20).

Essa percepção de distinção no atendimento foi compartilhada no processo de supervisão-orientação e, na ocasião, a professora Dra. Simone Walckoff apontou para a questão da origem de Melo. Ou seja, para o lugar de singularização de onde parte a existência de Melo. Parecia haver, entre as experiências de Melo e de José uma aproximação. Não se trata de similaridade, trata-se de contextos socioeconômico de singularização com algumas características parecidas.

Nesse momento nos deparamos com a necessidade de entendermos cada vez mais o cenário de singularização dos psicólogos/as e daqueles que demandam à Psicologia uma atenção Psicológica, pois o testemunho é marcado pela singularidade do/a plantonista e psicólogo/a. Tanto as pessoas que buscam os serviços psicológicos quanto aqueles que prestam esses serviços são constituídos de uma história singular.

4.5 Cenário singularização e teia das relações humanas: constituição da historicidade das pessoas atendidas e dos profissionais de psicologia

Não foi à toa que iniciei a tese demarcando o meu lugar no mundo enquanto pessoa e conseqüentemente enquanto psicóloga. Ser *Homo Sapiens*, habitar o planeta Terra, no continente americano, na América do Sul, Brasil, Nordeste, Pernambuco, Caruaru; ter estudado em uma escola religiosa, privada; ter cursado Teologia e Psicologia; ser de uma família de comerciantes tradicional, são as condições que me singularizam e oferecem o lastro onde minha existência ocorre. Esse cenário me faz acreditar em coisas que posso realizar e isso fica muito perceptível na minha própria história acadêmica. Fazer dois cursos superiores concomitantemente não é fácil, pelo volume de estudo, mas sobretudo pela dimensão cotidiana. Eu não precisava cuidar da casa, das minhas roupas, da minha alimentação e nem me preocupar com os recursos financeiros para manter a sobrevivência. Além disso eu não precisava me preocupar em pagar a faculdade de graduação e as despesas advindas do cenário acadêmico. Eu estava liberada para me dedicar exclusivamente às minhas graduações. A minha teia das relações apoiava o que eu estava vivendo. Recordo-me quando eu disse a minha mãe que faria duas graduações. Ela me questionou se eu aguentaria e eu disse que acreditava que sim. Sua frase foi de muita importância: “Filha, faça! E Se não der conta, para! Não tem problema!”. Eu estava amparada nas minhas decisões e na minha construção de possibilidades. Havia familiares (minha mãe, meus avós e meu tio foram muito importantes) amigos e amigas comigo.

Recordo da minha infância em que meu pai e avós sempre me apoiaram até nas brigas de escola, isso para que eu não fosse violentada. Recordo do meu avô que entendia quando eu não queria fazer algo na coletividade e ele ia lá fazer comigo. As aulas de teatro, balé, natação, ginástica olímpica, inglês, canto, violão, foram me possibilitando interagir com o público, com pessoas, com o mundo. Meu querer, em várias circunstâncias na vida, estiveram amparadas com o poder e hoje mantenho a esperança do poder muito vivo. Além disso, mantenho relações que continuam amparando a minha vontade.

Resgato essa história pois percebi nessa trajetória de pesquisa o quanto as condições sociais não são meros dados sociodemográficos, mas tem sua importância na efetivação das ações. Na pesquisa de Almeida (2018) as fragilidades se apresentam na falta de esperança das famílias para com as crianças. Ao analisar as condições sociais e a história das famílias e a realidade da comunidade que elas estavam situadas foi possível compreender os motivos pelos quais a esperança estava fragilizada. Os direitos violados, a falta de acesso a materiais básicos

de sobrevivência e as invisibilidades, apesar das políticas de assistência existente nos marcos legais, perpetuavam-se de gerações em gerações.

As crianças nascidas nas comunidades escutam com frequência a impossibilidade de mudarem de vida. Como Almeida (2018, p. 46) narra:

Naquela época, a comunidade lhe julgava. Quando passava diziam: *'Esse menino vai dá para quê?, hem?'*. Hoje quando passa, a comunidade só faz elogios, inclusive sua família, considerada por ele uma raça ruim: *'Sim, porque em vez de apoiar a pessoa, ela fica contra. Se é para fazer algo bom ninguém apoia, só se for para fazer algo errado. Ninguém apoia para o bem'*.

Como já destacado, a família, a comunidade e até as mães, principais cuidadoras, dos adolescentes desacreditavam deles. Essas mães também tinham sido desacreditadas e não tiveram cuidados em suas histórias biográficas. As histórias familiares se repetiam. O lugar social, familiar e comunitário que os iniciaram tiveram uma força de destinação. E aqui destinação não diz de imutabilidade, mas, como já destacado, do lugar de onde essas singularidades partem.

Não é, apenas, a falta de recurso que se perpetuam entre as gerações (apesar de ser importante), mas as fragilidades dos vínculos e a falta de cuidado e crença. A falta de crença nos adolescentes também foi vivida pelo jovem *Mãe* na Instituição Lar (lugar da pesquisa de Almeida). O primeiro coordenador não acreditava nos meninos. Não acreditavam que eles poderiam se conduzir na vida de outro modo. Essa falta de crença que se perpetua na família, comunidade e Instituição reforça o não poder e sucumbe o querer. *Família*, outro o jovem que participou da pesquisa de Almeida (2018), destacou que em outra casa de acolhimento, antes de ir para Instituição Lar, também se deparou com a falta de crença nele. Ou seja, ainda que houvesse recursos em outra Instituição, a falta de crença minava à vontade.

Lima-Junior (2019), destaca que os meninos que participaram da pesquisa dele também estavam situados numa posição de extrema pobreza e essa condição social e econômica minava a esperança deles e das mães. As vulnerabilidades se perpetuam de geração em geração. As mães, avós e tias, apesar de sofrerem com as condições das crianças e adolescentes, não conseguem transformar esse sofrimento em cuidado pois falta a essas mulheres "recursos financeiros e liberdade advindos da vida pública" (Lima-Junior, 2019,

p. 51). Resgato um texto que aponta para as condições sociais e como essas podem comprometer o querer e o poder. Lima-Junior (2019, p. 70-71) menciona:

Que essas meninas e meninos que vivem na invisibilidade imposta pela condição de extrema pobreza são marcadas pelas sucessivas presenças de impossibilidades, pela falta de exemplos de poder [...] quando a esperança no mundo e, por consequência, em si mesma, já está perdida, a crença na iniciação de algo novo nas vidas destas meninas também se perde.

Algo comum a experiência radical de vida dos participantes da pesquisa de Almeida (2018) e Lima-Junior (2019) se apresenta também nos adultos que participaram da pesquisa de Melo (2019). Segundo Melo, os adultos em situação de rua também narravam sobre essa condição de vulnerabilidade econômica e nos vínculos que perpassam suas histórias de vida. Os adultos foram crianças soltas na rua que tiveram pais, mães, tios, tias e comunidade que desacreditavam neles e, como consequência desacreditavam na vida e no mundo. A fragilidade dos vínculos e as negligências do Estado fica muito evidente na narrativa dos adultos, visto que eles têm um lastro de experiências na vida com uma temporalidade maior. Em suas narrativas eles trazem a história de 3 (três) gerações na rua. Melo (2019, p. 51) relata:

Perguntei para ele onde estaria a sua mãe, por exemplo, ou o pai, ou qualquer outra figura da família. E ele me disse nesse momento, que se criou sozinho, porque sua mãe vivia na rua e morreu quando ele ainda era bebê. Seus irmãos ou irmãs ele não sabe onde foram parar, mas todo mundo precisou cuidar de si para permanecer vivo e que já não tinha contato com nenhuma outra pessoa que fosse de sua família. A única lembrança que ele tinha era de que teve irmãos e irmãs dos quais ele perdeu o contato. A vida os empurrou para lugares distintos.

É impactante perceber que a falta de vínculos e do compromisso do Estado com a garantia de direitos básicos perenizam as invisibilidades e “condenam” essas pessoas na perpetuação da miserabilidade e da falta de esperança. E, nesse extremo estado de vulnerabilidade, parece-me que a reflexão se torna insuficiente.

Essas pessoas são privadas da possibilidade de serem vistas, suas aparições públicas inexistem, logo eles não participam daquilo que Hannah Arendt chama de política. Para Arendt (2008), a política é a participação no cenário público, onde cada pessoa pode iniciar coisas novas a partir dos seus feitos, exercendo a liberdade (que é a própria possibilidade do aparecimento e da novidade). Essa falta de aparição impacta a singularização dessas pessoas pois suas existências se constroem na invisibilidade.

É possível compreender ainda que, uma outra marca da falta de esperança é de que esses adultos não se mostravam, necessariamente, revoltados ou com raiva das condições sob as quais vivem. Para Arendt (2016, p. 21),

A raiva não é, de modo algum, uma reação automática à miséria e ao sofrimento; ninguém reage com raiva a uma doença incurável ou a um terremoto, ou, no que concerne ao assunto, a condições sociais que parecem imutáveis. A raiva aparece apenas quando há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas e não são.

Ou seja, as circunstâncias vividas por essas pessoas, por si, não têm força para provocar raiva, revolta ou lutas por igualdade. É primordial a esperança de que as condições poderiam ser diferentes. E essa esperança está minada pela falta do Estado, pelas condições político-econômica e pela fragilidade dos vínculos decorrentes desse conjunto. As condições geopolíticas e econômicas, atreladas a fragilidade dos vínculos, visto que a teia de relação das pessoas muitas vezes está esgarçada, dificultam que a vontade se efetive já que o querer e o poder não se articulam e não tem força.

O poder para Hannah Arendt aparece antecipando um eu-posso, sendo, portanto, o “eu-queiro-e-eu-posso o prazer da Vontade” (Arendt, 2008, p. 299). As condições políticas-econômicas, atrelada com a teia das relações humanas são importantes para sustentar a vontade de modo que exista um cenário fecundo para a construção de novas destinações biográficas e novos modos de singularização.

Nas práticas consultorias, percebemos que a teia das relações é de extrema importância e, quando a população atendida não carece de elementos básico de sobrevivência, a teia de relações parece ser um pouco mais suficiente de tornar o terreno fértil para que as novas destinações possam ocorrer.

Ademais, quando os elementos básicos não estão garantidos, sobretudo à população em cenário de vulnerabilidade, existem outras demandas que precisam ser contempladas para que a vontade possa desapontar. Em cenário de vulnerabilidade social, a marca do Estado precisa

ser efetiva. Marca no sentido de marcar a vida das pessoas de outros modos, garantindo-lhes o que durante 3 gerações não foi garantido. Essas garantias, sem dúvida, advêm da efetivação de Políticas Públicas.

Uma questão importante de antecipar é que aquilo que mencionamos anteriormente: marcar a historicidade dessas pessoas de um outro jeito requer um tempo relativamente longo (a depender da historicidade e singularização de cada uma), logo é preciso destacar que quando se trata de Políticas Públicas elas precisam ser efetivas e duradouras, não sendo, portanto, políticas de gestão.

Comumente, ouvimos relatos de profissionais que trabalham na área Social sobre a dificuldade de a população em vulnerabilidade aderirem aos Programas Sociais. Parece-me que a dimensão da história pode iluminar os significados dessa dificuldade de adesão. Não é fácil acreditar numa mudança, na possibilidade da vida de um outro jeito, quando o cenário de singularização da pessoa, da família e da comunidade apontam para o sentido reverso.

Ao considerar todos os pontos argumentados até aqui, destaco o quanto os conceitos de coautoria, testemunho e conflito da vontade pode gerar outras sensibilidades à prática psicológica a partir do diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.

5

***OUTRAS SENSIBILIDADES ÀS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS:
COMPREENSÕES ATRAVESSADAS PELOS CONCEITOS
ARENDTIANOS***

A história da Psicologia se entrelaça com os marcos da ciência moderna no século XIX. Ademais, longe de ser uma área de pensamento unificado, o campo psicológico se configurou como um espaço de dispersão que comporta diversas matrizes de pensamento. Os projetos de cientificidade constituíram as matrizes científicas, que possuem como paradigma fundamental a explicação sobre as causas dos comportamentos humanos. São heranças das matrizes científicas o estruturalismo, o funcionalismo e o comportamentalismo. Segundo Figueiredo (2009), há ainda as matrizes românticas, pós românticas e compreensivas. Nas matrizes compreensivas podemos situar as práticas atravessadas pelos pressupostos fenomenológicos, eminentemente influenciados pelos pensadores do campo da filosofia.

A fenomenologia, iniciada por Husserl, pôs em discussão o pensamento metafísico e passou a se concentrar na compreensão da coisa mesma que se mostra à consciência a partir de uma relação de intencionalidade (Critelli, 2007). Não há uma busca pelo que poderia estar além do que se mostra. Tudo o que é apresenta-se nessa relação intencional.

Outros filósofos são expoentes nesse campo fenomenológico, como Heidegger e Merleau-Ponty. Além desses, destaco a pensadora Hannah Arendt como aquela que iniciou o seu pensamento vinculado ao campo da filosofia, apesar de ter recusado o título de filósofa.

Hannah Arendt rejeitou o título de filósofa por travar, com a própria filosofia, um embate. Para a pensadora, a filosofia se concentrou sobremaneira no pensamento contemplativo e esqueceu a política propriamente dita, que é o compromisso com a pluralidade humana. Para Arendt (2008), a ruptura entre a filosofia e a política ocorreu a partir de Platão que, mobilizado pela morte de Sócrates, deixou de acreditar na *Polis*. A partir de então, a filosofia, para se proteger da imprevisibilidade dos assuntos humanos, funda análises partindo das teorias contemplativas e não da vida concreta. As teorias vêm, a priori, ditando os modos em que a Política deveria ocorrer. Essa foi, fundamentalmente, a argumentação de Platão em “*A República*”. Segundo Fry (2010, p. 59) “*A República* serve de esboço para essa comunidade utópica, à medida que contém a teoria que precisa ser posta em prática no mundo”.

Para Arendt, como menciona Fry (2010, p. 59), “é tirânico e antidemocrático elaborar política antecipadamente, sem consultar o povo ao qual ela se aplica”. Essa crítica que Arendt

tece à filosofia e posteriormente à ciência moderna traduz, teoricamente, o meu modo de compreender os assuntos humanos, a prática clínica e a pesquisa. Sempre tive uma dificuldade de iniciar qualquer trabalho de análise partindo dos pressupostos teóricos. A meu ver, só com uma inclinação cuidadosa à vida eu poderia levantar as questões pertinentes e estabelecer os diálogos necessários de forma minimamente coerente.

Hannah Arendt foi uma pensadora muito cuidadosa nesse aspecto. Em uma entrevista concedida ao Günter Gaus, em 1964, ela destaca que o que a deixa satisfeita é o exercício do pensamento compreensivo. Vale destacar que não se trata de um pensamento que busca criar arcabouços teóricos explicativos, mas é um exercício que visa compreender as demandas advindas da vida política e dos acontecimentos humanos (Arendt, 2010).

É curioso porque o interesse de Arendt pela vida ativa, vivida em meio a uma teia de relações humanas em que as ações são incontrolláveis e irrevogáveis, me atrai sobremaneira e me faz lembrar aquilo que ouvi e li no início da minha graduação em Psicologia: não escolhemos uma perspectiva teórica, somos fisgados. Somos fisgados porque a teoria já existe e por ela somos atraídos. Nas palavras do professor Luís Cláudio Figueiredo (2009, p. 26-27),

[...] o que percebo é que somos escolhidos: somos fisgados, atraídos por uma trama complexa de anzóis e iscas, das quais algumas nunca serão completamente identificadas. De qualquer forma, muito antes de nos darmos conta de que escolhemos, já fomos escolhidos e, embora estas opções possam ser refeitas, haverá sempre algo que nos antecede e nos chama. [...] O que podemos esperar, creio eu legitimamente, desta reflexão, é uma ampliação da nossa capacidade de pensar acerca do que acreditamos, acerca do que fazemos e de quem somos.

O pensamento de Hannah Arendt me atraiu e, naturalmente, passou a iluminar as minhas compreensões sobre o homem, mundo e relações. Passou a me ajudar a compreender as questões que se apresentavam na minha prática clínica, de docência e de pesquisa.

Arendt tem uma esperança revelada a partir do seu amor ao mundo. Apesar de ter vivido em um cenário permeado dos horrores do totalitarismo nazista, a pensadora dos “tempos sombrios” mantém um tipo de esperança que, para ela, advém do amor aos/as amigos/as e do comprometimento político com o mundo. Para Arendt (2014a), efetivamente não há ação, natalidade ou liberdade que ocorra fora da teia das relações humanas. Em nenhum momento de seu pensamento ela pressupõe um resgate do homem/mulher para si. A pluralidade é a única condição para a construção da singularidade. É no político/plural, lançado numa teia de relações humanas, que é possível apresentar a singularidade a partir das ações e do discurso.

Em nenhum momento tenho a pretensão de construir uma aplicabilidade direta do pensamento de Arendt para a prática profissional na psicologia. O que existem são questões, que surgiram na vida pessoal e profissional e que pareceram encontrar melhores compreensões a partir da aproximação com o pensamento da autora.

5.1 Problemas de pesquisas advindos da vida concreta e das práticas profissionais: compreensões a partir do pensamento arendtiano

Essa sensibilidade de fazer pesquisa a partir do cotidiano da vida norteou o trabalho de Amaral (2016). Sua dissertação é fruto de uma atenção ao povo, que demanda da ciência psicológica um cuidado quanto a isso. Segundo Viviane Amaral, ela queria “pesquisar para estar, de forma mais consciente e responsável na vida profissional” (Amaral, 2016, p. 14). Esse desejo de uma maior “consciência” adveio da percepção de que aquilo que havia uma disparidade entre a equipe multidisciplinar e os pacientes acerca do conceito de saúde. Como prover o atendimento e intervenções necessários para prevenção e promoção de saúde sem compreender efetivamente o que eles demandam? As necessidades dos pacientes são as mesmas da equipe multidisciplinar e da OMS¹⁷?

As conceituações da equipe de saúde são, muitas das vezes, fruto de pesquisas que não levam em consideração as demandas eminentemente políticas, ou seja, aquelas que nascem da vida concreta das pessoas. Diferentemente de métodos científicos que partem de premissas/hipóteses teóricas, Amaral inicia a sua questão vinculada a uma demanda profissional nascida de vidas concretas. Ao ir para o campo, ela diz que o que deseja é pedir para os pacientes ensinarem-na a vida pela qual eles lutam. Lembro que a pesquisa de Amaral foi com pacientes que estavam em tratamento de hemodiálise. Parece-me haver um reposicionamento importante quando consideramos os participantes da pesquisa e da atenção psicológica como coautores.

Comumente vemos práticas de pesquisa que, mesmo quando dão a oportunidade de os participantes falarem, é para ilustrar algo daquela teoria, como destaca o professor Dr. Flávio Brayner (2008):

Mas, mesmo assim, se a palavra lhe é franqueada, em um tom tão elogiável – quanto suspeito – gesto de “escuta do Outro” é, em geral, usando-o para ilustrar ou corroborar as teses ou hipóteses sobre a questão: o excluído (quando solicitado, o que é raro!) entra com a palavra vivida, sua experiência

¹⁷ Organização Mundial da Saúde

de sangue e veia e nós, pesquisadores, entramos com a teoria que vai explicá-la, numa tranquila relação de “troca desigual” (Brayner, 2008, p. 25-26).

Essa problematização apresentada por Brayner (2008) deixa-nos uma questão: pesquisamos com qual finalidade? Atendemos com qual finalidade? Nossas pesquisas e fazer clínico estão comprometidos com a demanda da população? Consideramos a vida concreta que é vivida em meio a uma teia de relações cheia de resistências, ou estamos comprometidos apenas com as teóricas explicativas e com uma reflexão filosófica sem vínculo direto com a vida ativa?

Arendt (2020) destaca que o assunto do nosso pensamento precisa ser a experiência, a vida, os acontecimentos concretos do mundo, para que não nos metamos em todos os tipos de teoria. Ao analisar os fenômenos totalitários no século XX, e realizar um contraponto com as discussões que vinham sendo realizadas no campo da filosofia, Arendt nos aponta que diante das novas perplexidades que emergiram, a tradição (filosófica e científica) foi incapaz de compreender o que se apresentou para nós. Naquela conjuntura, os arcabouços filosóficos e científicos pareciam não mais responder às demandas do tempo (Arendt, 2008).

Para Hannah Arendt (2008, p. 43), “a tradição de nosso pensamento político teve seu início definido nos ensinamentos de Platão e Aristóteles” e, ela crê que “ela chegou ao fim não menos definido com as teorias de Karl Marx”. Para essa autora, “o fim sobreveio quando um filósofo repudiou a filosofia, para poder ‘realizá-la’ na política” (Arendt, 2008, p. 44). Diante de vários cenários, inclusive perante sistemas totalitários, imperialistas e antisemitistas, nem a tradição e, nem a tentativa da superação desta conseguiram dar conta de oferecer um lastro teórico que possibilitasse uma compreensão dos assuntos humanos, pois, tais acontecimentos eram inéditos.

Partindo desses pressupostos e olhando para homens e mulheres no contexto atual, percebo que novas demandas não cessam de nos convocar a repensar as formas de lidar com o mundo. É importante destacar que não é o pensamento sobre as questões humanas que nos convoca a repensar nossas práticas profissionais, teóricas e científicas. São os acontecimentos que nos deixam perplexos diante dos assuntos humanos e nos convocam a novas compreensões.

Segundo Arendt, foi isso que aconteceu no século XX: não foi nem a construção da tradição e, nem a rebelião ocorrida no período indicado que causaram a quebra em nossa história. A quebra – a ruptura – dá a tradição “um caráter de irrevogabilidade que somente os acontecimentos, nunca os pensamentos, podem ter” (Arendt, 2008, p. 55).

São os acontecimentos que, simplesmente por ocorrerem, provocam uma disrupção no nosso modo de compreender o homem em sua teia de relações. Nesses cenários de rupturas e

de novos modos de existir e se relacionar, somos convocados, enquanto psicólogos/pesquisadores, a nos inclinarmos para as vicissitudes do cenário atual em busca de compreender as novas solicitações e demandas que nascem da pluralidade do existir humano.

Partindo dos apontamentos arendtianos acerca da quebra da tradição, Brayner (2008, p. 141) nos diz:

Um mundo confuso e sem norte parece solicitar de seus contemporâneos, uma dose – mesmo que pequena – de significação: não se trata de, novamente, constituir grandes sistemas explicativos, filosóficos totalizantes; trata-se de saber, ao menos, o que está nos acontecendo, sem o que a vida parece algo insuportável, dilacerante psicologicamente, esgarçando o fio social que une os indivíduos.

Por levar em consideração o cenário contemporâneo, no qual surgem novas questões e demandas, elenco uma pergunta, muito ampla, mas que serve como guia nesse momento: como a Psicologia está respondendo às nossas problemáticas atuais? Ressalto que não tenho pretensão de responder essa pergunta, pois como mencionei, ela é ampla e poderia ser respondida a partir de diversas perspectivas, já que o campo psicológico é constituído por matrizes distintas. A pergunta me serve mais como guia e será lida e refletida atravessada pelos conceitos arendtianos sobre filosofia e ciência moderna.

Hannah Arendt teceu críticas contundentes tanto à ciência moderna (a Psicologia enquanto ciência está nesse rol)¹⁸, como à filosofia. Arendt acusa a filosofia e a ciência moderna de terem se distanciado do caráter político da vida. Segundo Walckoff, Machado e Farias (2016, p. 50), Arendt é “uma pensadora autodenominada *political theorist*, teórica política, num esforço de desprender-se da rigidez do discurso filosófico” e, aqui podemos acrescentar, o científico.

Para Arendt, a ciência moderna perdeu o seu compromisso com a vida ativa¹⁹ em face das alterações do ponto arquimediano ocorrido ao longo da história da ciência. As revoluções científicas, o avanço da física – da clássica à quântica – e a matematização como processo de compreensão do homem e do mundo fizeram com que a dimensão política fosse perdida em detrimento de um pesquisar que se retroalimenta sem uma conexão direta com a vida ativa.

¹⁸ Hannah Arendt não escreveu nada sobre a Psicologia Científica. Mas utilizo as críticas de Arendt sobre a ciência moderna para discutir sobre o projeto de cientificidade da psicologia.

¹⁹ Para Hannah Arendt, a vida ativa corresponde a três atividades humanas. A saber, o trabalho, a obra e a ação. O trabalho é uma atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano. A obra, aos artefatos criados pelo homem para habitar o mundo. E a ação, única atividade que caráter político, corresponde à condição da pluralidade humana e tem uma relação estrita com a natalidade, ou seja, a capacidade do homem de criar algo novo para a sua história.

Nas palavras de Arendt (2008, p. 20-21):

Desde o primeiro momento em que me interessei pelo problema da *Ação* – a mais antiga preocupação da teoria política –, o que me perturbou foi que o próprio termo que adotei para minhas reflexões sobre o assunto, a saber, *a vida activa*, havia sido cunhado por homens dedicados a um modo de vida contemplativo e que olhava desse ponto de vida para todos os modos de vida. Visto a partir daí, o modo ativo de vida é “laborioso”, o modo contemplativo é pura quietude; o modo de vida ativo dá-se em público, o contemplativo, no “deserto”; o modo ativo é devotado às “necessidades do próximo”, o modo contemplativo “a visão de Deus”. [...]. Em outras palavras, o pensamento visa à contemplação e nela termina, e a própria contemplação não é uma atividade, mas uma passividade; é o ponto em que as atividades espirituais entram em repouso.

A ciência, preocupada com a controlabilidade, previsibilidade e neutralidade, buscou (e ainda busca) a todo o custo retirar o caráter da ação e da novidade que são condições da pluralidade humana. Mas, o que tem a ver ação, novidade e ciência?

Iniciemos com a ação: A ação é a única atividade humana que é eminentemente política, pois o seu acontecimento se dá na teia das relações humanas, de modo que a pluralidade é a condição da sua ocorrência. Ela é possível porque o ser humano é dotado dessa dupla característica de ser plural e singular ao mesmo tempo. A pluralidade nos permite compartilhar o mundo, e a singularidade nos permite olhá-lo a partir de uma perspectiva única, embora passível de aparecer para todos. É nesse chão que surge a ação, a novidade que é produzida, ao mesmo tempo, por um e por todos. Essa característica, de não possuir um autor, mas sim um iniciador e vários coautores, é o que faz com que ela seja marcada pela imprevisibilidade, incontrolabilidade e irreversibilidade.

É esse modo da ação acontecer que a ciência, segundo Arendt, ao longo de sua história buscou corrigir. A busca pela previsibilidade, tão perseguida pela ciência, acaba por conter a ação e, portanto, freia a possibilidade da novidade. A ciência, ao retirar a imprevisibilidade dos acontecimentos, exime também a possibilidade de ruptura, o aparecimento do novo, que deveria ser o objetivo final da ciência. Segundo Walckoff e Farias (2016, p. 185):

[...]a ciência tira do campo da política a descoberta de algo novo e coloca como fruto de introspecção, da distância da vida vivida, da atividade política. O mito de que a ação (deturpada pela ciência) é fruto de um pensamento profundo e maravilhoso se firma no mundo. E a novidade distancia-se cada vez mais da possibilidade humana.

Ou seja, a novidade, que seria o objetivo da ciência, é retirada desse rol, pois a ação ameaça a ciência de perder a condição da previsibilidade.

Podemos compreender que, por vezes, a Psicologia atrelada a um modo de ciência, já que o campo psicológico se consolida unido ao pensamento científico moderno, também tem se distanciado da vida e das suas vicissitudes em detrimento de uma discussão teórica explicativa. Para Walckoff, Machado e Farias (2016, p. 56), “as reflexões de Hannah Arendt convocam a Psicologia a romper com os alicerces da ciência moderna”.

É importante destacar que já há muitos profissionais da Psicologia que realizam críticas a esse modelo de Matriz Cientificista e pensam as práticas psicológicas de maneira mais compreensiva. Nos últimos anos alguns pesquisadores-psicólogos/os tem se empenhado em repensar a Psicologia, afastando-a do modelo tradicional da ciência moderna.

Apesar de a ciência psicológica ter buscado outras bases teóricas fora do campo experimental e positivista, ao romper com os moldes da ciência moderna, resvalou na filosofia que, segundo Hannah Arendt, está mais comprometida com os aspectos ontológicos do que, necessariamente, com a vida ativa e com a teia das relações humanas. Buscando alguns autores que dialogam a Psicologia com a fenomenologia e rompem com os moldes das ciências modernas, no âmbito psicológico, encontramos aqueles que partem dos diálogos com o pensamento do Martin Heidegger.

Para Novaes Sá (2016, p. 34), a psicoterapia fenomenológica existencial “não visa uma intervenção para mudar uma determinada condição”. O que visaria, então? Para o autor,

Ela deixa de ser uma relação que visa intervenções eficientes, que visa à mudança no sentido da substituição de um estado de sofrimento por um estado de alegria, de bem-estar, e passa a ser uma relação de apropriação de sentido em relação ao sofrimento, que diz respeito muito mais à integração do sofrimento como uma possibilidade igualmente própria de existir, do que à libertação do sofrimento no sentido de eliminá-lo da vida. [...] Superar o sofrimento não é se livrar dele, é habitá-lo (Sá, 2016, p. 40).

Para Barreto e Leite (2016, p. 27),

[...] a ação clínica poderá ser pensada como um modo de estar com o outro/cliente, guardando a disponibilidade de esperar o inesperado, de sustentar-se na abertura do aberto [...]. Assim, pode-se pensar a clínica como espaço que possibilita refletir, possibilitando a libertação da prisão de uma representação ou significado já definidos por determinada situação.

As autoras concluem que a clínica seria, portanto, um espaço de um aguardar respeitoso e silencioso para refletir como o cliente está vivendo a sua vida. Aqui, impõe-se a necessidade de se compreender o que é o “pensar sereno” numa perspectiva heideggeriana e quais as distinções entre esse “pensar” em heidegger e o “pensar” para Arendt. Só com essas nuances, difíceis de distinguir e esclarecer, conseguiremos avançar na compreensão das críticas de Arendt à filosofia e ao próprio Heidegger.

Tal discussão aparece necessária nesse momento, para que não se caia no movimento que tem ocorrido ao unir Hannah Arendt e Heidegger nas reflexões sobre as práticas psicológicas, sem esclarecer as distinções epistêmicas desses dois autores. Tais aproximações, por vezes apressadas, podem fazer com que se perca a grandeza do pensamento de cada autor, mas sobretudo os distanciamentos que os distinguem em pontos cruciais. Essas aproximações, parece-me, a partir do levantamento bibliográfico realizado nessa pesquisa, advém justamente pelo fato de se pegar palavras estáticas do pensamento de Hannah Arendt, sem as contextualizarem dentro do seu aparato conceitual, já que Arendt é uma teórica que “espalha” as significações dos seus conceitos em diversas obras. As palavras “ação” e “política” tem aparecido em textos no campo da psicologia, mas sem tensionar a complexidade desses conceitos no pensamento da autora.

Jardim (2013), por exemplo, em seu texto, intitulado “Ação e compreensão na clínica fenomenológica existencial”, destaca que “com alguma frequência, a dúvida e o questionamento acerca da relação da compreensão com a ação partem de estudantes que dão seus primeiros passos no pensamento de Hannah Arendt (Jardim, 2013, p. 58)”.

Apesar de tecer essa discussão, o próprio Jardim conclui uma certa aproximação entre Heidegger e Arendt, sobretudo no que concerne a pensamento e ação, como se para ambos os teóricos o pensamento pudesse garantir a ação. Jardim (2013) defende que para a Daseinsanalyse, pensar é o espaço que possibilita a abertura para o novo e destaca que: “A ação necessariamente já está sempre e cada vez mais atrelada ao pensamento. Não há ação sem pensamento” (Jardim, 2013. p. 68). E continua:

Se podemos dizer que o pensamento age quando pensa, é porque ele é a única atividade que tem força de modificar nossa compreensão do que é, de fato, um problema, qual é o verdadeiro problema que temos diante de nós e que nos impulsiona a agir. Desse modo, uma ação, como gesto de inauguração do novo e rompimento do automatismo, depende constitutivamente de uma apropriação pela compreensão de uma abertura para se pensar os sentidos determinantes da repetição (Jardim, 2013, p. 68).

Nessa aproximação entre Heidegger e Arendt, ao discutir o tema da compreensão e ação, Jardim (2013) acaba por não aprofundar questões nevrálgicas no pensamento arendtiano: a distinção entre pensar reflexivamente e compreensivamente²⁰, e a imprevisibilidade da ação. Para Arendt (2014a), a ação é imprevisível, incontrolável e irrevogável. O pensamento não garante a possibilidade do agir, porque ação ocorre em uma teia de relações humanas. Nesse sentido a ação é mais dependente da teia humana do que do pensamento.

Fry (2010), quando discute sobre “O pensamento filosófico e a condição humana” a partir do pensamento arendtiano, assegura:

A ação exige o envolvimento de outras pessoas que a compreendem, e ela deve acontecer publicamente, em vez de privadamente, a fim de ter qualquer importância. Arendt descreve a ação como sendo um tipo de performance porque ela acontece em uma arena pública e precisa ser testemunhada por outras pessoas. Arendt crê que a ação política é imprevisível e irreversível. A ação é imprevisível porque cai em uma rede de relações humanas e ninguém pode ter certeza antecipadamente de quão significativa a ação será ou por quanto tempo ela repercutirá na comunidade” (Fry, 2010, p. 71).

A ação não é movida pelo pensar, mas pela teia em que ocorre. Sobre esse aspecto, Fry (2010, p. 71), continua:

A imprevisibilidade da ação não é devida à ausência de previsão ou de planejamento da parte daqueles que procurariam controlar a política, porque a ação é intrinsecamente imprevisível e lança uma série de consequências em uma teia de relacionamentos humanos que não podem ser inteiramente delineados com antecedência.

Para Heidegger (2000), o pensamento que calcula é distinto daquele que medita. O pensar meditativo é aquele que se demora ao que está junto de nós, sem precisar de uma habilidade específica para que isso ocorra. O pensar meditativo seria, portanto, o modo um modo de existir, pelo qual o homem, ao apropriar-se de sua existência, romperia com o que está posto e cristalizado. A clareza, advinda do pensamento meditativo, possibilita ao homem dizer sim ou não as técnicas postas no mundo.

²⁰ Hannah Arendt estabelece uma distinção entre o pensamento reflexivo/filosófico e compreensivo. O filosófico/reflexivo não tem vínculo direto com a vida, ele se refaz e suas perguntas são inesgotáveis. O pensamento compreensivo lida com a cotidianidade da vida. Tem o objetivo de organizar os fatos para se reconciliar com o que inevitavelmente existe.

Ademais, Arendt (1993), ao tecer considerações sobre o “Eu” apresentado por Heidegger, indica que o autor, transformou o homem em um conglomerado de modos de ser, e o ser meditativo é um deles. Para Arendt (1993) Heidegger, em sua ontologia, constrói um ideal de “Ser” que ao habitar o mundo com os outros, teria como uma das tarefas fundamentais, resgatar-se e de algum modo e liberta-se do mundo circundante que me impede a propriedade de ser-si-mesmo. Passos (2020) corroborando com essa crítica de Arendt (1993) a Heidegger, acentua:

Devemos ressaltar que o fundamento de nosso estudo tem como base a assertiva arendtiana, contida em um dos seus ensaios que foram reunidos com o título “A dignidade da política”, na qual a autora diz que o conceito heideggeriano de mundo pode ser compreendido como um passo para sair da dificuldade que a filosofia tem em enxergar o homem para além da perspectiva singular, que parece ser uma prerrogativa política. Essa assertiva aponta para o fato de que as significações filosóficas das estruturas cotidianas, as quais demonstram que o homem, antes de tudo, deve ser compreendido como ser que existe junto com outros homens, necessitam articular-se às implicações políticas, o que, para a nossa autora, não foi realizado por Heidegger, que vê no encontro dos entes em um mundo comum a possibilidade da “queda” do *Dasein* pela oposição entre a ipseidade autêntica e inautêntica (PASSOS, 2020, p. 4-5).

Na Psicologia, esse fato implica que, em diálogo com o pensamento do Heidegger, as práticas psicológicas são espaços que possibilitam um meditar/refletir sobre os modos de ser. Esse meditar abre novas questões sobre como o Ser está existindo-com. Essa apropriação de si, abririam, portanto, a possibilidade de construção de novos modos de ser-com, mas sempre partindo-se do pressuposto de resgate de “uma queda” do *Dasein*, em que o mundo, ser-com, abre-me para o resgate de mim mesmo, de modo a sair da impropriedade de ser. Repito: ainda que essas questões se abram no ser-com, condição indispensável do existir, o compromisso é o de resgatar-se do ser-si-mesmo.

Continuemos o tensionamento da argumentação: Em Heidegger, não há como pensar homem e mundo de forma separadas, pois esses coexistem num horizonte histórico e temporal. Nesse sentido, pensar é modo de habitar o mundo e não pode ser entendido como separado. Por isso, pensamento e ação estariam correlacionados, dado que não há distinção desse modos no existir do homem em facticidade. O *Dasein* heideggeriano assinala a condição em que o *sein* (ser) se coloca (*da*). Tal condição é o mundo, enquanto horizonte histórico do seu aparecimento. A espacialidade do *Dasein* se dá no mundo e, portanto, o ser-no-mundo se revela numa espacialidade específica de onde parte o seu significado. Segundo Vattimo (1996, p. 22),

A indagação do sentido do ser não prescinde, mas exige que submeta à análise a um ente específico (o homem); este ente é constitutivamente histórico de maneira que a indagação do sentido do ser implica necessariamente também um aspecto ‘historiográfico’.

Ademais, é de extrema importância destacar que a espacialidade do *Dasein* é o mundo e, portanto, o mundo é a condição *sine quo non* de sua existência. Não existe homem que não seja no mundo. Isso é importante de discutir, pois como aponta Michelazzo (1999), é possível incorrer no erro metafísico de pensar o homem (concebido isoladamente) que existiria antes do mundo (receptor) e que nele foi colocado para ser interpretado. Destaca-se que, a partir do pensamento de Martin Heidegger, há uma unicidade entre homem e mundo.

Para Michelazzo (1999, p. 129), “Para compreender, portanto, o que Heidegger quer designar com a expressão ser-no-mundo é preciso romper com todas essas representações metafísicas que tomam homem e o mundo como duas entidades separadas”. O ser-no-mundo para Heidegger parte de uma adesão irrestrita entre homem-mundo em que homem só existe enquanto é e, portanto, sem essa unidade, não existe nem homem e nem mundo.

No entanto, apesar dessa unicidade e dependência de coexistência, o mundo abre para o *Dasein* a necessidade de compreender, a partir da angústia, o que lhe vem ao encontro, e de forma apropriada sair da cotidianidade da perdição.

Quando retorno para o texto do Novaes Sá (2016), e me deparo com a consideração de que a psicoterapia aparece como um espaço de “apropriação de sentido em relação ao sofrimento, que diz respeito muito mais à integração do sofrimento como uma possibilidade igualmente própria de existir”, fico a meditar se essa integração seria uma abertura a constatação irrevogável de que sofrer também é uma possibilidade de existir e que, portanto, é necessário abraçar de forma autêntica e serena (clareza advinda do pensamento meditativo e apropriação) essa possibilidade.

Onde estaria a “novidade” dessa meditação? Na aceitação? Talvez essa “aceitação” advinda da meditação em diálogo com o pensamento de Heidegger, esteja justamente na estrutura e no “objetivo” que pensar tem para o autor, que certo modo não alcança as resistências da vida concreta e é acusado por Arendt (2008) como um filósofo de gabinete. Sobre esses aspectos, Grunenber (2019, p. 28-29), destaca:

Ela [Arendt] critica o modo como Heidegger trata a diferenciação entre trabalho e pensamento. Seu paralelismo entre o trabalho simples e camponês e a atividade de pensar é rejeitado. Na sua opinião, essa operação dizia muito sobre o dilema dele: não ter capacidade de compreender o mundo como atividade. Já Arendt dedica um capítulo inteiro ‘A condição humana’ à

dimensão da atividade. Igualmente critica a equiparação que Heidegger faz entre pensar e agir. Um filósofo que se atém aos limites da sua profissão não é capaz de desenvolver compreensão das condições da atividade no mundo.

Aqui, parece-me, assentar-se o grande desafio dos profissionais de psicologia que dialogam com o pensamento heideggeriano. Ao tê-lo como lente iluminadora, faz-se necessário, talvez, um convite a transpor o isolamento do seu pensamento, de modo a contemplar as coisas propriamente humanas que advém, do mundo, dá-se em público e numa teia concreta de relações. A Psicologia é convidada a lidar com problemas concretos advindos da vida ativa, construída numa teia humana, cheia de resistências. Foi essa uma das questões que me fez aproximar um pouco mais das ideias arendtianas, já que para essa autora, o chão das experiências concretas, bem como a compreensão que possibilita a reconciliação e o retorno para o mundo, norteiam suas reflexões. De fato, em Arendt, diferente de Heidegger, há uma exímia distinção entre pensamento e ação. Se para Heidegger são modos de existir inseparáveis e portanto, um estaria intrinsecamente e necessariamente conectado ao outro, em Arendt, o pensamento não antecipa a ação, não a controla, não a prevê e muito menos mora nela. No agir, há um ato, a compreensão desse ato, só se dá a posteriori, como forma de reconciliação, a partir do discurso.

Ao apresentar o seu compromisso em discutir sobre a “ação”, Arendt (2008, p. 20), contextualiza:

Desde o primeiro momento em que me interessei pelo problema da *Ação* – a mais antiga preocupação da teoria política -, o que me perturbou foi o próprio termo que adotei para as minhas reflexões sobre o assunto, a saber, *a vita activa*, havia sido cunhado por homens dedicados ao modo de vida contemplativo e que olhavam desse ponto de vista pra todos os modos de vida. Visto a partir daí, o modo ativo de vida é “laborioso”, o modo contemplativo é pura quietude; o modo de vida ativo dá-se em público, o contemplativo, no ‘deserto’; o modo ativo é devotado às ‘necessidades do próximo’, o modo contemplativo ‘a visão de Deus.

Voltemos para como os pressupostos heideggerianos têm aparecido em algumas reflexões da psicologia. Conforme Jardim (2012, p. 942)

O *Dasein* somente pode se apropriar de si mesmo no seu cotidiano, isto é, como ser-no-mundo, o que significa: na relação com o outro, junto às coisas e com si mesmo. Somente podemos existir de um modo singular ou apropriado de si mesmo, se for com o outro, pois essa é a característica fundamental do *Dasein*. É a partir do outro que conhecemos o si mesmo.

A presença de outros, possibilita a mostraçã dos modos de ser do *Dasein* e partir dessa percepçã/compreensã, novos modos de existir pode ser constituir. No final das contas, mesmo com a estrita consideraçã da existêcia do ser-no-mundo, que existe com outros, ainda parece prevalecer a condiçã da meditaçã como a “suficiêcia” para a constituiçã de novos modos de ser e para o resgate de si, da “queda” inerente imposta ao *Dasein* ao existir no mundo inóspito.

Nesse ponto, parece começã a ficar menos obscurecido algumas nuances de distinçã entre os dois autores que, inevitavelmente impactará as práticas psicológicas. Tal digressã não tem o objetivo de descaracterizar ou supervalorizar nenhuma perspectiva de prática ou nenhum autor, mas construir um terreno em que convoque os profissionais de psicologia a ampliarem o grau e os cuidados das tessituras epistêmicas quando esses dois autores, que estabeleceram algumas aproximações e inúmeras distâncias conceituais, forem postos em diálogo. O caráter da pluralidade não poderia ser invalidado em uma tese que tem como eixo o pensamento de Hannah Arendt, pois sua principal argumentaçã política é justamente a sustentaçã da alteridade e do acolhimento a pluralidade. Ademais, no campo científico e acadêmico fica sempre o nosso compromisso epistêmico de deixar claro o alcance das interlocuções, sem perder a clareza de em quais pontos se impõem os limites das aproximações teóricas.

Nesse momento, retomamos a centralidade no pensamento de Hannah Arendt, pondo como ponto de retomada que o pensar, para Arendt (2014a), não garante a açã, pois a teia das relações humanas tensiona coisas que o pensar nunca pode prever.

O mundo e o outro em Arendt (2008), é condiçã de existêcia e de apariçã fenomênica, mas para levar a cabo os empreendimentos aclarados pelo pensamento, há uma necessidade eminente do coautor, que não inicia a açã, ou seja, os novos inícios, mas possibilitam a continuidade deles. Não é, apenas, a apropriaçã do si mesmo, que me abre para novos modos de ser, mas a compreensã de mim requer novos acordos concretos no mundo e isso extrapola a meditaçã. Em Arendt (2014), pensar/compreender, é necessário, mas não suficiente para novas ações, já que estas necessitam da presençã circundante da teia das relações humanas, para levar a cabo tais empreendimentos. É necessário portanto, uma aproximaçã muito mais radical da vida concreta, do dia a dia, do cenário de singularizaçã, dos recursos existenciais e materiais dadas a cada pessoa na concretude do seu existir. Quais portanto, sã as demandas vindas da vida ativa da pessoas que procuram a Psicologia?

Mas, por que é importante a Psicologia estar afinada com as demandas da vida ativa? Amaral (2016), em sua pesquisa com pacientes em hemodiálise, deixou algumas reflexões pertinentes sobre a importâcia de se aproximar da vida vivida nas práticas psicológicas.

Amaral (2016, p. 11) disse: “Se eu não compreender a vida partindo da experiência da pessoa em hemodiálise, correrei um grande risco: o de intervir apenas pela garantia de uma sobrevivida”. Ou seja, se a Psicologia não estiver atenta as demandas concretas que nascem da existência cotidiana das pessoas, ela poderá se dispor para reproduzir as lógicas científicas já postas e que não necessariamente é o que a população demanda.

5.2 Inclinação genuína às demandas da vida

A pesquisa de Amaral ocorreu entre 2015/2016, foi orientada pela professora Dra. Simone Walckoff, e tem como tema: “Sobre a vida e o viver: uma compreensão arendtiana da experiência da vida atravessada pela hemodiálise”.

Como mencionado, a pesquisa nasceu de uma demanda concreta de trabalho da psicóloga. Ela se viu na necessidade de compreender sobre qual vida os pacientes atendidos por ela na clínica de hemodiálise falavam. No início de sua dissertação, Amaral indica que seu principal objetivo era compreender “como a experiência de vida das pessoas acometidas pela insuficiência renal crônica e em hemodiálise pode nortear a atenção psicológica no contexto da saúde”²¹. Esse convite, que nasceu vinculado a cotidianidade da prática, a colocou numa interrogação que tinha pressa em voltar para a vida, ou melhor, para a prática psicológica, já que ela sentia o desejo e a necessidade de “pesquisar para estar, mais consciente e responsável, na atenção psicológica oferecida” (Amaral, 2016, p. 12). Amaral percebeu que as conceituações da área da saúde não exprimiam as compreensões que os pacientes tinham do processo. Na narrativa de Viviane Amaral,

[...] no meu caminho como psicóloga pelas instituições de saúde, eu lia, com regularidade, e escutava de outros profissionais da Psicologia, que um psicólogo trabalha com o objetivo de promover saúde, além da sua recuperação. E os conceitos de saúde não faltavam, não faltam! SAÚDE. “Mas que saúde, de fato, preciso promover através da minha prática?” – Perguntava-me dia sim, dia não. Já tinha percebido, na prática, uma coisa: os meus pacientes não compreendiam saúde da mesma forma que a equipe de saúde ou a Organização Mundial de Saúde faziam. Então, precisei compreender

melhor a experiência de saúde que os pacientes tinham e, a partir daí, refletir a atenção psicológica no contexto da saúde, lugar onde desejo seguir trabalhando (Amaral, 2016, p. 12).

Essa narrativa me faz pensar em uma questão: parece-nos, a mim e a Viviane Amaral, que só a teoria, distante da escuta efetiva da demanda, não tem dado conta da prática psicológica. Os engessamentos conceituais, sozinhos, não necessariamente iluminam a nossa prática. Ao contrário, enquanto o profissional, a partir dos arcabouços teóricos, olham saúde e vida de um lugar, o paciente, àquele que faz uso efetivo do serviço, olha de outro completamente distinto. Os engessamentos conceituais nascem de pesquisas que, por vezes, se debruçam em questões distantes e distintas das demandas políticas²². Ao narrar sobre o método de pesquisa, Amaral interroga:

Para quê pesquisar? Para compreender o que pessoas que apresentam uma doença renal crônica, e estão em hemodiálise, dizem ao falarem "vida", em contraposição à expressão "sobrevida", geralmente encontrada nos artigos científicos a respeito dos pacientes renais crônicos (Amaral, 2016, p. 14).

A contraposição dos conceitos de saúde e dos artigos científicos chamam a minha atenção. O que temos pesquisado e, conseqüentemente, de que modo oferecemos escutas psicológicas a uma população, sem estarmos, necessariamente, considerando as demandas dessas realidades distintas? Com essa questão, percebo uma distinção no método de pesquisa de Viviane Amaral. As questões que atravessam a pesquisa de Amaral (2016) apontam para esse cuidado: de qual atenção psicológica as pessoas em processo de hemodiálise necessitam? A abertura em que a psicóloga-pesquisadora se coloca no contexto de atenção psicológica parece-me primordial. Veja:

Algumas perguntas chegaram de forma urgente na minha prática na área da saúde: se os meus pacientes lutam por vida, qual o sentido da vida para eles? O que chamam de vida? O sentido que dão à vida é o mesmo que eu dou enquanto

²² Aqui política diz respeito aos assuntos humanas, na teia das relações.

psicóloga? É o mesmo sentido que dá a enfermeira e o médico? Eu peço, na verdade, uma coisa durante essa pesquisa e aos meus pacientes: me ensinem a compreender essa “vida” pela qual vocês lutam. Preciso compreendê-la para lutar com vocês (Amaral, 2016, p. 12).

O tempo inteiro, as pessoas falavam de vida e não de finitude. A questão estava na natalidade possível, apesar das dificuldades. A abertura para a narrativa foi primordial na pesquisa de Amaral e o objetivo final não foi construir novas explicações sobre a vida, mas destacar a importância de uma escuta singular de cada história. Nesse movimento de Amaral é possível destacar que, desejar saber como ser psicóloga em contextos específicos é, antes de tudo, estar de tal modo comprometido com a demanda e não com engessamentos psicologizantes.

Outro aspecto que se destaca é a metodologia de pesquisa escolhida pela pesquisadora. A partir de uma pesquisa-interventiva, pode-se efetivamente viver uma relação de coautoria. Não havia um lugar de suposto saber ou poder, mas uma relação horizontalizada de partilha de onde se pode compreender, antes de tudo, a vida. Não há, em nenhum momento, o desejo de explicar, seja metafisicamente, sócio-historicamente ou filosoficamente as narrativas colhidas nos plantões individuais, ou nos plantões coletivos realizados por Amaral.

Ao longo da dissertação, a pesquisadora teve o cuidado de destacar como cada paciente compreendia aquela relação terapêutica estabelecida. Amaral também destacou como ela estava percebendo as solicitações dos pacientes em cada intervenção realizada. Compreensão, e não explicação, foi o fio que teceu tanto o serviço clínico, quanto a construção acadêmica da pesquisadora. É importante demarcar que o conceito de compreensão aqui está em consonância com a urgência da vida, e não com a reflexão filosófica teia de Penélope (que faz e se refaz a cada manhã), como indica Hannah Arendt²³.

Enquanto conto sobre o modo em que percebo o trabalho de pesquisa de Amaral, recordo-me do Prof. Dr. Flávio Brayner quando, em seu capítulo sobre “A exclusão inefável”, diz:

No Brasil de hoje, a quantidade de relatórios, teses, dissertações, monografias sobre os “excluídos” é diretamente proporcional à quantidade deles! O difícil é saber quem alimenta quem: se são as teses que alimentam a exclusão, tornando o tema inesgotável, ou se é a exclusão que alimenta as teses, proporcionando um filão de fortíssimo apelo social (e editorial). Mas o que não falta - e é muito fácil constatá-lo - em qualquer livreria, é bibliografia

²³ Essa tessitura pode ser lida diretamente na obra: “A vida do espírito” de Hannah Arendt.

sobre o assunto: seus condicionantes culturais ou sociológico, sua história e sua lógica, sua pedagogia sua antropologia... Em suma: pesquisas e mais pesquisas sobre o tema. Justamente, como se pudesse se tratar de um tema para artigos, seminários e congressos que, ao sabor das modas intelectuais, nós pudéssemos mudar, de acordo com as estações do ano, sem nenhum prejuízo para o voraz mercado de produção e consumo intelectual. Bem menos frequentes são os estudos que, ao invés de falar *do* ou *sobre* o excluído, lhe dão a palavra. Mas, mesmo assim, se a palavra lhe é franqueada, em um tom tão elogiável – quanto suspeito – gesto de “escuta do Outro” é, em geral, usando-o para ilustrar ou corroborar as teses ou hipóteses sobre a questão: o excluído (quando solicitado, o que é raro!) entra com a palavra vivida, sua experiência de sangue e veia e nós, pesquisadores, entramos com a teoria que vai explicá-la, numa tranquila relação de “troca desigual” (Brayner, 2008, p. 25-26).

A dissertação de Amaral (2016) e os apontamentos de Brayner (2008) destacam a importância da experiência em detrimento de teorias e explicações. Como a própria Amaral considera:

O lugar que parece que escolhemos, primeiramente, está articulado com a vida existencial. Então, eis aí uma grande diferença entre os psicólogos, no contexto das instituições de saúde, e os outros profissionais citados aqui. Na saúde, somos profissionais da vida. Talvez não saibamos um mundo de coisas, mas é imprescindível que estejamos interessados pelo mundo de coisas que alguém pode nos dizer! E não sou eu quem está decidindo, no final da dissertação, que o psicólogo, em uma instituição de saúde, não é profissional, primeiramente, da vida biológica – mas da vida – são os meus pacientes que me falaram, e me falam, isso desde que coloquei, pela primeira vez, meus pés em uma instituição de saúde. E agora cabe dizer que o paciente não demanda que o psicólogo promova saúde. Nunca um paciente chegou para mim e disse: “*Por favor, faça com que eu tenha melhor qualidade de vida, bem-estar, saúde!*”. Quando nos encontramos ele me pede presença e que eu escute com atenção coisas da vida vivida que estão doendo, ou que estão confusas, ou que estão fazendo mal, ou que estão entristecendo, ou que estão isolando, ou que ele está planejando, ou que ele está sonhando, ou que perdeu, ou que

ganhou... E se eles expressam preocupação nesse encontro com a vida biológica, é com vista na vida existencial. Sou convocada a prestar atenção à vida existencial e não à vida biológica (Amaral, 2016, p. 103).

Essas questões abrem pontos primordiais para a psicologia e para a prática clínica, assim como, gera abertura para nossas construções acadêmicas. Pesquisamos com qual finalidade? Nossas pesquisas e nosso fazer clínico estão comprometidos com a política, a pluralidade humana? Estamos sensíveis à aspereza da vida concreta e das teias das relações humanas das pessoas?

Esses tensionamentos me fizeram destacar os três conceitos arendtianos que podem provocar outras intervenções e compreensões para as práticas psicológicas. São eles: coautoria, conflito da vontade e testemunho. Isso porque, a coautoria convida a psicologia a considerar radicalmente a vida que é vivida em meio a uma teia de relações humanas e é totalmente dependente dela para que novos inícios ocorram. As discussões sobre o conflito da vontade apontam sobre a importância de se considerar as circunstancialidades históricas de cada pessoa atendida e as marcas geradas nessa biografia, de modo que as novas marcas sejam realizadas a partir da experiência, pois nesse cenário de adoecimento da vontade, o pensamento pode se mostrar insuficiente. Por fim, destaca-se a importância do testemunho, convocando a psicologia a ser testemunha de narrativas, bem como construtora de ilhas de proteção para que novas experiências possam ocorrer.

5.3 Coautoria nas práticas psicológicas

Ao longo desse trabalho, destaquei a importância das pessoas que passaram na minha história de vida para que eu pudesse me construir psicóloga, professora e, inclusive, realizar um doutoramento. Familiares, amigos/as e professores foram fundamentais para sustentar e fomentar a minha vontade. Ao recorrer aos trabalhos realizados pelo *Amor Mundi*, bem como ao revisitar o meu diário de bordo, pude perceber que a dimensão da coautoria se torna fundamental na constituição das pessoas e na construção de novas destinações.

A coautoria (responsável e comprometida), ou seja, a participação de outras pessoas em nossas histórias, torna-se condição *sine quo non* para que as ações ocorram. É a teia de relações humanas, conforme pudemos ver ao longo dos atendimentos e das pesquisas, que fomentam e sustentam a vontade.

As experiências de vidas narradas a partir das pesquisas indicaram a coautoria como aspecto fundamental a ser considerado nas práticas psicológicas. Em Walckoff (2009), a importância da coautoria se destacou quando a reflexão se mostrou insuficiente para as mulheres daquela cooperativa. Pensar sobre a construção da autonomia não deu o fôlego suficiente para que elas conseguissem, efetivamente, viver tal autonomia. A própria comunidade precisou que outros líderes comunitários, advindos de outras realidades, singularizados a partir de outras experiências, entrassem na teia de relações para possibilitar a reorganização e luta política daquelas pessoas.

Os coautores, pela condição da pluralidade humana, oferecem outras perspectivas de olhar e marcam a vida um do outro de formas distintas. Essas novas marcas podem possibilitar a construção de novos modos de existir, dado que cada ação implica em reações imprevisíveis, incontroláveis e irrevogáveis.

A entrada de Constelação na vida dos jovens da pesquisa de Almeida (2017) destacou o quanto a presença dessa mulher, enquanto coautora da vida daquelas pessoas possibilitou que eles fossem marcados de um jeito diferente do que sempre haviam sido nas suas comunidades e famílias.

O mesmo ocorreu com o Menino Peri, adolescente que, durante sua vida, havia sido tatuado por coautores abusadores sexuais, traficantes e exploradores. Ao chegar no hospital e ser atendido pela equipe médica e acompanhado pelo plantonista da *Amor Mundi*, passou a ser marcado por novas pessoas, de modo que a sua desesperança e descrença para com o mundo começou a dar espaço a novas esperanças.

Conforme destaca Walckoff (2016), ao narrar o caso do menino Peri,

Os coautores agora não eram mais abusadores sexuais, traficantes, exploradores. Era uma equipe médica dedicada a ele, plantonistas atentos ao que se passava com ele. Uma possibilidade de futuro que parecia bem diferente daquela das ruas. As marcas deixadas pela rua ainda estavam lá, mas nosso herói estava começando a receber agora outras marcas. Parecia que seu coração estava começando a ser costurado com a tal linha chamada recomeço.

A coautoria é, para Hannah Arendt, um aspecto fundamental da condição humana, dado que o homem se constitui a partir de uma teia de relações humanas. Esse cenário de pluralidade é ainda mais significativo e necessário quando estamos falando sobre a possibilidade da natalidade, ou seja, do início de algo novo numa história de vida. Como afirma Arendt (2014a, p. 11)

A ação tem a relação mais estreita com a condição humana da natalidade; o novo começo, inerente ao nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir.

Enquanto o labor e a obra podem ser feitos na solidão, a ação só ocorre nessa teia. Logo, o início de algo tem necessidade elementar da teia humana para ocorrer. Sustenta Arendt (2014a, p. 233),

A ação jamais é possível no isolamento. Está isolado e está privado da capacidade de agir. A ação e o discurso necessitam tanto da presença circunvizinha de outros quanto a fabricação necessita da presença circunvizinha da natureza. A ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela. A crença popular em um “homem forte” que isolado dos outros, deve sua força ao fato de estar só é ou mera superstição, baseada na ilusão de que podemos “produzir” algo no domínio dos assuntos humanos.

Seria esse o motivo pelo qual a reflexão se tornaria insuficiente, dado que refletir no isolamento não possibilita a lida com as resistências presentes numa vida concreta? O homem que reflete pode ser visto na contemporaneidade como aquele que está apropriado/empoderado das suas condições existenciais. No entanto, tal empoderamento torna-se insuficiente para a ação, justamente pelo fato dessa última precisar da presença de outras pessoas. Walckoff (2016, p. 32), considerando o pensamento arendtiano, indica que:

A ação (como renascimento) aparece pautada na pluralidade e não em um ato de apropriação do eu, de busca pela autenticidade feita por meio dos caminhos da reflexão, de um certo desvencilhamento do “Eles”, compreendido como pluralidade.

Aqui se destaca um fator importante para as práticas psicológicas: a sensibilidade de considerar que as pessoas não conseguem “salvar-se sozinhas”, e que refletir/pensar sobre suas vidas no isolamento pode ser insuficiente para que as mudanças efetivamente ocorram.

Na história da ciência e da própria filosofia, há, segundo Arendt (2018c) um interesse pelo *O* homem. Esse interesse dá-se sempre no singular. Segundo a autora, “Para todo o pensamento científico existe apenas *o* homem – na biologia ou na psicologia, na filosofia ou na teologia” (Arendt, 2018c, p. 21). A pluralidade, ou seja, *os* homens, é um produto do próprio homem no mundo e, portanto, constitui a política que é, essencialmente, a convivência entre os diferentes.

A convivência entre diferentes constitui a arena da política, campo da pluralidade por excelência. Para Arendt (2008), há uma correspondência entre ser e aparecer. O homem só se constitui singular porque aparece nessa arena pública, apresentando sua novidade e constituindo os novos encaminhamentos para as histórias. Toda história iniciada por alguém cai, inevitavelmente, na teia complexa das relações humanas. Há uma dupla necessidade da presença circundante de outros, pois a ação só existe quando aparece na arena pública, e depende dela para ser continuada. Por isso Arendt (2014a) destaca que uma ação provoca um contínuo de re-ações, que são, na verdade, novas ações. Corroborando com esses aspectos, Fry (2010, p. 71) assegura:

A ação exige o envolvimento de outras pessoas que a compreendem, e ela deve acontecer publicamente, em vez de privadamente, a fim de ter qualquer importância. Arendt descreve a ação como sendo um tipo de performance, porque ela acontece em uma arena pública e precisa ser testemunhada por outras pessoas (Fry, 2010, p. 71).

Inevitavelmente, ao compreender a vida como aquela que acontece numa arena pública e que tem como condição primordial essa relação de aparecimento político, coloca-se em xeque o aspecto que se consolida nas intervenções psicológicas que não consideram esse tensionamento da teia das relações na vida das pessoas.

Algumas práticas psicológicas influenciadas pelo apoliticismo da ciência, pressupõe intervenções que resvalam naquilo que Sennett chamou de tiranias da intimidade, conforme aponta Caniato (2003). Segundo Angela Caniato (2003, p. 14),

Quando são negligenciadas estas determinações heterônomas (sociais) da dor, do sofrimento e do adoecer subjetivos, por ingenuidade e/ou porque tornados cegos e surdos pelo dogma do apoliticismo da ciência, os profissionais caem na armadilha da imanência do psíquico e nela sucumbem na cumplicidade com estes massacres que o processo civilizatório vem produzindo contra as exigências do humano dos sujeitos. Este refúgio teórico-prático na imanência, centrado na crença que no mundo interno dos sujeitos está a origem e o fim de todos os processos psíquicos - as subjetividades passam a ser mônadas, fechadas em torno de si mesma e incomunicáveis entre si - apenas legitima a destruição da vida individual - coletiva, justifica a impossibilidade de troca entre diferentes e sustenta o deslocamento narcísico para um "estilo de vida" imposto socialmente (Lowen, 1993).

Caniato (2003) aponta algo significativo: a necessidade da saída da imanência do psíquico. Ou seja, não é no interior das pessoas que está a sua salvação e a sua ruptura com os processos causadores de sofrimento na vida. É preciso ir além, pois não se trata apenas de

considerar as determinações sociais das dores, mas de se compreender que a coletividade é a única condição do existir humano. Não há uma separação entre pessoa e tensionamentos sociais, visto que o ser só existe porque aparece nesse cenário político. Ser e aparecer coincidem e, sendo assim, na vida os problemas aparecem porque estamos lançados entre outros seres. Não é, apenas, uma junção de fatores externos que nos faz sofrer, é estarmos lançados numa teia de relações, com coautores que reagem de formas diferentes ao nosso aparecimento singular, que pode nos fazer querer ser de outros jeitos.

Se os problemas da vida adviessem apenas da soma de problemas sociais, esses seriam “facilmente” resolvidos com ações governamentais que sanassem os sofrimentos humanos. No entanto, para Arendt, segundo Pedro Duarte (2018, p. 10) “satisfazer a fome, solucionar a pobreza e garantir a saúde são respostas a necessidades sociais. Dizem respeito ao labor e mantêm nossa sobrevivência biológica”, mas também não garante liberdade para aparecimento político e, portanto, para construção de novas possibilidades de ser e existir.

Em diálogo com o pensamento arendtiano, as intervenções psicológicas são convidadas a considerar o caráter plural e singular do humano, que se constitui em meio a uma teia de relações humanas, único lugar para que de fato a natalidade possa ocorrer. As intervenções psicológicas sofrem, portanto, alguns deslocamentos consideráveis. O primeiro deslocamento é a saída de um pensamento controlador, pois as ações humanas não podem ser previstas nem pelo projeto científico de controlabilidade. O segundo ocorre com a constatação de que a supremacia do pensamento, tão defendida na história da filosofia, não garante a ação, visto que essa precisa muito mais da presença circundante das pessoas do que do pensamento propriamente dito. Em terceiro lugar, algumas práticas psicológicas passam a ser convocadas, mais uma vez, a repensar as intervenções que evidenciam a supremacia da imanência do psíquico ou do individualismo, ou, pelo contrário, ressaltam apenas as carências sociais, pois supri-las também não garante, necessariamente, liberdade para a natalidade, ou seja, para a construção de novas destinações existenciais.

Todos esses aspectos foram apresentados pelas mulheres da cooperativa, apresentadas no trabalho de Walckoff (2009). Elas tinham espaços para pensarem sobre a vida e para desejarem ser autônomas. Elas tinham a cooperativa como trabalho que supria minimamente as carências sociais, no entanto, elas pareciam não acreditar na possibilidade de, efetivamente, se destinarem na vida de outro modo. Os jovens da pesquisa de Almeida (2018) também destacam que, por mais que os espaços de acolhimento oferecessem bons recursos, não havia necessariamente a esperança de que eles poderiam se construir de outro jeito na vida. Foi a presença de Constelação, oferecendo experiências concretas na vida, que possibilitou que a

vontade despontasse. Essas novas relações, enquanto experiências concretas, podem se constituir como movimentos vitalizadores para a vontade (Camasmie, 2007). Ou seja, a entrada de novos coautores nas histórias humanas, podem tornar fecundo o campo da ação. É importante ressaltar inúmeras vezes que a ação é imprevisível e incontrolável. Quando falamos sobre esses aspectos que podem favorecê-la não é advogando por uma relação direta, mas tensionando quais as atividades possíveis que fecundem o solo e tornem um pouco mais viável que ela ocorra.

Nesse sentido, uma Psicologia comprometida com a coautoria parece ser um fertilizante significativo na vida daqueles que procuram a atenção psicológica para reacender a esperança da vida. A ciência psicológica comprometida com a condição humana da pluralidade é convocada a oferecer uma atenção psicológica “assumindo visceralmente o fato de coautoria da vida por meio da narrativa” (Walckoff, 2016, p. 61).

Essa presença se faz tanto na escuta da narrativa, quanto nas intervenções que apontam para outras possibilidades compreensivas. Tais possibilidades advêm do fato de cada psicólogo/a também ser singularizado a partir de sua historicidade. Lembra dos líderes comunitários na pesquisa de Walckoff (2009), que por serem de realidades diferentes, apontavam novas possibilidades não percebidas pela comunidade? Recordo ainda da intervenção que realizei no grupo de estudo Lírios. Resgato a narrativa para discutir:

Nesse momento recordo um exemplo trazido por uma aluna, que chamarei de Maria, em um curso que ministrei. Na ocasião Maria disse que em seu estágio, no hospital, acolheu uma adolescente de 12 anos que estava grávida. Na fala, a aluna ficou surpresa porque a adolescente era muito articulada e dizia que ser mãe era o seu maior sonho. Maria acreditava, irrevogavelmente, que o desejo daquela adolescente era a maternagem, ainda que essa compreensão tenha se dado aos 12 anos de idade. Após a sua fala, questionei: Mas não é estranho que uma criança de 12 anos de idade só possa querer ser mãe? O que eu propus pensar com o grupo naquele momento foi o quanto, na verdade, aquela menina estava privada de poder querer outras coisas. Porque ela não poderia querer ser psicóloga, professora, advogada, cientista? Porque ela não poderia querer ser empreendedora, autônoma? Querer uma casa, um carro, ir à Disney? O poder daquela menina estava tão restrito que o seu único “poder-querer” era ser mãe, aos 12 anos de idade (Relato nessa tese)

O meu espanto advém justamente pelo fato de eu ter me singularizado de outro jeito. A minha história de vida e a maneira que fui marcada nela, possibilitam o olhar estrangeiro que interroga o modo de existência do outro e, portanto, abre novas questões. É assumindo a radical alteridade que se pode interrogar o diferente e abrir outras questões. A abertura se dá pela apresentação da doxa num cenário político em que as diferenças entre as pessoas é a exímia manifestação da pluralidade humana.

Assumir a condição de que somos coautores se torna significativo pelo fato de que sabemos que quando alguém nasce no mundo traz a novidade, logo, ao chegar pessoas novas na vida de outros, essa novidade também se apresenta. Conforme Silva e Sousa (2020, p. 163),

Todas as vezes que alguém nasce no mundo, o mundo se renova com o recém-chegado, um contínuo de abertura para novas destinações. Podemos dizer então que, sempre que um coautor entra na biografia de alguém, essa pessoa pode empreender novos encaminhamentos para a sua existência.

Além disso, o fator da coautoria é primordial para se abrir novas compreensões sobre a vida. Isso porque o olhar do outro, a partir de uma mentalidade ampliada e imaginativa, pode possibilitar novas compreensões, já que o mundo se apresenta em diferentes perspectivas para cada pessoa. Segundo Arendt, citado por Lafer (2007, p. 300 – *grifos nosso*),

Exercitar esse tipo de imaginação (*de escuta e pensamento*) é a condição para o julgamento. A ampliação de mentalidade permite que você leve em conta a perspectiva dos outros, bem como suas circunstâncias. Significa julgar a partir de uma perspectiva que não é a sua. O mundo se apresenta sempre a um enorme número de tais perspectivas; isso é comum a todos nós precisamente porque cada um de nós o vê em uma perspectiva diferente.

Escutar e pensar sobre as narrativas de outras pessoas, pressupõe que você seja capaz de pensar no lugar de, no entanto, não empaticamente, ou seja, não se trata de se colocar no lugar do outro. Ao contrário, assumindo sua característica singular, é possível você abrir novas compreensões justamente pelo fato de se pensar como “reagiria” se aquela história do outro ocorresse com você. Quais seriam seus próprios pensamentos, a partir dos seus sentimentos e da sua história, se você estivesse no lugar do outro? Isso é o exercício imaginativo que possibilita a abertura e novas compreensões sobre o que está em jogo na vida (Lafer, 2007). É o sair em visitas proporcionadas pelo exercício da compreensão. Compreender é sair em visita junto a outras pessoas, para afirmar ou recusar a pertença a um mundo (Arendt, 1993).

Esse exercício imaginativo ainda mantém um vínculo com o pensamento, apesar de ser mais próximo da vida ativa do que o pensar filosófico. O que nos arranca do pensamento é a vontade, ou seja, o ego volitivo, a principal fonte da ação. O pensamento enquanto compreensão é uma atividade de todos os seres humanos, e não só dos filósofos profissionais. Por mais que tal compreensão advenha da vida ativa, ela só consegue ocorrer quando há uma suspensão das atividades humanas. Já discutimos anteriormente que a compreensão não tem o objetivo de construir arcabouços teóricos explicativos, ela tem urgência de retornar para a vida cotidiana e de reconciliar-se com o mundo, com o que inevitavelmente existe (Arendt, 1993). No entanto,

mesmo mais próxima à vida ativa, por ter uma característica de pensamento, a compreensão, por ser um exercício imaginativo, ainda não lida com todas as resistências inerentes a vida humana. Essa maior aproximação com as resistências da vida ativa, ou seja, com as texturas da realidade, dá-se a partir do querer, do ego volitivo. Assim, a coautoria psicoterapêutica, para exercer o seu papel de maneira mais fecunda, precisará compreender os conflitos da vontade, que não estão no pensamento, mas na lida com as resistências da vida concreta, vivida numa teia humana.

5.4 Conflito e adoecimento da vontade: ressonâncias na construção de novas destinações

O pensamento arendtiano, didaticamente, vai nos oferecendo um caminho para nos aproximarmos da vida vivida. Ou melhor, o método arendtiano, por partir das experiências da vida, possibilita que nos atentemos para especificidades do concreto que talvez ficassem obscurecidas se iniciássemos a reflexão pelas hipóteses teóricas. Voltemos para os incidentes da vida humana para compreender melhor que o pensamento, mesmo enquanto compressão, ainda é quietude.

Nos atendimentos clínicos as pessoas nos procuram com uma queixa, uma urgência. É preciso compreender se continuará ou não numa relação afetiva, se falará ou não com os pais, se pedirá ou não demissão. Tem-se urgência de se compreender como cuidar dos filhos, como impor limites nas relações, como demonstrar amor, como fazer isso ou aquilo para ser mais feliz e/ou amenizar o sofrimento sentido.

No momento em que se busca um atendimento psicológico, tem-se uma questão a ser aclarada. Ademais, para que ela seja pensada, a vida é posta em suspensão. Há uma retirada do mundo para se pensar os problemas, ainda que o compromisso seja de voltar para o mundo, para as relações concretas. A presença do coautor, a escuta e narrativa construída conjuntamente, pode apresentar novas possibilidades de compreensão, novas interrogações, dada a posição e singularidade do ouvinte psicólogo/a. Só que essa compreensão não garante a urgência da ação, visto que o pensar está numa certa distância e numa certa quietude. O pensar, ainda que compreensivamente, lida com coisas que, naquele momento, estão ausentes e minimamente distantes.

O imperativo do agir advém do ego volitivo, pois o impulso para ação está na vontade e não no pensamento (Walckoff, 2016). Numa contraposição ao pensamento de Plantão, não é a razão, mas a vontade que gera na alma movimento. É a vontade que lida com a vida concreta (Arendt 2008). Mas é preciso discutir que vontade para Arendt não é uma simples escolha

volitiva. É uma categoria do espírito que se impõe na vida. É uma força imperativa que anseia em se realizar, em voltar para o mundo e se expressar. Na vontade, há um diálogo silencioso, o dois em um, *o querer* imediatamente apresenta *o não querer*, e esse embate só é resolvido na ação. Essa resolução não é tão simples, visto que lida com aquilo que advém da vida concreta, pois como lembra Arendt (2008), o que nos impede de fazer algo surge do mundo, da vida concreta. Por isso, a vontade sempre aparecerá como um conflito, enquanto o pensamento é diálogo e quietude.

Nesse sentido, retomo a questão inicial: o que um paciente procura quando busca atendimento psicológico? Estabelecer um diálogo/pensamento, ou resolver um conflito? Olhar para essa chave de leitura aponta para uma nova hermenêutica, pois se o paciente vem para resolver um conflito, ele está falando do campo da vontade e não do campo do pensamento. O humor do pensamento é a serenidade, enquanto o humor da vontade é a tensão, a necessidade de resolução. Para Arendt (2008, p. 298)

O ego pensante, embora possa absorver aquilo que não é mais sem qualquer perturbação do mundo exterior, já não pode responder com a mesma serenidade a projetos que a vontade produz para o futuro. Toda volição, ainda que seja uma atividade do espírito, relaciona-se com o mundo das aparências, no qual o seu projeto deve realizar-se, em contraste flagrante com o pensamento nenhum querer jamais se faz por si mesmo ou encontra satisfação na própria atividade. Qualquer volição não só envolve particulares, como também, e isso é de grande importância, anseia por seu próprio fim. O momento em que o querer algo terá que se transformar no fazê-lo. Em outras palavras, o humor habitual do ego volitivo é a impaciência, a inquietude e a preocupação. Não somente porque a alma reage ao futuro com esperança e medo, mas também porque o projeto da Vontade pressupõe um eu-posso que não está absolutamente garantido. A inquietação preocupada da vontade só pode ser apaziguada por um eu quero-e-faço, isto é, por uma interrupção de sua própria atividade e liberação do espírito de sua dominação.

A vontade é imperativa, pois quer fazer, mas esse querer fazer esbarra no poder ou não poder, fazendo com que a vontade seja, ao mesmo tempo “[...] poderosa e impotente, é livre e não livre” (Arendt, 2014b, p. 209). A vontade, imperativa e poderosa, encontra o prazer quando o eu-queiro-e-eu-posso se interligam. Na vida concreta, essa experiência de poder não advém da interioridade da vida psíquica, mas das relações concretas que cada pessoa estabelece na vida, sobremaneira daquelas condições que são dadas a cada ser humano para se constituir. Aqui é necessário recorrer ao conceito de condições humanas. Pois as condições dadas a cada pessoa tornam-se o campo de singularização.

Os jovens da pesquisa de Almeida (2018) e de Lima-Junior (2019) indicaram o quanto o cenário de singularização tem força e significado na crença do poder. A perpetuação geracional de impossibilidades adoecia, de tal forma, a vontade (o querer) que, só com a entrada de outros coautores em cena a força da vontade pôde ir se reestabelecendo. A entrada dos coautores na história desses jovens pressupôs mais do que reflexões e pensamentos sobre a vida, foi um campo de novas experiências. Conforme destaca Almeida (2018, p. 105).

As narrativas dos jovens apontam que não se trata apenas de os meninos refletirem sobre novas possibilidades, mas de viverem concretamente essas experiências, que vão deixar outras marcas e que no presente, os constitui.

A participação de outras pessoas, a oferta de um novo campo de experiência, foram movimentos vitalizadores da vontade (Camasmie, 2007) e possibilitaram a quebra com a destinação que estava posta pelas outras experiências da vida.

A vontade, numa perspectiva arendtiana, relaciona-se com aquilo que advém da vida concreta. Para Arendt (2008, p. 341)

O poder da vontade reside em sua decisão soberana de interessar-se somente pelas coisas que estão em poder do homem; [...] logo, a primeira decisão da vontade é não querer o que não pode obter e deixar de não querer o que não pode evitar. Em suma, não se interessa por qualquer coisa sobre a qual não tenha poder.

Perder o interesse por aquilo que julga não se poder, vai adoecendo a vontade²⁴, o querer. A paralisação da ação pode estar relacionada à falta de crença de que é possível iniciar novos movimentos na vida. As mulheres da pesquisa de Walckoff (2009) tinham, naquele momento, recursos significativos para irem construindo a autonomia, no entanto, a crença de poder ou não poder, certo modo paralisa o agir. Os recursos significativos vinham das ofertas sociais e econômicas que a comunidade estava vivendo. Poderíamos então compreender que o empoderamento reflexivo e a oferta de recursos materiais são insuficientes para fomentar a ação?

Isso se mostrou na pesquisa de Lima-Junior (2019). Sem dúvidas, numa perpetuação geracional de condições sociais restritas, a garantia de condições materiais é importante.

²⁴ Adoecimento da vontade foi um termo utilizado pela professora Dra. Dulce Critelli em sala de aula.

Contudo, essas garantias precisam ser via Políticas Públicas e não de gestão. É necessário que sejam Políticas Públicas, pois esse é o formato que garante, minimamente, experiências duradouras que vão marcando a vida das pessoas de forma diferente do que foi nas últimas 3 gerações dessa família. Programas pontuais perdem a força, dada a historicidade de cada pessoa. A história da comunidade e da família apontam para um campo de incertezas e vulnerabilidade que minam a crença no poder.

Camasmie (2007, p. 80), ao estabelecer um diálogo entre o pensamento de Santo Agostinho e de Hannah Arendt sobre o querer e o poder, indica:

Santo Agostinho considera que o poder precisa estar presente para que a vontade possa se realizar. Assim, a falta da vontade aparece não por ausência da vontade, mas quando ela se dirige, aquilo que não é possível - ou que o ego volitivo não se crê capaz de realizar. Parece que a falta de poder paralisa o ego volitivo de produzir novas volições. Como Arendt afirma, citando Santo Agostinho. Quando não agimos, o motivo pode ser a falta de vontade ou a falta de poder.

A crença em poder realizar algo poderia, então, ser considerada o lugar mais fecundo, em contraposição ao pensamento, para fomentar ações. Essa crença se dá a partir das experiências concretas da vida. Nesse sentido, o querer é dependente das condições humanas dadas a uma determinada pessoa, assim como da teia de relações da qual ela faz parte. Assim como a ação, que precisa de coautores, o querer não é possível na solidão, dada a necessidade da participação de outros na construção de novas destinações. É preciso, portanto, que os coautores ou novos coautores de determinadas teias de relações, favoreçam a realização de pequenas ações para que a crença no poder, ou seja, a vontade, possa ir se fortalecendo. As atitudes de Constelação, da pesquisa de Almeida (2018), possibilitaram novas marcas na vida dos jovens. Não basta, no entanto, a oferta de novas experiências, os coautores também precisam acreditar na possibilidade de novas destinações. Conforme narrou um jovem, foi importante que as pessoas o reconhecessem não como bandido, mas como alguém que, de fato, poderia construir outros modos de existir (Almeida, 2018, p. 101). Essa crença precisa ser compartilhada pelo autor principal da história e pelos coautores. Nesses casos em que o autor principal está adoecido da vontade, a primeira crença precisa ser daqueles que entram naquela história.

A importância da entrada de novos coautores para tornar fecundo o campo da ação, é um cenário significativo para tensionarmos sobre as possibilidades de atuação da Psicologia na vida das pessoas, a partir do diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. O profissional

psicólogo/a ao assumir sua posição de coautor no mundo, pode possibilitar a abertura e a crença do poder pela sua singularidade. Lembro nesse momento do texto “A crise na educação” de Arendt (2014b) em que ela aponta para o educador/professor, como aquele que, ao amar o mundo, posiciona-se na abertura para a natalidade. Nas palavras de Arendt (2014b, p. 247)

Educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é também é o ponto onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não as expulsar do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos e tampouco arrancar em suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.

Guardadas as proporções pedagógicas do ensino, seria a atividade do profissional de psicologia o lugar em que decidimos o quanto amamos o mundo e quanto assumimos nossa corresponsabilidade nele? Assumir a coautoria tem sido visceral tanto nas pesquisas aqui apresentadas, quanto no meu fazer clínico. A entrada de novas pessoas nas histórias humanas, sobretudo de pessoas que acreditam em nós, pode possibilitar o início da experimentação de realizações de pequenos atos que vão resgatando a esperança e o poder.

O/a psicólogo/a, no lugar de coautor, possibilita ainda o acompanhamento da narratividade dos acontecimentos da vida. A presença e o testemunho de uma narrativa tornam possível a compreensão de como a vida tem se constituído, e quais as resistências estão presentes. Essa escuta testemunhal é significativa, pois é a partir do ato de narrar que se compreende quais as peças e tensões que estão em jogo gerando o conflito da ação. Por assumir a posição de coautoria e destacar a importância dela nas relações humanas, o/a psicólogo/a estará atento às peças que estão no tabuleiro daquela história, buscando compreender quais as novas peças que precisam entrar em cena para que novos movimentos possam ocorrer naquela vida.

Dois fatores se colocam:

1. O pensamento, enquanto compreensão, irá se fazer presente a partir do ato de narrar. O encontro terapêutico será o campo onde o conflito irá, momentaneamente, baixar o volume para que se possa contar sobre o que está sendo vivido. Essa narrativa é importante para compreender o fio de sentido que vem costurando aquela história de vida (Critelli, 2012). Ao compreender o fio de sentido, compreendem-se as peças que estão no tabuleiro e o que costura o adoecimento da vontade. A partir disso, é possível pensar quais as novas peças que precisam

entrar em cena para fecundar o movimento da ação. O ato de refletir, segundo Walckoff (2016), pode desgelar a crença na falta de poder.

2. A Presença de um novo coautor comprometido, nesse caso o profissional de psicologia, possibilita um novo campo de experiência que também vai fecundando a possibilidade do agir. A entrada da/a psicólogo/a na vida de alguém é, ao mesmo tempo, a possibilidade de testemunho e o cheiro da novidade numa história de vida.

5.5 Testemunho psicoterapêutico: a radicalidade da experiência na narrativa do “como”

A condição fenomênica do mundo é um conceito clássico para as perspectivas filosóficas da fenomenologia. Segundo Hannah Arendt (2008) “ser e aparecer coincidem”, portanto, a condição de existência está correlacionada à aparência. Nada e ninguém existe sem que haja um expectador que perceba nossos atos e palavras.

Os atos humanos ganham significados pelos discursos e pela percepção dos outros. Agimos, mas os seus significados são revelados a partir das histórias que contamos sobre os nossos atos, via narrativa. Ao contarmos sobre a nossa vida, feitos e história, a vida deixa de ser pura ocorrência e ganha significado. Segundo Arendt (2014b, p. 74), foi isso que ocorreu com Ulisses, da história de Homero. Ulisses, ao contar sua história na corte do rei dos Feácios, a compreende, de modo que ele pode se reconciliar com seus feitos e lidar com o que, inevitavelmente, ocorreu em sua vida. É o aparecimento no cenário público, via narratividade, que vai revelando aquele realizador de feitos humanos. Ao narrar sobre sua história, Ulisses tornou visível para os outros e para si, o fio de sentido de sua biografia.

O fluxo da narrativa, ou seja, da contagem sobre nossos feitos, é a forma de ir tornando pública a singularidade de uma pessoa, de modo a distingui-la de outros. Tal distinção se dá pelos atos que realizamos na vida até a nossa morte. Segundo Arendt (1993, p. 40), “só sabemos quem uma pessoa essencialmente é, depois que ela morre”, pois até que isso de fato ocorra, cada ser humano pode iniciar novas ações na vida, que vão crescendo de significados a sua identidade. A narrativa tem o objetivo de explicitar quem estamos sendo, quais as coisas estão em jogo em nossa história, quais as peças fazem parte do cenário. É uma forma de lidarmos com o que existe e compreendermos como tornar o cenário fecundo para a ocorrência de novas ações.

Ao discutir sobre a importância do testemunho, em consonância com o pensamento arendtiano, Critelli (2012) apresenta que os movimentos da vida precisam do olhar e da presença do outro para se tornarem gestos com significados. Ela utiliza de um exemplo para

explicitar a importância da participação do outro para complementar o movimento e para atribuir sentido:

Por exemplo, o homem do outro lado da rua estende o braço e move a mão. Ele cumprimenta alguém? Chama alguém? Está avisando alguém de alguma coisa? Ele se abana? Tem um cacoete? Espanta uma mosca? Passados alguns segundos, um garoto se aproximou dele, deram-se as mãos e continuaram andando. O homem do outro lado da rua então chamava a atenção do garoto para que este fosse até ele, mostrava-se para ele. Mas só podemos saber disso quando o garoto chegou perto dele, e eles interagiram. O movimento do homem do outro lado da rua precisou do garoto para ser mais do que um puro movimento para ser um gesto e precisou que o garoto respondesse a ele para se completar. E então revelar-se como aceno e um chamado (Critelli, 2012, p. 60)

Mais uma vez esbarramos na importância da coautoria e da participação das pessoas na vida humana, quando se tratam de acontecimentos no cenário público e plural. A dependência de outros em nossa história é escancarada constantemente no pensamento de Arendt. A participação de outras pessoas é condição para o acontecimento de histórias, o encaminhamento de ações e a interpretação do próprio ato. Sem o aparecimento para o outro, a vida pode ser puro delírio. É o senso comum que dá realidade ao vivido (Arendt, 2014a). Aquele que inicia a ação tem propósitos e intenções, mas a cadeia de acontecimentos não está prevista de antemão, dada a imprevisibilidade das ações e reações. Ademais, o iniciador dos atos precisa esclarecer, a partir do discurso, as suas intenções e propósitos iniciais (Critelli, 2012).

Tal explicitação das intenções precisa partir das incidências da vida concreta, e pode se construir a partir de um discurso narrativo. A narrativa aqui está sendo compreendida em consonância com a perspectiva de Walter Benjamin (2012). Para Benjamin, narrar é uma forma de intercambiar as experiências e não informar explicativamente. O ouvinte, para estimular uma narrativa artesanal, busca as experiências da vida e não as explicações sobre ela. A concentração estaria no *como*, e não no *por quê*. O *como* aqui está a serviço de uma narrativa e não de uma explicação. É um convite para uma história ser narrada e uma experiência intercambiada.

Testemunhar, ouvir e construir narrativas e compreender o sentido da vida, guarda estritas relações com a atenção psicológica. Ao que o profissional de psicologia se propõe, se não acompanhar a construção artesanal dos significados da vida humana? Segundo Camasmie (2007),

O caminho que Hannah Arendt sugere, da compreensão através da narrativa para os acontecimentos históricos, guarda estreita relação com a experiência cotidiana de um psicoterapeuta. Pois o que é o trabalho clínico lá se não algo

construído a quatro mãos, em que o terapeuta é aquele que, como testemunha, possibilita aos pacientes narrada em suas histórias pessoais para que possam compreender a si mesmos (Camasmie, 2007, p. 4).

Para que essa compreensão ocorra nos espaços terapêuticos, é necessário que o psicólogo/a esteja sensível a ouvir uma narrativa, e não a buscar uma explicação. No momento em que se busca causalidades e explicações, distancia-se da narrativa genuína, proposta por Walter Benjamin (2012). A narrativa ocorre de forma artesanal, entre duas pessoas que deixam as marcas de suas singularidades na história constituída. É a narrativa que intercambia a história biográfica revelando o fio de sentido que tece aquela existência.

No entanto, para que essa narrativa se dê de um modo que possibilite a compreensão, é necessário que aquele que escuta histórias seja um bom ouvinte-narrador. Isso porque, ao acolher narrativas, é possível colocar vírgulas, auxiliando no encaminhamento de novas destinações. Esse ouvinte é a testemunha que dá ao acontecimento narrado a característica de realidade. O testemunho é importante para conferir realidade, pois no movimento fenomênico do mundo, ser e aparecer coincidem (Arendt, 2008). Logo, aquilo que existe necessita aparecer na esfera pública dos assuntos humanos.

Concordando com esse aspecto, Critelli (2012, p. 77) diz que “o testemunho dá ao fato ocorrido na existência humana solidez e durabilidade e confere aos atos e as palavras a sua realidade”. A partir do aparecimento para alguém, os acontecimentos narrados tornam-se irreversíveis, pois passaram pelo crivo do testemunho. É curioso perceber como esse testemunho é importante para as pessoas que solicitam um atendimento psicológico.

Ao chegarem no consultório e narrarem experiências de violações, abusos e outros grandes sofrimentos, muitas pessoas não conseguem ter a dimensão do ocorrido em sua história até que, ao compartilhar, elas percebem, a partir do olhar do terapeuta, o quanto o fato ocorrido foi efetivamente grande. É o olhar da testemunha que assegura que aquele sofrimento é real.

Outro fator que se evidenciou na pesquisa de Melo (2019) foi o quanto esse testemunho aponta para aquele que é atendido, o vínculo que está sendo estabelecido, e o interesse do psicólogo nessa relação. A entrega do profissional para o vínculo permite a experiência em uma nova relação por parte daquele que procura o atendimento. Melo (2019), narra que sentiu um dos adultos em situação de rua por ela atendido, testando tal vínculo, dado que sua história de vida era marcada por relações esgarçadas. Sobre essa importância do vínculo, da presença e do testemunho, Melo (2019, p. 77) compartilha:

Minha impressão é de que essas pessoas precisam de uma rede de relações que as acolham de um modo que elas possam começar a ser marcadas de outra forma, por meio de experiências de aparição, de visibilidade, o que não é possível acontecer na solidão em que vivem.

A partir do testemunho e via narrativa, aquilo que é grande, real e que foi compartilhado, pode se reorganizar em uma história para que se possa ser compreendido. A vida narrada tem um começo, um meio e um fim. Tem um sentido, uma explicação e uma destinação. Logo, ao arrumar os acontecimentos da vida em uma história é mais fácil de lidar com ela. Como escreveu Isak Dinesen, evocada por Arendt (2014a, p. 217), “todas as mágoas se tornam suportáveis se as colocamos em uma história [*story*] ou contamos uma estória sobre elas”.

Voltando para a história de Ulisses, personagem da mitologia grega, que ao contar os acontecimentos de sua existência, organizando-os em uma história, e tornando-a pública, pôde se fazer visível para os outros, mas sobretudo para si mesmo. Ele conseguiu, a partir do fio de sentido revelado, compreender qual o significado da sua existência “alcançado através das lágrimas de recordação”.

Para Hannah Arendt (2014b), a recordação está intimamente relacionada com a memória, com aquele pensamento que tem a capacidade de evocar as histórias biográficas e políticas, ou seja, as histórias singulares e plurais. Nesse sentido, poderíamos dizer que o ato de narrar é uma das formas de evocar, convocar, chamar à presença, os fatos que constituem as histórias biográficas e a história da humanidade. A memória é, portanto, aquela que assegura a temporalização da existência e uma articulação entre o passado e o futuro. Para Camasmie (2007, p. 44),

O que se lembra não está “dentro da cabeça”, sim no mundo. O homem torna os acontecimentos presentes através da memória. Memória, então, é um foco que se volta para o mundo, no modo do passado. A memória é um modo de experiência; é um modo de ser do existente e não um arquivo de informações. Tanto isso é evidente que, na atividade do lembrar, aquilo que aparece são experiências de relações com as pessoas e coisas. Mesmo os fatos, eles jamais são destituídos de alguma experiência com alguém, pois sempre ocorreram em algum lugar, em algum tempo, com outros.

Ainda sobre a memória, Critelli (2012, p. 78) diz que “o passado nos torna sólidos, oferecendo-nos uma identidade e um caráter, mas não nos encerra nele. O passado não nos determina, porque somos iniciadores”, sendo a “memória guardiã do passado, mas também, protetora do futuro” (Critelli, 2012, p. 77). Ser iniciador está vinculado a condição humana da

natalidade, e aqui, mais uma vez, as coisas se articulam: coautoria, compreensão, vontade e testemunho se mostram como pontos nefrágicos para tornar fecundos o campo da ação.

Importa destacar, ainda, que testemunhar não é se colocar no lugar do outro. Cada ouvinte ouve de um lugar específico devido a sua história de vida. Sempre olhamos para os atos e narrativas do outro de um lugar estrangeiro. Estrangeiro pelo fato de nossa história ser diferente da dele. É esse estrangeirismo, no entanto, que possibilita novas interrogações e percepções, novos espantos mobilizadores de outros significados e de aberturas. Nesse sentido, o testemunho é compreensivo e não empático. É compreender, a partir do meu lugar específico, a história do outro, e não me colocar no lugar dele para sentir como ele sente.

Isso realça a importância que aponto durante esse trabalho, o de se compreender também o campo de singularização do profissional de psicologia. A compreensão das condições humanas dadas a quem atende e a quem é atendido possibilitam o nascimento de novos olhares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que estamos fazendo? Essa pergunta se impõe no momento de tecer as considerações finais do trabalho aqui apresentado. Tal interrogação segue a proposta metodológica da própria Hannah Arendt que sempre esteve preocupada em compreender para onde a humanidade estava indo a partir das ações realizadas por homens e mulheres, seja singularmente e/ou coletivamente. A compreensão é sempre retroativa à medida que, ao olhar à narrativa construída sobre os atos realizados, compreende-se o que foi feito e, portanto, iniciado.

Diuturnamente todas as áreas do conhecimento, e a Psicologia não se furta disso, são convocadas a repensar seus eixos epistemológicos e suas práticas profissionais, de modo que consiga oferecer à sociedade contribuições efetivas e atuações éticas. Essa tem sido a preocupação de muitos pesquisadores que, ao tecer diálogos com múltiplas perspectivas teóricas, buscam novas hermenêuticas e formas de atuação profissional.

Destaco aqui que dentre as múltiplas perspectivas, Hannah Arendt tem sido uma das teóricas convocadas para iluminar algumas questões humanas no campo da Psicologia, conforme apresentei no levantamento bibliográfico (em anexo). Reconheço que muitos trabalhos significativos ainda não foram reportados naquelas bases de pesquisa e se mantem na “escuridão” acadêmica. Acentuo que os conceitos arendtianos são plurais e cada pesquisador atribui ênfases específicas a partir dos seus objetivos de pesquisa.

Como já destacado no método desse trabalho, durante um tempo o objetivo da pesquisa se mostrou difuso. A confusão inicial deu espaço a compreensão à medida que as narrativas iam sendo construídas em coautoria e testemunhada por outras pessoas. Em um movimento cartográfico de entrega às várias experiências pessoais e profissionais, pude ir garimpando os conceitos arendtianos que lançavam significativas luzes nas minhas práticas profissionais e na dos membros do Grupo *Amor Mundi*. Arelado as discussões de sala de aula, de supervisão clínica e de estudos no grupo da Lírios, as compreensões puderam ir se robustecendo, enquanto abriam novas questões. Foi a Arena Pública, ou seja, o espaço de compartilhamento das ideias que possibilitaram que a compreensão do que está sendo feito pudesse ocorrer.

Dada a historicidade do Grupo de Pesquisa que estive inserida, aqui nomeado de *Amor Mundi*, início a contagem dessa história com o problema de pesquisa da professora Dra. Simone Walckoff que em seu doutoramento investigou sobre o problema da ação. Foi essa questão que nos abriu a tantas outras e possibilitou que novas pesquisas ocorressem. Com objetivos distintos, cada pesquisador da *Amor Mundi* foi para campos de investigações plurais, narraram

experiências singulares e construíram compreensões específicas. A narrativa e compreensões compartilhadas ofereceram o campo da minha investigação e juntamente com a minha experiência de atendimentos clínicos e de supervisão, apontaram para conceitos que, se considerados nas práticas psicológicas, podem apontar para novas hermenêuticas e práticas interventivas.

A coautoria, o conflito da vontade e o testemunho, foram conceitos significativos nessa investigação e se mostraram como temas fundamentais que podem fecundar o campo da ação. A ação é imprevisível, incontrollável e irrevogável e só acontece numa arena pública (Arendt, 2014a). Outrossim, a partir desse estudo, destaco que parece haver alguns fatores que, ao compor o cenário, favorecem o seu aparecimento.

Distintamente do que a filosofia geralmente defende, para Arendt (2014b) o pensamento não é a casa da ação, não é a ação e não a antecipa. Isso porque os atos só se tornam efetivamente ação, no sentido de natalidade, ou seja, aquilo que construiu novas destinações, quando vistos em retrospectiva. É importante destacar que, nesse sentido, não há a possibilidade de um planejamento prévio para a execução de uma ação. O pensar não vai planejar e nem antever as ações que serão iniciadas. Segundo Arendt (2008), o pensamento é um ato solitário que tem seu fim em si mesmo e por mais que haja um diálogo do dois-em-um (eu-comigo), ao ser interrompido pelo mundo exterior, o Eu se unifica e lida com a concretude do senso comum.

Nesse sentido, não se tem o alcance de cada ato iniciado, antes dele aparecer numa cadeia de ação e reações na esfera pública e ser narrado sob o testemunho de alguém. Ou seja, só quando o ato realizado é narrado e aparece em um discurso, pode-se compreender a ação iniciada (Arendt, 2014a). Compreender é também um modo de pensamento, mas distinto do filosófico e do cognitivo, a compreensão ajuda a organizar os fatos advindos das experiências da vida (Critelli, 2016).

Retomando para a ação, por ela necessitar da esfera política, depende também da teia das relações humanas e da faculdade do querer e do poder. O conflito da vontade se estabelece quando as faculdades do querer e do poder não encontram entre si mínimos apoios e ressonâncias.

Esses temas, mostraram-se significativos quando analisei retroativamente os trabalhos da *Amor Mundi*, da Lírios e das minhas práticas de clínica e de supervisão. Há nesse momento um exímio cuidado de não tornar essa discussão mais um arcabouço teórico explicativo ou proposições dogmáticas sobre a vida das pessoas e das práticas psicológicas. Ao contrário, há um convite para que as práticas psicológicas se aproximem cada vez mais da vida concreta das pessoas para compreender as circunstancialidades que elas estão inseridas e as especificidades

de cada teia de relação humana. Os conflitos da vontade de cada pessoa também só poderão ser compreendidos a partir dessa aproximação horizontal e inexorável de escuta do outro. Não se trata de ouvir as pessoas para enquadrá-las em teóricas explicativas, mas de dispor uma atenção psicológica em que as opiniões/*doxas* e o cenário de singularização de cada biografia sejam norteadoras para as intervenções.

Resgato o termo cenário de singularização, pois ele diz muito mais do que, apenas, fatores sociais e econômicos. O cenário de singularização compreende uma inclinação para todos os aspectos que constituem a história de vida das pessoas, a teia de relações e as crenças (esperanças e desesperanças) advindas dos coautores. A investigação nos apontou que ter acesso a direitos e a artifícios sociais e econômicos podem não ser suficiente quando a crença em si está adoecida. O adoecimento da vontade parece ser muito maior, visto que acomete aqueles que têm acesso ou privação de recursos sociais e econômicos. Sem dúvida, as pessoas privadas desses recursos podem ter à vontade muito mais comprometida, mas não só eles. Até porque, ter recursos de sobrevivência é uma forma de dar conta das questões laborais da vida e não necessariamente estar liberado para iniciar coisas novas na história.

Considero, a partir da investigação aqui empreendida, que esses conceitos podem ser pistas metodológicas para a construção de novas hermenêuticas e práticas interventivas no campo psicológico. Essas pistas nos fazem olhar retroativamente para a história da Psicologia, com vias a buscar as possíveis distinções do que aqui estamos apontando.

Há em algumas perspectivas e práticas psicológicas e na ciência moderna positivista um projeto de individualismo que reforça que a salvação psíquica advém do intrapsiquismo e da individualidade. O homem/mulher não só se torna o centro, antropocentrismo, mas o seu único salvador. Perpetuam-se práticas embasadas na tirania da intimidade, conforme destaca Caniato (2003), em que se propaga a imanência dos sofrimentos psicológicos advém do mundo interno das pessoas. Com esses arcabouços teóricos, as intervenções comumente devolvem para a pessoa a resolução dos seus problemas a partir do isolamento, do resgate de si da esfera pública e do pensamento.

Michael Löwy (2000), apresenta uma crítica a ideologia positivista, a partir da história do personagem Barão de Münchhausen, e sustenta que o positivismo é uma utopia. A história do personagem alemão, Barão de Münchhausen, passa a ideia de um homem liberal que é capaz de se salvar do pântano sozinho, puxando-se pelo cabelo (Bock, 1999). A partir da argumentação de Löwy, Bock (1999) ressalta que a Psicologia, filha da modernidade, não escapou dessa concepção liberal e enquanto ciência e profissão estão afinadas com as mesmas

ideias, de modo que suas práticas comumente reforçam que o “homem é capaz de sair do pântano com o seu próprio esforço, puxando-se pelo cabelo” (Bock, 1999, p. 14).

Como, então, falar de coautoria num campo científico que, em algumas perspectivas de prática, ainda reforçam constantemente um individualismo e intrapsiquismo. Não é de se estranhar que muitos colegas de profissão e estudantes de graduação, ao ouvir falar sobre o conceito e a importância da coautoria, compreendem como se a ação fosse terceirizada para os coautores. Acho, portanto, fundamental trazer nessas considerações essa discussão para que esse erro interpretativo seja minimamente aplacado. Em uma sociedade que prega o individualismo, o empoderamento e a salvação do sujeito por si só a partir da clareza do pensamento, falar de coautoria parece ser obsceno, pois escapa da volição e do pensamento da pessoa a construção das novas destinações na vida. Ademais, numa perspectiva arendtiana, não há possibilidade de construção de novas destinações, ou seja, de natalidade, sem a participação de outras pessoas. Essas pessoas não condicionam a ação, mas estimulam. Nas palavras de Arendt (2014a, p. 234) “é como se toda ação estivesse dividida em duas partes: o começo, feito por uma só pessoa, e a realização, à qual muitos se associam para ‘conduzir’, ‘acabar’ e levar a cabo o empreendimento”. Os coautores são aqueles que podem dar sustentação aos atos iniciados. Um ato, iniciado na esfera pública, desencadeia reações, que são na verdade novas ações e ressalta a imprevisibilidade da natalidade. Para Arendt (2014a, p. 237)

A imprevisibilidade decorre diretamente da estória que, como resultado da ação, se inicia e se estabelece assim que passa o instante fugaz do ato. O problema é que, seja qual for o caráter e o conteúdo da história subsequente - quer transcorra na vida pública ou na vida privada, quer envolva muitos ou poucos atores - seu pleno significado pode se revelar somente quando ele termina.

O conceito de coautoria e de imprevisibilidade da ação, faz-me pensar que a Psicologia não é só social e nem só clínica. Na verdade, onde quer que ela aconteça, ela é convocada a ser política, no sentido de *polis* grega, onde há o acolhimento da pluralidade, de *doxas* distintas e a sustentação da alteridade. Para Arendt (2018c), enquanto a filosofia e a teologia (e aqui acrescento a psicologia) se ocupam *do* homem, a política se interessa pela convivência dos diferentes e pela pluralidade humana. “A política surge no intra-espço e se estabelece como relação” (Arendt, 2018c, p. 23). É nesse intra-espço de homens, que surgem as nossas intervenções psicológicas, mesmo quando ela se dá em um consultório em que a prática se restringe ao encontro de duas pessoas.

Essas pessoas, profissional e paciente, têm histórias e campos de singularização distintas, mas aparecem entre si nesse espaço que é íntimo, mas não é isolado. Esse

aparecimento faz parte do movimento fenomênico e assegura o caráter de realidade daquilo que é e existe. Nesse sentido, o espaço psicológico além de ser político se mostra como um lugar de aparição e de testemunho. O/a psicólogo/a testemunha o aparecimento do paciente. As *doxas*, não precisam ser suprimidas, ao contrário, é o aparecimento dos discursos e das compreensões distintas que poderão possibilitar novas compreensões sobre o que inevitavelmente existe e marca a experiência narrada. O espanto e as discordâncias podem possibilitar novas vírgulas nas narrativas. Discordar não é suprimir a alteridade e nem impor de forma autoritária uma perspectiva ou uma opinião. Discordar é destoar, justamente pelo fato de que cada pessoa que existe nessa relação se constituiu em um cenário de singularização distinto. Assumir essa inexorável diferença além de possibilitar a abertura para novas compreensões, reforça a característica mais basilar da política que é a pluralidade e a liberdade. As novas vírgulas podem nascer justamente do encontro de alteridades e opiniões distintas.

Baseado em Arendt, Hayden (2020, p. 22-23), indica que “a *polis* é, com certeza, precisamente definida como um ‘espaço de aparências’, um lugar ‘para se articular, estar junto, discutir assuntos entre si’ e onde ‘todas as coisas podem ser reconhecidas, primeiramente, pelos diversos ângulos’”. Nesse sentido, aparecer no espaço psicológico enquanto narrativa e intervenção, é um ato de coragem do paciente e do/a profissional, pois há uma exposição pública dos seus cenários de singularização.

No mais, assumir a coautoria, o testemunho, a política que ocorre entre homens, a imprevisibilidade da ação e a sustentação da alteridade, coloca a ciência e as práticas profissionais sob risco daquilo que é incontrolável e esse sempre foi o grande receio da ciência moderna que buscou incessantemente o controle e a previsibilidade.

Reconhecer que a vida ocorre entre homens e que os atos dependem da presença das teias das relações humanas impõe assumir outros fatores pouco confortáveis no campo da cientificidade e da tradição filosófica e que afeta diretamente as práticas psicológicas: não há como planejar ações e mudanças; o pensamento, sozinho, não salva; o homem não se retira sozinho do pântano; não é só aquilo que nasce do intrapsíquico ou dos sentimentos isolados que fazem os homens sofrerem, mas a falta de participação, acolhimento, crença e restrição de possibilidades que advém da vida concreta vivida numa teia de relações humanas e que limitam a possibilidade de construção de novas destinações.

O que fazer então com tudo isso? Seria contraditório se ao final desse trabalho eu me perdesse das experiências como a referência do pensamento e propusesse um arcabouço explicativo sobre um modo de fazer Psicologia em diálogo com os conceitos arendtianos. No entanto, a partir do resgate de uma história, minha e de outros/as pesquisadores, singular e

plural, pude compreender que essa investigação pode deslizar o que está posto na Psicologia por ter buscado outras formas de fazer e outros engendramentos conceituais que iluminassem a prática psicológica.

A coautoria, o cenário de singularização, a sustentação da alteridade, a liberdade, natalidade, ação, narrativa, conflito da vontade e o testemunho, apontam para uma teia conceitual que pode iluminar novas compreensões sobre as experiências da vida ativa que é vivida em meio a uma teia de relações humanas.

Seria essa teia humana e conceitual a possibilidade de se fazer Psicologia de outro modo? Seria uma ação, no sentido arendtiano? O início de algo novo? Hannah Arendt (2014b, p. 31) diria: “A ação que possui sentido para os vivos, somente tem valor para os mortos e só é completa nas mentes que a herdaram e questionam”. Ainda segundo Arendt (2014b), há tesouros que achamos tão estranhos que nem sequer sabemos nomeá-lo. Deixo esse tensionamento investigativo, sem nome: Qual Psicologia seria essa? Talvez um dia, as experiências e as histórias contadas retroativamente, dirão.

Por hora, o que eu tenho, a partir dessa investigação, são experiências e uma teia conceitual, sem nome, que parece apontar uma novidade capaz de aproximar a Psicologia da Política²⁵ em seu sentido originário, e defendido por Arendt, ou seja, o entre-pessoas.

²⁵ Importa destacar que para Arendt, política é o que existe entre homens e não está correlacionada ao que hoje compreendemos como “Social”. O Advento do Social, conforme Ruiz (2012), é estruturada a partir de uma lógica de materialismo e hierarquia, baseado nos pressupostos marxistas. O social é, portanto, organizado de forma hierarquizada para a administração de bens públicos e todas as relações humanas partem, portanto, do modelo econômico vigente. O social, para Arendt é uma criação da sociedade moderna, e distinto do Político, que para a autora, é o entre-pessoas em que a alteridade precisa ser sustentada.

ANEXO I: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO PSICOLOGIA E HANNAH ARENDT: APROXIMAÇÕES EXISTENTES

Esse capítulo surgiu como forma de compartilhar o caminho realizado na pesquisa de doutoramento, bem como apresentar um cenário da pesquisa bibliográfica que realizei para situar meu tema e meu problema de pesquisa. Dentre as infinitas possibilidades de estabelecer o objetivo do trabalho de doutoramento, um foco precisaria se pôr. A obscuridade e o labirinto inicial foi se tornando claro a medida da andança cartográfica.

Esse texto foi construído sempre como um rascunho, pois nele complementações eram feitas a cada passo da pesquisa. Apresento o levantamento bibliográfico que surgiu não só como uma necessidade metodológica do rigor acadêmico, de situar minha pesquisa dentro da vastidão de outras pesquisas, apontando as possíveis aproximações e distanciamento; mas sobretudo de mapa que me fez retomar minha história enquanto aluna de graduação, mestrado e doutorado. Essa retomada da minha história também aponta para as superações teóricas que precisei ir fazendo no caminho. Aqui fica esboçado as digressões teóricas e as vezes que precisei recorrer a outros diálogos e a mergulhar em outras compreensões, como o pensamento de Heidegger, por exemplo, para entender o que eu estava fazendo. Era necessário constituir uma base minimamente segura para começar edificar algum projeto, seja um casebre, uma casa ou um edifício. Por esse motivo, começo com minha história, e peço autorização prévia para fazer desse capítulo anexo, não só uma apresentação do levantamento bibliográfico, mas sobretudo uma narrativa desse labirinto que percorri para ir esclarecendo minha questão de tese.

Minha aproximação com o pensamento de Hannah Arendt se deu, inicialmente, na graduação de Psicologia a partir do texto “A condição humana”. No entanto, havia de minha parte um interesse maior pela fenomenologia de Martin Heidegger. Ao ingressar no programa de mestrado da Unicap, no ano de 2015, encontrei a professora Dra. Simone Walckoff, que me orientou no mestrado e tinha uma maior afinidade com o pensamento arendtiano. Foi na pesquisa de mestrado e com a participação do Grupo de Estudos *Amor Mundi* que pude, gradativamente, ir compreendendo os conceitos de Arendt.

Hannah Arendt, nascida na Alemanha e desce de judeus, foi testemunha dos horrores totalitários do nazismo. Grande parte de suas obras discutem as questões humanas e políticas a partir do Regime totalitário. Arendt, no entanto, ao discutir as questões políticas, destaca as condições humanas e as singularidades daqueles que participaram desse contexto geral. Conforme Camasmie (2007, p. 3):

Para Arendt, o entrelaçamento das biografias dos homens particulares é o que constitui os eventos mundanos, de modo que contar os acontecimentos históricos de um determinado momento da história humana significa contar a história dos indivíduos. E o inverso também é verdadeiro, pois não há como narrar a história de alguém sem que esta seja parte inseparável de uma grande teia de acontecimentos mundanos das quais participa. A história pessoal de cada um constitui e é constituída pela história do mundo. Essa indissociabilidade se dá pelo fato da história pessoal e da história da humanidade serem ambas produzidas pela ação.

Arendt é uma pensadora que tem seus conceitos pulverizados em várias obras e ela sempre os retomam para aprofundar. Quando comecei estudar Arendt, eu não conseguia compreender como seus conceitos poderiam iluminar as práticas psicológicas. Nas diversas aulas sobre Heidegger eu ouvia que não se fazia aplicação do pensamento heideggeriano nas práticas psicológicas. O pensamento do filósofo era apenas uma lente para se compreender o ser-no-mundo. Como menciona Barreto e Morato (2009, p. 50), com as lentes dos pressupostos heideggerianos, as práticas psicológicas

[...] transitando entre ôntico e o ontológico teria como tarefa intervir nessa “tragédia” e dar oportunidade ao poder-ser por meio do apropriar-se da propriedade e da impropriedade, próprias da condição humano, na busca de existir com serenidade, numa constante abertura ao mistério.

Barreto e Morato (2009), ao discutir sobre Práticas Psicológicas numa perspectiva fenomenológica existencial, influenciada pelo pensamento heideggeriano, ainda apontam:

A ação clínica pode ser repensada como um espaço aberto, condição de possibilidade para a emergência de uma transformação não produzida, mas emergente em forma de reflexão, aqui compreendida como quebra do estabelecido e condição necessária para um novo olhar poder emergir. Esse novo olhar, ao desalojar o homem de sua habitual relação com o mundo e a consciência, abre um espaço que só aparece quando o habitual é desconstruído e o homem (Dasein) se descobre entregue a tarefa inexorável do “ter-que-ser” (Barreto; Morato, 2009, p. 50).

A aproximação com o *Amor Mundi*, que discutia o pensamento arendtiano, atrelado com a escuta recorrente sobre como os conceitos heideggerianos poderiam iluminar as práticas psicológicas, foi me sensibilizando a perceber que os conceitos arendtianos poderiam contribuir fortemente à psicologia. Se Barreto e Morato (2009) haviam realizado esse trabalho com o pensamento do Martin Heidegger, como seria realizar uma aproximação da Psicologia com o pensamento de Hannah Arendt?. Adianto que eu intuía que tal aproximação não seria inédita,

mas quais enfoques os outros profissionais e pesquisadores estavam dando na aproximação entre Arendt e a Psicologia.

Como eu poderia realizar esse diálogo? Quais conceitos eleger para essa aproximação? O *Amor Mundi* tinha como principal foco discutir o problema da ação, esse vinculado as temáticas da natalidade e da coautoria. No entanto, outros conceitos de Hannah Arendt começaram a se mostrar fecundos em meus estudos, aulas, supervisões e práticas clínicas, tais como: testemunho e conflito da vontade.

Um dos primeiros entraves que tive que sanar foi compreender as distinções entre Hannah Arendt e Heidegger. Por muitas vezes li os conceitos arendtianos a partir do olhar heideggeriano e isso gerava um grande impasse. Haveria de fato distinções consideráveis?

Uma primeira tarefa se tornou imprescindível naquele momento de estudo sobre os conceitos arendtianos: compreender quais são as distinções entre o pensamento do Martin Heidegger e Hannah Arendt. Eu não conseguiria seguir adiante sem antes entender o que era diferente entre os dois. Se eu não fizesse isso, eu estaria replicando aquilo que já está compreendido pelas práticas psicológicas em diálogo com o Heidegger, só que utilizando outros nomes.

Nos estudos, percebi que não só eu fazia leituras muito aproximadas do pensamento dos dois autores. As aproximações são recorrentes, visto que Hannah Arendt foi aluna do Heidegger e, de fato, assimilou muitos dos seus pressupostos. No entanto, um olhar mais atento e uma demora maior nas leituras, possibilita uma melhor clareza das distinções.

Jardim (2013, p. 58), em um texto que discute sobre ação e compreensão na clínica fenomenológica, destaca que “com alguma frequência, a dúvida e o questionamento acerca da relação da compreensão com a ação partem de estudantes que dão seus primeiros passos no pensamento de Hannah Arendt”. Apesar de tecer essa discussão, o próprio Jardim conclui uma certa aproximação entre Heidegger e Arendt, sobretudo no que concerne a pensamento e ação, como se para ambos os teóricos o pensamento pudesse garantir a ação. Jardim (2013) defende que para a *Daseinsanalyse*, pensar é o espaço que possibilita a abertura para o novo e destaca que: “A ação necessariamente já está sempre e cada vez mais atrelada ao pensamento. Não há ação sem pensamento” (Jardim, 2013. p. 68). E continua:

Se podemos dizer que o pensamento age quando pensa, é porque ele é a única atividade que tem força de modificar nossa compreensão do que é, de fato, um problema, qual é o verdadeiro problema que temos diante de nós e que nos impulsiona a agir. Desse modo, uma ação, como gesto de inauguração do novo e rompimento do automatismo, depende constitutivamente de uma

apropriação pela compreensão de uma abertura para se pensar os sentidos determinantes da repetição (Jardim, 2013, p. 68).

Nessa aproximação entre Heidegger e Arendt, ao discutir o tema da compreensão e ação, Jardim (2013) acaba por não aprofundar questões nevrálgicas no pensamento arendtiano: a distinção entre pensar reflexivamente e compreensivamente²⁶, e a imprevisibilidade da ação. Para Arendt (2014a), a ação é imprevisível, incontrollável e irrevogável. O pensamento não garante a possibilidade do agir, porque ação ocorre em uma teia de relações humanas. Nesse sentido a ação é mais dependente da teia humana do que do pensamento.

Fry (2010), quando discute sobre “O pensamento filosófico e a condição humana” a partir do pensamento arendtiano, assegura:

A ação exige o envolvimento de outras pessoas que a compreendem, e ela deve acontecer publicamente, em vez de privadamente, a fim de ter qualquer importância. Arendt descreve a ação como sendo um tipo de performance porque ela acontece em uma arena pública e precisa ser testemunhada por outras pessoas. Arendt crê que a ação política é imprevisível e irreversível. A ação é imprevisível porque cai em uma rede de relações humanas e ninguém pode ter certeza antecipadamente de quão significativa a ação será ou por quanto tempo ela repercutirá na comunidade” (Fry, 2010, p. 71).

A ação não é movida pelo pensar, mas pela teia em que ocorre. Sobre esse aspecto, Fry (2010, p. 71), continua:

A imprevisibilidade da ação não é devida à ausência de previsão ou de planejamento da parte daqueles que procurariam controlar a política, porque a ação é intrinsecamente imprevisível e lança uma série de consequências em uma teia de relacionamentos humanos que não podem ser inteiramente delineados com antecedência.

A distinção entre Heidegger e Arendt, sobretudo no caráter entre pensamento e ação, também é discutido por Critelli (2012). Dulce Critelli, diz:

Lia Hannah Arendt muito influenciada por Heidegger e acreditava que eles falavam a mesma coisa. Levei muitos anos para descobrir a diferença efetiva entre eles. O chão original dos dois filósofos é o mesmo, Husserl e a fenomenologia, mas eles acabaram por traçar interpretações que, em alguns

²⁶ Hannah Arendt estabelece uma distinção entre o pensamento reflexivo/filosófico e compreensivo. O filosófico/reflexivo não tem vínculo direto com a vida, ele se refaz e suas perguntas são inesgotáveis. O pensamento compreensivo lida com a cotidianidade da vida. Tem o objetivo de organizar os fatos para se reconciliar com o que inevitavelmente existe.

temas, tornaram-se bastante distantes. A leitura de Arendt mudou minha compreensão da própria filosofia e da possibilidade de utilizá-la no processo terapêutico. Especialmente pela sua preferência pela ação, enquanto a de Heidegger é pelo pensamento mesmo (Critelli, 2012, p. 16)

Como destacou Critelli, apesar de ambos os teóricos partirem do mesmo chão epistêmico, a fenomenologia, as conceituações se distanciam sobremaneira. Arendt, inclusive, tece contundentes críticas a filosofia devido a estrutura reflexiva do pensar filosófico que perde a referência da vida ativa e política, que é vivida numa teia de relações humanas. Se o Heidegger acusa a filosofia de ter abandonado o Ser, poderíamos ousar em dizer que Arendt acusa a filosofia de ter abandonado a compreensão sobre a vida que é eminentemente política (vivida em meio a pluralidade humana) e não teórica.

Ainda sobre a distinção entre Heidegger e Hannah Arendt, Duarte (2010) discute a relação intelectual entre esses pensadores a partir de uma chave de leitura que o autor chama de “proximidade na distância”. Duarte (2010), assegura que há aproximações que foram feitas por Arendt do pensamento heideggeriano, mas há distinções muito cristalinas que por vezes não são percebidas. Duarte (2010, p. 45) indica:

Quanto a Arendt, pode-se afirmar que em suas obras ela manteve um frequente diálogo reflexivo com o Heidegger, mesmo quando tal diálogo foi apenas implícito ou quase secreto. No curso desses diálogos, a crítica, a apropriação e a transformação violenta de temas e concepções heideggerianos se fizeram presente não apenas quando Arendt discute expressamente a filosofia de Heidegger, mas também quando Heidegger sequer é mencionado.

Discutir sobre as distinções presentes entre Heidegger e Arendt se mostrou importante nesse meu percurso para que eu pudesse efetivamente compreender as distinções das intervenções psicológicas advindas do diálogo com o pensamento heideggeriano e daquelas intervenções que poderiam advir do diálogo com os conceitos arendtianos. Mantê-los próximos poderia obscurecer minha análise na compreensão de quais conceitos arendtianos possibilitam à psicologia outras lentes compreensivas e interventivas para as práticas psicológicas.

O mergulho nos conceitos, atrelado as leituras das dissertações do *Amor Mundi*, bem como as aulas ministradas, as discussões realizadas em supervisão clínica, possibilitaram correlacionar as intervenções com as teorias de Arendt. Ou melhor, possibilitaram perceber que por ter os conceitos arendtianos como chave de leitura para compreender a vida e o mundo, as intervenções psicológicas passaram a considerar atravessamentos que me passavam despercebidos quando a chave hermenêutica partia dos pressupostos heideggerianos. Por

exemplo: a importância da teia de relações humanas e da coautoria para que as ações/mudanças na vida pudessem ocorrer.

Nesse sentido, com o objetivo de mapear se outros pesquisadores também estavam utilizando os conceitos arendtianos e de qual modo, realizei o levantamento do estado da arte. Busquei compreender quais os temas arendtianos estavam sendo utilizados nas outras pesquisas e se alguma delas tinha aproximação com aquilo que eu discutiria nesse trabalho. Como destaquei no método, as perguntas que nortearam a revisão sistemática foram:

1. As práticas psicológicas no Brasil utilizam o pensamento de Hannah Arendt construir novas possibilidades interventivas e compreensivas?
2. De que modo as compreensões têm aparecido nas pesquisas publicadas?
3. Quais são os conceitos utilizados para as tessituras compreensivas?

Utilizei palavras chaves, associadas com o conector booleano AND para realizar o levantamento. As plataformas de pesquisa foram: Scielo, Lilacs, Pepsic, Pubmed e Medline. A associação entre as palavras chaves foram: Psicologia AND Hannah Arendt; Prática Psicológica AND Hannah Arendt; Atenção Psicológica AND Hannah Arendt; Plantão Psicológico AND Hannah Arendt. A temporalidade estabelecida foi de 2010 a 2020. O último levantamento foi realizado em 28 de dezembro de 2021.

Na seleção do material, optei por manter aqueles que no título, no resumo ou nas palavras chaves mencionasse os termos Hannah Arendt ou arendtiano/a, bem como estivesse em português, com acesso gratuito e fossem artigos publicados em periódicos científicos, excluindo assim, teses e dissertações.

As plataformas Pubmed e Medline foram excluídas da minha pesquisa, pois não reportaram nenhum artigo. A plataforma que apresentou um maior número de trabalhos foi a Lilacs, contabilizando um total de 24 artigos onde 9 foram excluídos e 15 analisados. Os 9 artigos excluídos na Lilacs foram porque: 2 eram teses, 1 repetido na própria plataforma, 1 com acesso pago, 1 da área biomédica sem vínculo com o campo da psicologia, 1 da área da pedagogia e sem ressonância para o campo psicológico e 3 em espanhol.

Os excluídos da Pepsic (2) e da Scielo (3) foram por apresentarem duplicidade com algum reportado na Lilacs. É importante destacar que a pesquisa que apresentou resultados foi a que associou as palavras chaves: Psicologia AND Hannah Arendt.

A primeira coisa a se destacar nessa pesquisa é o número baixíssimo de trabalhos apresentados a partir do critério escolhido. Questionei-me inicialmente se a escolha dos critérios teria sido suficientemente interessante, mas concluí que a minha busca era realmente mapear

os trabalhos que utilizaram Hannah Arendt como referência teórica para se pensar as práticas psicológicas. Logo, eu não poderia abrir mão dessa palavra-chave.

Sei de outros trabalhos que utilizam Hannah Arendt como referência, mas que não apareceram na busca dos periódicos e nem estão disponíveis na internet para acesso e leitura, como por exemplo: “A banalidade do eu: a experiência da solidão no sujeito contemporâneo”²⁷ e “De um ineditismo sem aurora: crítica à modernidade e narrativa de subjetividades na obra de Hannah Arendt”²⁸.

Daqueles reportados na minha revisão sistemática, percebi que eles não discutem os conceitos que elenco nesse trabalho como possibilitadores de outras sensibilidades à prática psicológica, são eles: coautoria, testemunho e conflito da vontade.

Da plataforma da Scielo, 3 artigos foram analisados: Fonseca (2016), Walckoff (2012), e Cyfer (2020). Fonseca (2016) discutiu sobre o compromisso de Hannah Arendt com a educação e destacou o quando a educação é um ato de amor ao mundo e o pensamento é a possibilidade de transpor a banalidade do mal no campo da educação. Walckoff (2012), teve como objetivo discutir sobre como as práticas psicoeducativas oferecidas pelo ECOFAM estavam ocorrendo numa comunidade de periferia na cidade de São Paulo. Ao discutir sobre as práticas, foi-se constatado que em algumas delas a supremacia do pensamento reflexivo não favorecia o encaminhamento de novos modos de vida. A autora, então, questiona sobre o que dificultava a efetivação da ação, chegando, portanto, aos aspectos sobre compreensão, vontade e juízo sobre a ótica do pensamento de Arendt. A partir dessa discussão, Walckoff (2012), conclui que é necessário relativizar a reflexão, aquela que se aproxima do modo filosófico, para uma atenção a: “compreensão, vontade, juízo, poder, pluralidade, condicionamentos, entre outros” (Walckoff, 2012, p. 608).

Em Cyfer (2020) a questão central foi compreender o processo de subjetivação (a partir de uma análise fílmica) reveladas a partir da narrativa de si. O conceito central de narrativa, coautoria e singularidade de Arendt são retomados como eixos axiais. No entanto, são introduzidas as questões do desejo numa perspectiva psicanalítica, conforme proposto por Adriana Cavarero. Para Cavarero (apud Cyfer, 2020, p. 7), “o desejo pela identidade é um desejo pela unidade, um desejo de vermos nossa subjetividade em uma história”. Outra questão teórica introduzida são os apontamentos de Butler sobre a Ética da Vulnerabilidade em que a importância da narrativa de Arendt, associada ao desejo de identidade de Cavarero aparecem para Butler como fundamentais para “explorar o desejo pela identidade no contexto de um

²⁷ Texto de José Fernando Pontes Soares Neto, orientado por Jurandir Freire Costa em 1999.

²⁸ Dissertação de Dayse de Marie Oliveira no ano de 2006, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

processo de subjetivação relacional, característicos de sua virada ética” (p. 9). Ao final, os significados arendtianos de narrativa como revelação de uma singularidade, em meio a pluralidade sofre torções significativas quando introduzidos os conceitos psicanalíticos. Como menciona Cyfer, (2020), para que Butler empreendesse essa articulação entre narrativa e identidade, na busca de uma fundamentação do desejo por uma identidade, numa perspectiva psicanalítica, Arendt foi usada contra Arendt e Cavarero contra Cavarero. Ou seja, para as aproximações ocorrerem, foi preciso trair as próprias epistemologias dos teóricos basilares da pesquisa.

Os artigos reportados e analisados da plataforma Lilacs foram: Trindade; Roso e Freitas, (2020); Mattar (2020); Galeano, Neuza Guareshi e Scisleski (2019); de Lavor Filho et al (2018); Henningen, Paim e Walter (2017); Azeredo e Scharaiber (2017); Guerra e Pedrinho Guareschi (2017); Barros (2016); Machado, Beatriz e Hernandez (2015); Mandelbaum (2013); Goldstein (2012); Timm, Pereira e Gontijo (2011); Malamut, Modena e Passos (2011); Gusmão et al (2010); Lemke e Silva (2010).

Em Trindade; Roso e Freitas, (2020), as autoras articulam os conceitos de dança e psicologia e discutem sobre como as danças circulares podem ser espaços de potências políticas. Política analisada a partir do pensamento de Arendt como espaço que acolhe a pluralidade humana e suporta existir frente a radical alteridade, por ser convivência dos diferentes. Para a autora, “a dança como diálogo, discursiva, comunica e reflete sobre posicionamentos do cotidiano e do sentido da vida. Remexendo no que está instituído ela pode deflagrar novas perspectivas e entendimentos” (p. 211). O principal destaque, dentro do campo da Psicologia Social é de como Arendt pode contribuir para pensar a dança como um ato político que acolhe as diversas singularidades e alteridades. Para Arendt (2018c), a política se configura justamente nesse espaço onde as diferenças não sejam minadas pelo autoritarismo de um só olhar ou imposição.

Ainda no campo da Psicologia Social, Mattar (2020) discute sobre o papel da Psicologia no cenário brasileiro contemporâneo. Importa destacar que, por ser um artigo atual, o que a autora destaca como contemporâneo já compreende a transição de governo pelo impeachment, o governo Bolsonaro e a pandemia da Covid 19. A pesquisadora, ao resgatar a história da Psicologia no Brasil tece contundentes críticas ao compromisso inicial de uma Psicologia feita pela e para a elite branca brasileira. No que concerne ao diálogo com Hannah Arendt, a autora toma como ponto de intersecção, apenas, o termo “Tempos Sombrios” para caracterizar o Brasil na atualidade, conservando o abismo do que Arendt viveu no regime totalitário e as monstruosidades advindas do regime, com os acontecimentos brasileiros.

O artigo, publicado por Galeano, Neuza Guareshi e Scisleski (2019), também no campo da Psicologia Social discute sobre as políticas de resistências frente ao cenário de violência fortemente expressos nas eleições de 2018, no Brasil, o artigo articula o pensamento de Walter Benjamin e Hannah Arendt sobre poder e violência. As autoras destacam o compromisso da Psicologia de se aproximar das demandas emergentes implicando-se nas lutas pelos espaços de liberdade.

O estudo de Lavor Filho et al (2018), situado no campo da Psicologia Social, apresentou uma análise interseccional sobre o quanto os marcadores de raça e classe interferem no medo do crime e autoritarismo no contexto brasileiro. Os autores resgatam estudos sobre criminalidade e segurança pública e problematizam o quanto a população negra e pobre são majoritariamente associadas ao perfil de crime. Essa associação gera um medo por parte da população que tem como marcadores associados raça e classe. Ao discutir sobre os dispositivos de gerenciamento de controle, o artigo destaca o capitalismo e a produção de novos dispositivos de segurança, bem como, destaca o autoritarismo que emerge das classes que acumulam recursos e tem medo do crime. É nesse aspecto, sobre a temática do autoritarismo, que o texto interage com o pensamento de Hannah Arendt. As figuras autoritárias prometem restauração da paz, mas o que fazem é imprimir controle, poder sobre a vida de outras pessoas. Destaco que o texto nem distingue autoritarismo e autoridade numa perspectiva arendtiana. Por fim, o texto conclui que é necessário novos estudos que discutam sobre as desigualdades sociais e como isso reverbera nas concepções de crime e na fundação de espaços de segurança pública.

Henningen, Paim e Walter (2017) apresentou uma pesquisa intervenção realizada com jovens para discutir acerca do consumo. Os autores destacam que o consumo faz parte da vida ordinária das pessoas e estruturam as novas formas de subjetivações, de modo que nossas biografias estão relacionadas ao que consumimos. Para Hennigen e Walter (2017), é necessário a Psicologia Social se comprometer com espaços de construção para uma educação quanto ao consumo, de modo que se possibilite “outros agenciamentos e formas de subjetivações diante dos modos de relação (de consumo) postos hoje” (p. 721). No presente texto, o pensamento de Hannah Arendt apareceu para tematizar sobre os modos de produção moderna em que os objetos/obras são produzidos em larga escala como fossem bens de consumo.

Azeredo e Scharaiber (2017), discutiram sobre os conceitos de autoridade, poder e violência, na perspectiva arendtiana para problematizar sobre o cenário de violência institucional no campo dos dispositivos de Saúde Coletiva no Brasil. Para os autores, o avanço tecnológico retirou do médico a supremacia do discurso, pois os pacientes chegam “sabendo seus diagnósticos” e remédio a serem tomados. Frente a essa nova realidade, os profissionais

de saúde acabam por responder de forma defensiva, tentando assegurar sua autoridade, impondo suas perspectivas como mando e controle (distinto do que Arendt compreende como autoridade). Por fim, Azeredo e Scharaiber (2017), defendem que uma das saídas para a superação da violência institucional é construir no meio médico uma nova concepção de autoridade apoiada nos pressupostos de Hannah Arendt em que autoridade é concebida como uma relação entre iguais em que se pode decidir em conjunto.

No campo da filosofia, Guerra e Pedrinho Guareschi (2017), discutiram sobre a consciência de que existimos na incerteza e numa vulnerabilidade ontológica. Não havendo modos sobre a ética numa perspectiva existencial de Camus, os pressupostos existencialistas do absurdo são retomados para demarcar a dimensão ontológica da incerteza e abertura inerentes ao existir humano. A ultrapassagem do absurdo seria a revolta, não como uma superação dessa, mas como um reconhecimento/consciência de que ele é coletivo, é uma aventura de todos os humanos. A revolta nos dá a possibilidade dessa vulnerabilidade ser solucionada, pois é a vulnerabilidade que apontará para relações humanas, para solidariedade e para o amor. É nesse ponto que os autores entrelaçam o absurdo a perspectiva de *Amor Mundi* de Hannah Arendt, isso porque para a autora, “em função da imprevisibilidade do futuro – sempre cambiante – é na irreversibilidade do passado – sempre contundente – somente imbuídos pelo amor é que poderíamos exercer os poderes propriamente humano de prometer (superar a imprevisibilidade) e perdoar (superar a irreversibilidade)” (p. 95). Os autores do artigo concluem, portanto, que uma reflexão ética só se fundamenta ao reconhecermos esse absurdo, essa abertura ontológica, como um convite a uma reflexão sobre o nosso modo de agir ético e, portanto o sinônimo da revolta, enquanto consciência coletiva do absurdo, torna-se o amor. “Amor como abertura, como expansão, como uma vontade constante de querer manter essa vontade ativa do próprio querer. Amor como querer o querer amar” (p. 98).

Barros (2016) discutiu, no âmbito da Psicologia escolar, acerca da importância de fazer deslizar a palavra no cenário escolar. A escola é vista como um espaço fundamental que o discurso social é assumido e, desse modo, propõe uma atenção as palavras dos alunos, professores e funcionário para que os conceitos cristalizados possam ser ampliados. A autora articula a importância psicanalítica à palavra aos conceitos de Walter Benjamin de experiência e narrativa. Essa narrativa advém de experiências da vida, mas também das tradições que circulam no ambiente escolar. É no aspecto da tradição, como aquilo que é compartilhado entre gerações, que o artigo estabelece um diálogo com o pensamento político de Hannah Arendt. Como síntese dos diálogos epistemológicos, Barros (2016) chega à conclusão de que “Histórias são transmitidas por narrativas. Por sujeitos que tomam a palavra e que a deixam deslizar,

circular e se transformar” (p. 214). Nesse sentido, o espaço escolar seria por excelência um espaço para experienciar a potência educativa onde é necessário estar aberto a inesperado através da escuta e da sensibilidade frente aos gestos (p. 219).

Machado, Beatriz e Hernandez (2015), problematizaram sobre a luta antimanicomial resgatando sua história e sua condição atual de burocratização. Para as autoras, ao mesmo tempo que a burocratização legitima a reforma psiquiátrica, por outro lado, fragiliza a subversão do instituído na busca por outras formas de cuidado. Outras formas de existência, cuidado e comprometimento com o mundo são construídas, segundo Arendt, na teia de relações humanas. É nesse aspecto que as autoras tecem um diálogo entre resistência política na luta antimanicomial e cenário público (político) na perspectiva arendtiana. É, apenas nesse espaço de responsabilidade e engajamento que é possível construir novas destinações, natalidade nas lutas coletivas da psicologia frente a essa demanda.

Mandelbaum (2013), no âmbito da psicanálise, discutiu sobre alteridade a partir do horizonte psicanalítico. Questiona o que somos nós e quem é o outro, destacando uma fusão entre o ser si mesmo e o outro. Transitando entre os conceitos de transferência freudiana e outros autores da psicanálise, a autora destaca que essa separação entre o que seria propriamente nosso se confunde com o que o outro deposita em nós. Somos uma profusão de eu e nós. Ao final do artigo, Mandelbaum (2013) recorre a Lévinas para concluir que é no rosto do outro que nossa materialidade se radica (p. 21). É nesse aspecto que ela recorre a Hannah Arendt para reforçar que a pluralidade é a condição da vida política. São os homens e não o homem que habita o mundo.

Goldstein (2012), no campo da psicologia clínica, discutiu sobre o conceito de resiliência e sua transposição das ciências físicas para as ciências humanas. A autora discute o quão problemático é tal transposição pelo fato do ser humano não voltar ao que se era depois de situações de crise. Goldstein (2012) resgata artigos que tece críticas ao tema da resiliência no campo da Psicologia, visto que esse campo é multifacetado de perspectivas epistemológicas e que a reprodução desse conceito pode ser um reforço de um modismo ou de epistemologias cunhadas em cenário Europeu. No entanto, ao final do artigo, a autora sustenta a tese de que, apesar de ser um termo problemático, essa capacidade resiliente é eminentemente humana e no cenário da psicologia ganha significados complexos e sofisticados. Por fim, ela articula o conceito de resiliência ao conceito de natalidade em Hannah Arendt, como a capacidade do homem iniciar coisas novas em suas vidas.

Timm, Pereira e Gontijo (2011), problematizam a naturalização da psicologia e das escutas clínicas sobre os processos de violência contra a mulher. As autoras remontam a história

da esfera pública antiga e moderna, a partir dos conceitos arendtianos destacando que no mundo antigo à espera do privado permitia a perpetuação da violência, enquanto a esfera pública e política tinha como pressuposto o discurso, já que nessa última esfera a violência e a força descaracterizam o fazer político. Ao remontar a história do público e do privado, as autoras destacam que no cenário moderno essa cisão deixou de existir, assim também como a capacidade inerente a vida política de iniciar coisas novas. Na modernidade, privado e público se unem para a reprodução de lógicas hegemônicas e massificadas. O papel da psicologia feminista nesse cenário seria politizar a esfera privada e romper com a privatização das emoções.

Malamut, Modena e Passos (2011), analisam as violências realizadas por médicos psiquiatras a pacientes de saúde mental. Problematiza como essa violência se caracteriza historicamente a partir dos pressupostos de Foucault. Os autores discutem, com Hannah Arendt, que a violência aniquila o poder, visto que para essa última autora poder e violência são opostos. O poder se dar pela persuasão no cenário político. Enquanto a violência ela destrói a política e a lida com a alteridade.

Gusmão et al (2010), relatam histórias de vida de pessoas de uma comunidade e articulam com os conceitos de história e narrativa de Arendt e Benjamin, respectivamente. Destaca o quanto a narrativa possibilita a compreensão da história e abre a possibilidade da reconciliação e da promessa.

Lemke e Silva (2010), tencionam o termo “busca ativa” ao apresentar o seu uso corrente, ligado a uma ação burocrática de identificação epidemiológica e ao discutir as possibilidades atuais em torno do termo. Hoje, busca ativa também se configura como uma ação cartográfica para se construir práticas condizentes com a demanda das pessoas em seu campo existencial. Essa mudança de perspectiva é articulada com o pensamento de Hannah Arendt de espaço político, aquele que ocorre entre homens e não está burocraticamente preso ao espaço físico. Ao contrário, com Arendt, essa ação é a possibilidade de ruptura burocrática à criação de novos espaços, novos mundos, novos modos de intervenção.

Sem dúvida, apresentar os aspectos de cada pesquisa, possibilitaram-me compreender as aproximações e distinções das pesquisas já realizadas com a discussão aqui proposta. O pensamento de Arendt tem sido fecundo em vários campos: sociologia, política, filosofia, educação e como vimos, de forma ainda tímida, no campo da psicologia.

Os artigos destacaram alguns conceitos arendtianos, como: poder, violência, singularização, política, outros. Os textos de Mandelbaum (2013) e Cavarero (2020), destacam o aspecto da coautoria presente nos processos de singularização e articulam com conceitos

psicanalíticos. A proposta da tese, no entanto, é destacar como o conceito arendtiano por si já é fecundo o suficiente para compreender o homem/mulher que se constitui nessa teia humana.

Em Machado, Beatriz e Hernandez (2015), foi destacado como o cenário político, plural, é o lugar de construção de outras possibilidades de resistência e de vida. Esse aspecto será amplamente discutido na tese, no entanto ressaltando os aspectos das histórias singulares de cada pessoa que busca na escuta psicológica uma possibilidade de compreender a vida e os aspectos que estão em jogo nesse cenário político para a construção de novas destinações.

Em Gusmão et al. (2010) é feito um apontamento fecundo sobre como a narrativa é significativa para a compreensão de histórias de vida. Vemos que esses três artigos mencionaram temas que serão discutidos nesse trabalho de tese, no entanto, cada um deles se debruçou em um conceito. Aqui proponho articular como a construção da singularidade, o cenário político, a narrativa, o testemunho e a consideração sobre os conflitos e resistências do da teia das relações humanas se articulam e influenciam na construção de vida das pessoas.

Ao final dessa apresentação, alguns pontos merecem exímio destaque. O método escolhido, a associação entre as palavras chaves Psicologia AND Hannah Arendt, derrubou consideravelmente o alcance de outros textos que, inevitavelmente, ficaram na obscuridade desse trabalho. Se eu tivesse optado por utilizar apenas a palavra-chave Hannah Arendt, sem dúvidas, esse número teria crescido significativamente, ademais a filtragem dos trabalhos necessitaria de outros rigores metodológicos, visto que não pesquisei apenas em plataformas de Psicologia. As plataformas reportariam trabalho de várias áreas que não necessariamente era o foco desse mapeamento.

Ao final desse levantamento e constatações, importa destacar, também que muitos trabalhos utilizam palavras e conceitos arendtianos sem considerarem a complexidade conceitual de tais palavras. Há recortes de trechos que sustentam uma tradição ideológica de conceitos arendtianos que analisados de forma mais demorado e correlacionando textos de Arendt pode ganhar outros contornos e conotações. Destacamos os termos ação e política como aqueles que convocam a um maior cuidado e delicadeza na análise, dada a relação entre eles, mas sobretudo a distinção do que Arendt sustenta enquanto político, espaço público entre homens, e que no ocidente política está mais atrelada aos conceitos de social enquanto *societa*. Essa distinção é crucial, pois os conceitos de ação, natalidade, liberdade e as críticas sobre a filosofia e a ciência moderna em Arendt necessitam dessa clareza epistemológica.

Concluo que esse capítulo é significativo nesse conjunto, mas se apresentado anteriormente, poderia retirar o foco da argumentação que tentei sustentar ao longo desse trabalho e que esteve centrado nos conceitos de coautoria, conflito da vontade e testemunho e

que inevitavelmente trouxe para o campo da discussão os temas sobre ação e política, já que tudo se entrelaça. Ademais, a eleição de tais conceitos também teve um foco que foi o de compreender como as práticas psicológicas podem construir outras possibilidades de intervenção e compreensão seja nos diversos campos de atuação da psicologia, a saber, a clínica, social, escolar, jurídica e outros. Apesar dos exemplos aqui apresentados estarem muito próximos da psicologia clínica, convido os/as colegas de profissão a refletirem sobre como essas questões poderiam suscitar novas práticas nos vários campos de atuação, pois em todos eles estamos lidando com experiências da vida concreta de pessoas que vivem em teias de relações humanas específicas, partem de cenários de singularização distintas e nos convoca diuturnamente a novas e criativas formas de contribuir para a saúde mental de uma pessoa em sua integralidade que existe no entre-pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, L. B. **Nos passos de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Record, 2007

ALMEIDA, D.C. Hannah Arendt e Walter Benjamin: história, memória e narrativas perdidas. **Filosofia e Educação**. Vol. 7, nº 3 – Campinas, SP. ISSN 1984, p. 114-138, 2016.

ALMEIDA, J.M.A. **A história de jovens com experiência de acolhimento institucional, tendo como pano de fundo o conceito da natalidade arendtiana**. 2018. 114f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), UNICAP, Recife.

ALVAREZ, J; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

AMARAL, V.R.F.A. **Sobre a vida e o viver: uma compreensão arendtiana da experiência de vida atravessada pela hemodiálise**. 2016. 108f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), UNICAP, Recife.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

ARENDT, H. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARENDT, H. **A Promessa da Política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2020.

ARENDT, H. **A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ARENDT, H. **Ação e a Busca da Felicidade**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018a

ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014b.

ARENDT, H. **Liberdade Para Ser Livre**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018b

ARENDT, H. **Lo que quiero es comprender: sobre mi vida y mi obra**. Madrid: Editorial Trotta, 2010.

ARENDT, H. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018c.

ARENDT, H. **Pensar Sem Corrimão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ARENDT, H. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEREDO, Y.N.; SCHRAIBER, L.B. Violência institucional e humanização em saúde: apontamentos para o debate. **Ciênc. saúde colet.** 22 (9), Set 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13712017>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BARRETO, C. L. B. T.; MORATO, H. T. P. A ação clínica e a perspectiva fenomenológica existencial. In: MORATO, H. T. P.; BARRETO, C. L. B. T.; NUNES, A. P. **Aconselhamento Psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

BARRETO, C.L.B.T.; LEITE, D.F.C.C.S. Prática psicológica na perspectiva fenomenológica. In: MORATO, H.T.P.; EVANGELISTA, P.E.R.A. **Fenomenologia existencial e prática em psicologia** (Colóquios LEFE). Rio de Janeiro: Via Veritá, 2016.

BARROS, J.F. Circulação da palavra na escola: possibilidades de emergência do sujeito. **Rev. Polis Psique**. vol.6 no.3 Porto Alegre dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v6n3/n6a12.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BENJAMIN, W. **Mágia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo. Brasiliense, 2012.

BICUDO, M.A.V. Meta-análise: seu significado para a pesquisa qualitativa. **REVEMAT: Revista Eletrônica de matemática**. UFSC, Santa Catarina, SC, Brasil. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2014v9nespp7>. Acesso em: 05 set. 2020.

BOCK, A. M. B. Psicologia e sua identidade: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A.M.B. **Psicologia e o Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOCK, A.M.B. **Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia**. São Paulo: EDUC, 1999.

BRAYNER, F.H.A. **Educação e republicanismo**: experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília: Liber Livro editora, 2008.

CAMASMIE, A.T. **Narrativa de histórias pessoais**: um caminho de compreensão de si mesmo à luz do pensamento de Hannah Arendt. 2007. 107f. Dissertação (Mestrado em Filosofia), PUC-SP, São Paulo.

CRITELLI, D. M. **Analítica do Sentido**: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: Brasiliense, 2007

CRITELLI, D. M. **História Pessoal e Sentido da vida**: historiobiografia. São Paulo: EDUC-FAPESP, 2012

CYFER, I. Judith Butler e Hannah Arendt vão ao cinema: narrativa, psicanálise e subjetivação no filme “Eu, Mãe e os Meninos. **Dossiê • Cad. CRH 33 • 2020 •** Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.35459>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DUARTE, A. Arendt e a modernidade: proximidade na distância em relação a Heidegger. In: DUARTE, A. **Vidas em Riscos**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUARTE, P. Apresentação: Liberdade na Política. In: ARENDT, H. **Liberdade Para Ser Livre**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018b.

PASSOS, F. **O conceito de mundo em Hannah Arendt**: para uma nova filosofia política. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

FIGUEIREDO, L.C.M. **Revisitando As Psicologias**: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis: Vozes, 2009.

FILHO, D.B.F.; et al. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? **Teoria e Pesquisa**: revista de ciência política. 2014. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.2014.018>. Acesso em: 10 de agosto 2021.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, P.F. Eu não ando só: Hannah Arendt e o compromisso da educação. **Psicol. USP** 27 (3) • Sep-Dec 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-656420140107>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FRY, K. A. **Compreender Hannah Arendt**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GALEANO, G. B.; GUARESCHI, N.M.F; SCISLESKI, A. C. C. Políticas de pesquisa e resistências em tempos de acirramento dos processos de violência. **Psicol., Ciênc. Prof.** (Impr.) 39 (spe2), 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003226327>. Acesso em: 25 mar. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2012.

GOLDSTEIN, T.S. Entre o conceito e a metáfora: a resiliência como abordagem do humano a partir da física dos materiais. **O Mundo da Saúde**, São Paulo - 2012;36(2):327-331. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/93/art08.pdf. Disponível em: 25 mar. 2020.

GRUNENBERG, A. Rei no domínio do pensamento – ou príncipe das trevas? Como Hannah Arendt deslindou o pensamento de Heidegger? In: ROSENFELD, K.; SILVA, F.G. **Martin Heidegger e Hannah Arendt no seu tempo - e no nosso**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

GUERRA, A.; GUARESCHI, P. Amor e revolta: contribuições de Hannah Arendt e Albert Camus para uma ética absurda. **Rev. Polis e Psique**, 2017; 7(1): 84 – 100. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v7n1/n7a06.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

GUSMÃO, D.S.; *et al.* História, memória e narrativa: a revelação do quem nas histórias orais dos habitantes do Córrego dos Januários. **Psicol. Soc.** 22 (2). Ago, 2010 • <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200009>. Disponível em: 25 mar. 2020.

HAYDEN, P. Introdução: iluminando Hannah Arendt. In: HAYDEN, P. **Hannah Arendt: conceitos fundamentais**. Petrópolis, Vozes, 2020.

HENNIGEN, I.; PAIM, G.M.; WALTER, B.E.P. Consumo, Dinheiro e Diferenciações Sociais: Ditos de Jovens em uma Pesquisa-Intervenção. **Psicol., Ciênc. Prof.** (Impr.) 37 (3) • Jul-Sep, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003412016>. Acesso em: 25 mar. 2020.

HERMANN, N. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

JARDIM, L.E.F. Ação e compreensão na clínica fenomenológica existencial. In: EVANGELISTA, P.E.R.A. **Psicologia fenomenológica-existencial: possibilidades de atitude clínica fenomenológica**. Rio de Janeiro: Via Veritá, 2013. Cap. II, p. 45-76.

JARDIM, L.E.F. Mundo como fundamento da psicoterapia de grupo fenomenológica. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro. v.12 n.3, p.938-951, 2012.

KAMPFF, V. **Heidegger e o outro pensar: uma leitura de *Que chamamos pensar?***. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Ed. Reflexão, 2017.

LAFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**. Vol. 11. Nº 30, 1997.

LAFER, C. Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**. Vol. 21, nº 60, 2007.

LAVOR FILHO, T.L.; *et al.* Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil. **Psicol., Ciênc. Prof.** (Impr.) 38 (spe2), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212376>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LEMKE, R.A.; SILVA, R.A.N. A busca ativa como princípio político das práticas de cuidado no território. **Estudos E Pesquisas Em Psicologia**, UERJ, RJ, Ano 10, n.1, p. 281-295, 1º Quadrimeste de 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a18.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LIMA, T.C.S.; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev Katál**, Florianópolis, v.10, n. esp, p.37-45, 2007.

LIMA-JUNIOR, I.S. **Histórias de infância na rua: uma narrativa entre violação de direitos e proteção da vida**. 2019. 84f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), UNICAP, Recife.

LÖWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, P.F.; BEATRIZ, H.; HERNANDEZ, A.R.C. Narrativas do silêncio: movimento da luta antimanicomial, psicologia e política. **Rev. psicol. polít.** vol.15 no.34 São Paulo dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v15n34/v15n34a10.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MAGALHÃES, M.B. Memória e História: Hannah Arendt em diálogo com Walter Benjamin. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, Edição especial. Nº 2. p. 49-60, 2006.

MAIA, A.G.B.; REINALDO, F.J. *Amor Mundi*: uma resposta radical a uma desesperança política radical. **Problemata: R. Intern. Fil.** Vol. 10. Nº 3. p. 59-72, 2019.

MALAMUT, B.S.; MODENA, C.M. PASSOS, I.C.F. Violência e poder no discurso psiquiátrico: da exclusão sistemática às subjetivações normativas. **Psicol. Soc.** 23 (spe), 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400008>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MANDELBAUM, B.P.H. Entre o outro e o mesmo: sobre ética e violência nas relações. **Rev. psicol. polít.** vol.13 no.26 São Paulo abr. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v13n26/v13n26a02.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MATTAR, C. M. Psicologia em tempos sombrios e o despertar da bela adormecida: estudos em subjetividade e clínica. **Arq. bras. psicol.** [online]. 2020, vol.72, n.spe, pp. 18-32. ISSN 1809-5267. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v72nspe/03.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MELO, S.M.E. **Histórias de vida de adultos apátridas de rua**. 2019. 83f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), UNICAP, Recife.

MINAYO, M.C.S. “Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta”. In: DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

NAGAMINE, R. Repensando o espaço público em tempo de de pandemia: Hannah Arendt, 60 anos depois de ‘A condição Humana’. **Caderno CRH**. Vol. 33. p. 1 -16. Salvador, BA, 2020.

NASCIMENTO, C.E.G. Hannah Arendt: uma narradora entre o passado e o futuro. **Princípios: revista de filosofia**. Vol. 25, nº 48. Natal, RN. p. 281-306, 2018.

NOVAES SÁ, R. Contribuições da fenomenologia hermenêutica para uma meditação sobre o sentido da psicoterapia. In: MORATO, H.T.P.; EVANGELISTA, P.E.R.A. **Fenomenologia existencial e prática em psicologia** (Colóquios LEFE). Rio de Janeiro: Via Veritá, 2016.

OLIVEIRA, M. A. S.A.; CURCINO, A.; COSTA, L.F.; MAGALHÃES, F. **Ensaio sobre memória**: volume 3. Portugal: Instituto Politécnico de Leiria, 2020.

ORTEGA, F. **Para uma política da amizade**: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. “Apresentação”. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Vol. 1. Porto Alegre. Sulina, 2015

ROSENFELD, K.; SILVA, F.G. Prefácio. In: ROSENFELD, K.; SILVA, F.G. **Martin Heidegger e Hannah Arendt no seu tempo - e no nosso**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

SCHNEIDER, P.R. **O outro pensar**: sobre o que significa pensar e A época da imagem do mundo de Heidegger. Ijuí: Unijuí, 2005.

SCHULTZ, D.P.; SCHULTZ, S.E. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SERRANO, F.P. **Pesquisar no labirinto**: a tese de doutorado, um desafio possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2011

SILVA, I.D.; SOUSA, J.N.S. “Memória e narrativa como recursos terapêuticos psicológicos e o psicólogo/a como testemunha das histórias singulares”. In: OLIVEIRA, M.A.S.A.; CURCINO, A. COSTA, L.F.; MAGALHÃES, F. **Ensaio Sobre Memória – Volume 3**. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria, 2020.

SILVA, T. A.B. **Interiorização da Universidade Federal de Pernambuco e suas implicações para as condições de trabalho docente**: um estudo do Centro Acadêmico do Agreste (CAA). 2018. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea), UFPE, Caruaru.

SIMONE, A. **Sobre um conceito integral de empatia**: intercâmbios entre filosofia, psicanálise e neuropsicologia. 2010. 178f. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental), IPUSP, São Paulo.

SZYMANSKI, H.; CURY, V. E. **A Pesquisa Intervenção em Psicologia da Educação e Clínica: pesquisa e prática psicológica.** In Estudos de Psicologia, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n2/a18v9n2.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

TIBURI, M. **Complexo de Vira-Lata: análise da humilhação brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

TIMM, F.B.; PEREIRA, O.P.; GONTIJO, D.C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Rev. psicol. polít.** vol.11 no.22 São Paulo dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v11n22/v11n22a05.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

TRINDADE, T.; ROSO, A.; FREITAS, D. S. Dança circular e política: inventando mundos. **Rev. psicol. polít. [online].** 2020, vol.20, n.47, pp. 204-217. ISSN 2175-1390. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n47/v20n47a16.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

WALCKOFF, S.D.B. **A questão da reflexão e da ação nas práticas psicoeducativas na pesquisa interventiva.** 2009. 127f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação), PUC-SP, São Paulo.

WALCKOFF, S.D.B. **As possibilidades do pensamento de Hannah Arendt na Prática psicológica.** Curitiba: CRV, 2016.

WALCKOFF, S.D.B.; SZYMANSKI, H. A reflexão e a ação vistas a partir de práticas psicoeducativas em pesquisas interventivas. **Estudos: Rev. Bras. Estud. Pedagog.** 93 (235), Dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/cxcV4xTTKptTnYqHngvZP5p/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2020.

WUENCH, A.M. Sentidos da “natalidade” em Hannah Arendt. In: BREA, G.; NASCIMENTO, P.; MILOVIC, M. **Filosofia ou política: diálogos com Hannah Arendt.** São Paulo: Annablume, 2010.

YOUNG-BRUEHL, E. **Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ZUBEN, N.A.V.; SOUTO, F.Q. Aparência e pensamento: indicativos de uma hermenêutica a partir de Hannah Arendt. **Ver. Pistis Prax., Teol. Pastor.** Vol. 13, ed. Espec. p. 35-48. Curitiba, PR, 2021.